Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura **Número: 126**

IV Sessão Legislativa **Horta, terça-feira, 16 de fevereiro de 2016**

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, entrou-se diretamente na **Agenda da Reunião** com a Sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral sobre "Constrangimentos à operação civil no aeroporto das Lajes", apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Tendo-se iniciado o debate com o Sr. Deputado Artur Lima**,** participaram no mesmo os Srs. Deputados Paulo Estêvão *(PPM)*, Paulo Ribeiro *(PSD)*, Aníbal Pires *(PCP)*, António Toste Parreira *(PS)*, Berto Messias *(PS)*, as Sras. Deputadas Cláudia Cardoso *(PS)*, Zuraida Soares *(BE)*, a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Isabel Almeida Rodrigues)*, tendo o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes *(Vítor Fraga)* usado da palavra para os vários esclarecimentos.

Fizeram interpelações à Mesa a Sra. Deputada Zuraida Soares *(BE)*, os Srs. Deputados Paulo Ribeiro *(PSD)*, Aníbal Pires *(PCP)* e Artur Lima *(CDS-PP)*, bem como a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos

Parlamentares *(Isabel Almeida Rodrigues)* e o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes *(Vítor Fraga).*

Para protestos usaram da palavra o Sr. Deputado Artur Lima *(CDS-PP)*, devido a afirmações proferidas pelo Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes *(Vítor Fraga)*, e o Sr. Deputado Aníbal Pires *(PCP)* em reposta a declarações do Sr. Deputado Artur Lima *(CDS-PP).*

Findo este ponto, passou-se para a **Apresentação e discussão do relatório da "Comissão de Inquérito ao Transporte Marítimo de Passageiros e Infraestruturas Portuárias".**

Apresentado o relatório pelo Sr. Deputado António Pedroso *(PSD)*, participaram no debate os Srs. Deputados Cláudio Lopes *(PSD)*, José Contente *(PS)*, Aníbal Pires *(PCP)*, Paulo Estêvão *(PPM)*, as Sras. Deputadas Ana Espínola *(CDS-PP)*, Zuraida Soares *(BE)*, Graça Silveira *(CDS-PP)* e ainda a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Isabel Almeida Rodrigues)* e o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes *(Vítor Fraga).*

Pediram a palavra para interpelações a Sra. Deputada Zuraida Soares *(BE)*, os Srs. Deputados Miguel Costa *(PS)* e José Contente *(PS).*

Por fim, iniciou-se o debate sobre o Projeto de Resolução n.º 141/X – "Compromisso dos Açores no projeto europeu", apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado pelo Sr. Deputado António Marinho, usaram da palavra os Srs. Deputados Berto Messias *(PS)*, Aníbal Pires *(PCP)*, Paulo Estêvão *(PPM)* e a Sra. Deputada Zuraida Soares *(BE).*

Os trabalhos terminaram às 20 horas

Presidente: Bom dia a todos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 08 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**

André Cláudio Gambão **Rodrigues**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Arlinda Maria Focha **Nunes**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz **Costa**

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Paula Alexandra Pires Silveiro **Bettencourt**

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Cláudio Borges **Almeida**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros de **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Paulo Jorge da Silva **Ribeiro**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 48 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Entramos na nossa manhã de trabalhos no primeiro ponto da Agenda: **Sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral sobre "Constrangimentos à operação civil no aeroporto das Lajes".**

Esta sessão de perguntas foi requerida pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Rege esta matéria os artigos 180.º e 181.º do nosso Regimento.

A Conferência de Líderes decidiu que o tempo global para esta sessão de perguntas seria de três horas e para cada objeto que já foram entretanto distribuídos por todos, cada Grupo e Representação Parlamentar tem direito a fazer uma pergunta.

Relativamente ao n.º 4.º, do art.º 181.º, tal como tem sido interpretação desta Mesa apenas o proponente é que tem direito à réplica.

Cada pergunta tem o tempo máximo de três minutos. Para responder o Sr. Secretário Regional dispõe de 5 minutos, sendo que na resposta à réplica o tempo máximo é de 3 minutos.

Penso que podemos dar início à sessão de perguntas.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A operação civil do aeroporto das Lajes sofre de diversos constrangimentos.

Nesse sentido a SATA apresentou no seu plano de negócios para o período de 2015-2020, onde evidenciava uma reestruturação da companhia com reforços das ligações que passariam por um reforço da utilização da companhia no aeroporto das Lajes: nas ligações à diáspora, nas ligações ao continente, nas ligações inter ilhas, etc., e exatamente com vista a mitigar os efeitos da redução norte americana, o Governo Regional elaborou um PREIT também para mitigar essa redução da economia da Terceira.

Nessa medida do PREIT destaca-se, e cito: "o reforço da operação na Base das Lajes da SATA Air Açores e da Azores Airlines.

Porém, Sr. Secretário, passado um ano ainda ninguém viu concretizado esse objetivo estratégico que tinha no PREIT.

Anunciava-se também que além do voo de Madrid poderia acontecer outro voo.

Constata-se porém que a as ligações na maior rota, com maior procura entre a Terceira e S. Miguel, está absolutamente constrangida e diminuída e apenas feita na sua maior parte com um Q-200.

Ainda assim, Sr. Secretário, é interessante, a questão que se coloca é como perspetiva o Governo Regional dar cumprimento ao objetivo de reforçar a operação da companhia SATA na sua globalidade no aeroporto da Lajes da Ilha Terceira e se o Sr. Secretário entende que nessa perspetiva do reforço da operação civil, como é que vai fazer o reforço da operação SATA e também relativamente às operações charter se aumentará as operações regulares para a ilha, para além da anunciada e sazonal operação que V. Exa. já anunciou da Air Berlin?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência das questões e considerações feitas pelo Sr. Deputado Artur Lima, eu gostaria de reafirmar aqueles que foram os compromissos do Governo naquilo que o Sr. Deputado falou, nomeadamente no reforço das operações da SATA Air Açores e da Azores Airlines, nas Lajes na Ilha Terceira.

A este propósito, Sr. Deputado e ao contrário do que se inferia das suas palavras posso assegurar que esse reforço é efetivo e é efetivo porque os números não enganam e a SATA Internacional, no ano de 2015, incrementou o número de frequências nas Lajes em 46%, são mais 107 frequências do que em período homólogo do ano anterior.

A SATA Air Açores, respondendo àquilo que era o meu compromisso de no âmbito de na revisão das Obrigações de Serviço Público inter ilhas de reforçar a sua presença na Terceira, tirando partido da centralidade da Terceira, com plataforma de agregar e distribuir passageiros para todas as ilhas, reforçou a sua presença nas Lajes em mais 20% no número de frequências que tem nesta ilha.

Mas se isso não bastasse Sr. Deputado, o número de passageiros também cresceu dentro destes valores, ou seja o número de passageiros transportados pela SATA Internacional ou desembarcados na Terceira vindos na SATA Internacional, cresceu 53% ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Seja honesto!

O Orador: ... e o número de passageiros desembarcados na Terceira, transportados na SATA Air Açores e no último trimestre, após se verificar as revisão da Obrigações de Serviço Público, cresce também 20%.

Portanto está aqui claramente definido aquilo que foi o reforço efetivo, mas não nos ficamos por aqui e se o Sr. Deputado consultar aquilo que já é hoje a oferta pública quer da TAP, quer da SATA para o próximo verão IATA, isto no que diz respeito às ligações com Lisboa e Porto, verifica-se que a oferta já hoje publicada ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Onde?

O Orador: ... tem um incremento de 36% em número de frequências e de 27% em número de lugares oferecidos, ou seja no próximo verão IATA ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Onde é que está o horário!

O Orador: ... haverá uma oferta de 35 661 lugares a mais do que aqueles que houve no ano de 2015.

Deputados Berto Messias e Francisco César *(PS):* Muito bem!

O Orador: Estes são números, são números públicos, são factuais que julgo que correspondem àquilo que foi a sua questão.

Em relação ao reforço de outras operações, como o Sr. Deputado bem sabe existem duas operações a decorrer atualmente, uma com Boston, outra com Madrid, a de Boston tem continuidade porque há voos regulares a partir de maio, portanto é algo que se prolonga o ano inteiro; a operação de Madrid é uma operação de ano inteiro; em maio inicia-se uma nova operação com a Air Berlin e é também dada continuidade à operação que já vem do passado com o grupo TUI, que este ano e pela primeira vez abre uma nova porta de entrada na Região que é a partir da Ilha do Pico mas continua com a sua operação tanto em Ponta Delgada como na Terceira, como já vinha acontecendo no passado.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto ao Sr. Deputado se vai usar o direito à réplica.

Tem a palavra então Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, os seus números são números e a realidade é a realidade.

Agora, há um artifício, chamamos-lhe assim para não lhe chamar outro nome, que os senhores inventaram recentemente, aliás da sua lavra que é: antes havia

os passageiros em trânsito, que não contavam como passageiros desembarcados ...

Secretário Regional do Turismo e Transportes *(Vítor Fraga):* Não senhor! Não é verdade!

O Orador: ... agora o que os senhores fazem é que cada passageiros entra e sai a mesma vez e conta duas vezes.

Secretário Regional do Turismo e Transportes *(Vítor Fraga):* Não é verdade!

O Orador: Portanto, isso não é coreto fazer-se e isso é que aumenta o número de passageiros desembarcados, Sr. Secretário. Essa parte não pode ser e essa artimanha já foi apanhadinha, não dá e não conta ...

Deputado Berto Messias *(PS):* É cada uma!

O Orador: ... e os tais 40% que o senhor diz, muitos desses desembarcaram, sim senhor, e depois voltam a embarcar na Ilha Terceira ...

Deputado Francisco Coelho *(PS):* Isso não é verdade!

O Orador: ... e o senhor sabe que é tão verdade quanto isso porque antes havia os passageiros em trânsito (vejo que o Sr. Deputado Francisco Coelho chegou bem disposto).

Sr. Secretário, relativamente à SATA Internacional, Sr. Secretário e ao reforço que o senhor fez, o que deixamos de ter por exemplo é ao sábado Lisboa/Terceira de manhã, não existe, tem que se vir para a Terceira, só vem às sete da noite. Não tem um voo de Lisboa/Terceira. Conhece algum que tenha? Eu não conheço, direto Lisboa/Terceira. Não existe!

Deputado Francisco César *(PS):* Também não há ligação Lisboa/Ponta Delgada de manhã, à terça-feira e qual é o problema? Por que é a Terceira há de ter?

O Orador: A operação, Sr. Secretário, prevista aliás em documento aprovado nesta CASA, de reforço de duas ligações ao Porto, não aconteceu neste verão, nem está para acontecer no próximo, tanto quanto eu tenha conhecimento e do

horário de verão que se conhece da SATA (eu não sei se já está publicado, se é aquele que está em vigor ontem, a não ser que o senhor tenha publicado hoje, mas anteontem não estava) vai ter duas ligações de verão ao Porto, Sr. Secretário Regional? Isso é que é aumentar a frequência.

Quanto à ligação para Boston, o que o senhor disse não corresponde inteiramente à verdade. A operação vai continuar ...

Deputado Berto Messias *(PS):* Ingerências! Falando em ingerências…

O Orador: ... mas não tem já lugares disponíveis para vender ao operador.

Portanto, nós vamos fazer uma proposta nesta Casa, de maneira a que se estenda o contrato com o operador para a SATA disponibilizar mais lugares ao operador até ao verão, porque vai continuar a operação, o operador não tem lugares, Sr. Secretário e isto também não corresponde àquilo que o senhor diz.

Portanto, o senhor tem que dizer aqui aquilo que é a verdade e nós ...

Deputado Berto Messias *(PS):* Sr. Deputado Jorge Macedo, isto é ingerência ou não é?

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Não percebi?

Deputado Berto Messias *(PS):* Se isto é ingerência ou não é?

Presidente: Srs. Deputados…

O Orador: Quando a trilogia do Sr. Deputado Berto Messias, Aníbal Pires e Jorge Macedo não incomodar, ou esta Troika, eu posso ...

O Jorge Macedo está um bocadinho fora porque eu acho que os sócios são aqueles, mas pronto.

O Orador: Portanto, Sr. Secretário o que se vê e quanto às ligações da SATA Air Açores, que o senhor falou da placa giratória também não corresponde à verdade inteiramente, nem à realidade aquilo que o senhor diz, porque o que se faz é penar para arranjar um lugar na rota Terceira/Ponta Delgada e vice-versa, quando o senhor põe maioritariamente a operar o Q-200 nessa rota e a sair de manhã o Q-200 dificultando, por exemplo ao sábado de manhã, a saída para

quem quer eventualmente apanhar algum voo de *low cost* em Ponta Delgada, Sr. Secretário, já que eles não existem na Terceira.

Portanto, o senhor põe Q-200 de manhã que está normalmente sempre cheio, uma taxa de ocupação elevadíssima e vem o senhor dizer que reforça! Não, Sr. Secretário, não reforça, o senhor anda a iludir os terceirenses já há um bom bocado de tempo...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente. Muito obrigado.

..,. portanto como viu os seus argumentos são absolutamente irrealistas.

Presidente: Agora para responder dispõe de três minutos, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sr. Deputado Artur Lima, todos nós reconhecemos os eus dotes oratórios e o senhor pode utilizá-los da maneira que entender, agora há coisas que diz que não correspondem à verdade.

Passageiros desembarcados, nada têm a ver com passageiros em trânsito, há três segmentos de classificação de passageiros: desembarcados, embarcados e em trânsito. Eu referi-me única e exclusivamente a passageiros desembarcados e se dúvidas houvesse, Sr. Deputado, basta ver qual tem sido a evolução nos últimos meses dos números do turismo na Ilha Terceira para perceber que o número de passageiros desembarcados, tem estado mais ou menos em linha com aquilo que é o incremento do número de dormidas.

Outra questão, Sr. Deputado, não sou eu, como deve imaginar, o Sr. Deputado e alguns dos Srs. Deputados desta câmara acusam permanentemente o Governo de ingerências.

Sr. Deputado, não sou eu que escolho qual é o avião que faz a ligação entre a Terceira e Ponta Delgada, como o senhor deve imaginar.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Já falámos sobre isso, Sr. Secretário!

Deputado Berto Messias *(PS):* É uma ingerência!

O Orador: A SATA tem a capacidade para analisar aquilo que é a procura e adequar a oferta àquilo que é a procura, desde que estejam salvaguardados os mínimos destas ligações.

A verdade, Sr. Deputado, é que independentemente do que o senhor diz, e acredito que possa haver constrangimentos em algumas situações e temos que melhorá-las. É para isso que cá estamos, é para trabalhar para melhorar, mas a verdade é que nos últimos três meses, ou seja nos meses de implementação do novas Obrigações de Serviço Público, o número de passageiros ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* E em relação ao Corvo?

O Orador: Oh Sr. Deputado se me deixar acabar.

... desembarcados na Terceira teve um incremento de 20%.

Sr. Deputado, em relação às outras questões que colocou o Sr. Deputado esquece-se de uma coisa: as rotas da Terceira com Lisboa e com o Porto são rotas liberalizadas.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Quem é que liberalizou o espaço?

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* O Governo da República!

O Orador: ... em que naturalmente há uma oferta que se adequa àquilo que é a procura.

Oh, Sr. Deputado, essa é uma questão que nós já tivemos e foi um trabalho conjunto a bem dos Açores e se dúvidas houvesse na altura acho que hoje ninguém tem dúvidas dos benefícios que as alterações do modelo de acessibilidade trouxeram para a nossa Região e aquilo que eu disse em relação à operação dos Estados Unidos, eu não menti, Sr. Deputado!

Nós fizemos um acordo com um operador para uma operação e inverno que é onde há graves problemas de sazonalidade e maior dificuldade em captar pessoas para a nossa Região.

A operação aérea continua no verão. Nesse período não há dificuldade em captar tráfego para os Açores, não há necessidade de prolongar uma operação

que se está no inverno, para o verão para captar tráfego porque os aviões como o senhor disse estão cheios.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não estão!

O Orador: Há procura natural nesta altura do ano para a Região.

O que lhe posso assegurar é que esta operação de inverno foi feita, ...

Presidente: Agradeço que termine Sr. Secretário.

O Orador: ... está a correr bem, e certamente haverá condições para que ela continue no futuro.

Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* O operador quer mais lugares e o senhor não quer!

E diga o contrário em relação à ligação ao Porto!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Está inscrito agora o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário do Turismo e Transportes afirmou em julho de 2015 que o Governo dos Açores tem trabalhado continuamente para a chegada das companhias *low cost* à Terceira, para que a chegada das companhias *low cost* à Terceira seja uma realidade dentro de pouco tempo.

Também disse que o Governo dos Açores está longe de baixar os braços nesta matéria, destacando todos os esforços do Governo para que a entrada das companhias *low cost* na Terceira se torne uma realidade a curto prazo.

O atual Ministro da Economia também já confirmou a existência de negociações do Governo da República anterior com a empresa EasyJet.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* É verdade!

O Orador: Nesse sentido, a pergunta que lhe faço é a seguinte: para quando está previsto o início das operações das companhias de baixo de custo na Ilha Terceira, que me faça o ponto da situação atual?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Estêvão:

Aquilo que eu disse em julho, reafirmo: nós temos vindo a trabalhar continuamente com diversos contatos, não só com uma mas com as duas companhias que operam em voos *low cost* para a Região na perspetiva de criar atratividade para que elas possam operar na Ilha Terceira.

Também como tive oportunidade dizer, e ao contrário de outros, eu não crio falsas expetativas nas pessoas.

Quando este for um assunto devidamente encerrado em que esteja garantida a operação dessas companhias para a Terceira, eu estarei aqui para dar a cara e dizer: vai-se iniciar!

Criar falsas expetativas sem haver certeza como outos já o fizeram, não contem comigo!

Por isso. Sr. Deputado, o que lhe posso dizer é reafirmar todo o empenho, todo o trabalho que este Governo tem tido junto dessas companhias e de outras para captar e demonstrar a atratividade que a Região tem para que elas possam operar e para que todos nós possamos beneficiar do serviço que elas possam prestar à nossa Região.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para uma pergunta tem agora a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Sra. Deputada, pregaram-lhe essa partida!

O Orador: Sr. Secretário, de acordo com a informação de que dispomos toda a utilização que é feita por parte da Base Aérea n.º 4 para aeronaves civis tem ocorrido ao longo dos anos com relativo sucesso ou com sucesso, sempre na base da boa fé e do entendimento que há, que existe, que tem existido entre os responsáveis pela aerogare.

Não existe, tanto quanto sabemos, um acordo formalizado no sentido desta operação obedecer a determinados ditames como seria de esperar.

Esta boa relação que se tem verificado está portanto pendente também do relacionamento pessoal que tem existido.

Estamos também convictos de que este processo tem assentado ao longo dos anos, como se sabe a utilização civil da Base da Lajes, tem suscitado ao longo dos anos diversas ocorrências, que têm sido suscetíveis, que têm levantado a possibilidade de resolução por parte das entidades e tem de certa forma e na generalidade corrido bem.

Por outro lado também sabemos que o aeródromo militar possui uma importância vital e que cerca de 75% do tráfego que por ali passa é de natureza civil e não de natureza militar.

Portanto, à semelhança do que acontece, por exemplo, no caso de Beja seria, julgamos nós, útil que também se formalizasse nesse sentido um acordo para se criar ou se partilhar aqueles que devem ser os ditames a que obedece este tipo de relacionamento e de operação.

O PREIT também no seu eixo 4 destaca medidas de alteração do estatuto da Base das Lajes e também do reforço da sua atratibilidade como base civil de forma a ser mais atrativa do ponto de vista também dos privados.

Eu tenho a informação de que foi no anterior Governo da República, nomeado um grupo de trabalho por despacho conjunto, em que se previa a possibilidade de dirimir as questões que não facilitavam ou emperravam este tipo de relacionamento e estas restrições seriam talvez ultrapassadas através das conclusões a que esse trabalho de grupo chegaria.

A minha pergunta, portanto, Sr. Secretário é a seguinte: os constrangimentos da utilização civil do aeroporto das Lajes que se tem mantido ao longo dos anos, que levantam os problemas que aqui procurei resumir e sendo certo que também estamos cientes de que a utilização militar manter-se-á, como é evidente, nunca poderá ser afastada nem é desejável que o seja, mas de que forma é que o Governo Regional tem ao longo dos anos e de forma é que pensa ultrapassar os constrangimentos que tem surgido e qual foi o papel que o Governo Regional teve na participação neste grupo de trabalho que foi criado para dirimir precisamente essas questões.

Muito obrigada.

Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Está fora do âmbito!

Deputada Cláudia Cardoso *(PS):* Não está fora do âmbito! Eu respeito o debate! O senhor é que saiu fora do âmbito!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Estêvão:

Efetivamente a operação na BA4, ao longo dos anos, tem assentado naquele que é o espírito de colaboração entre as várias entidades.

Estranhamente, ou não, nos últimos quatro anos as dificuldades de operação por parte da aviação civil na Base Aérea n.º 4, intensificaram-se ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* E o senhor não fez nada!

O Orador: ... e em 16 de outubro de 2014 eu tive oportunidade de enviar uma carta ao Sr. Ministro da Defesa Nacional e ao Sr. Ministro da Economia de então, a solicitar que fossem desencadeados os procedimentos para que se realizasse um protocolo para utilização permanente do aeródromo da BA4 pela

aviação civil à semelhança daquilo que tinha sido feito para a Base Aérea de Beja, com as devidas adaptações. Não tive qualquer tipo de resposta.

A 28 de janeiro de 2015, o Sr. Presidente do Governo entregou o PREIT ao Sr. Primeiro Ministro, onde esta medida constava do eixo 4 das medidas a implementar pelo Governo da República.

A 21 de fevereiro, eu falei com a Sra. Secretária de Estado da Defesa na altura precisamente porque ...

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* O senhor está a responder à Sra. Deputada Cláudia, que foi quem lhe fez a pergunta, ou está a responder a nós?

O Orador: Mas o Sr. Deputado fez um aparte.

A 21 de fevereiro contactei com a Sra. Secretária de Estado da Defesa precisamente para tentar dirimir algumas das dificuldades que estavam a existir nomeadamente, e neste caso concreto, com a operação noturna que depois se veio a regularizar com a alteração do AIP em agosto do mesmo ano.

Em maio, voltei a contatar com a Sra. Secretária de Estado e todos se recordarão do episódio do nevoeiro que assolou a Região e que os aviões foram impedidos de aterrar na Base das Lajes, isso no dia 1 de maio.

No dia 4 de maio voltei a fazê-lo.

No dia 13 de maio volto a enviar uma carta aos dois Ministros, da Defesa e da Economia, a reforçar a importância do estabelecimento do protocolo e a manifestar a estranheza por não se responder às cartas que tinham sido enviadas.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* A sua especialidade é responder a cartas! Trabalhar zero!

O Orador: A 10 de setembro, voltei a enviar para o Comando da Zona Militar dos Açores.

A Sra. Secretária de Estado da defesa em 2 de julho emanou um despacho a criar um grupo de trabalho, esquecendo-se no entanto que uma das partes envolvidas que devia fazer parte do grupo de trabalho, não estava lá.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Quem era?

O Orador: Simplesmente ignorou a presença da Região, dos Açores no grupo de trabalho, isto no dia 2 de julho.

Os trabalhos deste grupo de trabalho foram concluídos no dia 23 de julho.

Estranhamente, ou não, isto é apenas comunicado à Região no dia 26 de outubro, dois dias antes do Governo cessar as suas funções.

Deputado Berto Messias *(PS):* A Sra. Deputada Berta Cabral!

O Orador: Mas mais estranho do que tudo é que o trabalho desenvolvido diz única e exclusivamente o seguinte: que é necessário fazer um acordo quadro entre a Região, o Ministério da Defesa e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e que é necessário estabelecer um conjunto de protocolos depois de âmbito técnico, com uma única salvaguarda, que todos os custos inerentes a estes protocolos e às obras e às intervenções que sejam necessárias fazer para a certificação e para a flexibilização do uso civil das Lajes devem ser assegurados pela Região, contrariando o que estava no PREIT, no eixo 4 do PREIT, ignorando o que estava no PREIT.

Resumindo: a única coisa que foi feita por este grupo de trabalho foi dizer que afinal é preciso fazer um protocolo, que foi aquilo que nós já tínhamos pedido e que se os senhores quiserem fazer um protocolo, muito bem, desde que paguem, desde que a Região pague, que os açorianos paguem tudo bem, salvaguardando que a utilização prioritária continua a ser, ou melhor, que o aeródromo continua a ser militar e que continuam a ter prioridade na sua utilização todos os meios militares.

Sra. Deputada, a participação que a Região teve neste grupo de trabalho foi zero e os factos do relacionamento do Governo dos Açores com o Governo da República sobre este tema, foi os que referi, que como disse, estranhamente ou não se intensificaram todos estes constrangimentos no decorrer da anterior Legislatura.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para uma pergunta tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes:

Não há muito tempo atrás o BE perguntou nesta Casa ao Governo Regional se existiam ou não existiam contrapartidas para a vinda das *low cost* para a nossa Região e a resposta do Governo Regional, através do Sr. Secretário Regional foi, não!

Acontece que no dia 10 de dezembro de 2015, o Grupo Parlamentar do PS na Assembleia da República fez uma pergunta ao Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares que respondeu no dia 30-01-2016 e relativamente à inexistência de voos deste tipo de companhias *low cost* a operarem na terceira, entre outras coisas a resposta diz o seguinte: "Consultado o Turismo de Portugal, este organismo comunicou que não participou no processo negocial tendo sido posteriormente informado sobre o teor da proposta da empresa EasyJet que incluía contrapartidas que consistiam em exigências financeiras ao longo de três anos para cobrir custos fixos, riscos comerciais, financeiros e custos de handling, alterações na operação da empresa em Portugal, acordo de exclusividade para além das companhias aéreas que já operam no mesmo trajeto, garantia de rácios de operação e outras condições que contrariavam o acordo de liberalização do espaço aéreo dos Açores".

Penso que é legítimo deduzir que se há este tipo de exigências de contrapartidas para estas companhias, nomeadamente a EasyJet voarem para a Terceira, é legítimo e pacífico concluir que o mesmo tipo de contrapartidas ou outras terão sido exigidas para as mesmas companhias voarem para S. Miguel.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Exigidas e satisfeitas!

A Oradora: Sendo assim, Sr. Secretário Regional, a pergunta que se impõe é a seguinte, das duas três: ou o Governo Regional desconhecia completamente estas contrapartidas, ou o Governo Regional fugiu à verdade, faltou à verdade

quando respondeu ao BE claramente "não há contrapartidas", ou o Governo Regional assinou de cruz, um negócio, uma negociação que lhe foi posta nas mãos e cujo teor desconhecia.

Qual das três, Sr. Secretário Regional, é que é a verdade?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Zuraida Soares:

Primeira nota: aquilo que a Sra. me perguntou e que eu respondi, reafirmo totalmente: o Governo dos Açores não paga qualquer valor que seja a qualquer companhia para voar para a Região, seja ela *low cost* ou não *low cost* no atual modelo de acessibilidades.

O Governo dos Açores não tinha conhecimento desta proposta supostamente apresentada pela EasyJet.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Não tinha!

O Orador: O Governo dos Açores não tinha conhecimento desta suposta proposta apresentada pela EasyJet.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* O senhor autorizou a vistoria técnica dos técnicos da EasyJet à Base das Lajes!

O Orador: Portanto, aquilo que eu disse, reafirmo: não há nenhuma companhia no âmbito do novo modelo de acessibilidades nomeadamente nas rotas liberalizadas que recebam dinheiro do Governo dos Açores para voarem para a nossa Região.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para uma pergunta tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Ribeiro.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estas questões ligadas com a utilização civil da Base das Lajes têm sido utilizadas ao longo dos anos como arma de arremesso político partidário, consoante estejam na República os governos do PSD, do CDS-PP, do PS e consoante na Região estejam os governos da mesma cor política ou de cor política contrária.

No nosso entender as questões das Lajes são questões que deverão estar acima de tudo isto ...

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

O Orador: ... porque enquanto nós estamos preocupados em atirar culpas para estes ou para aqueles, a Terceira fica para trás, os terceirenses ficam para trás e vamo-nos entretendo com planos e PREIT's e outras questões do mesmo género.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

O Orador: O PSD tem demonstrado nesta Casa e ao longo dos anos que nesta questão está do lado do Governo porque é o interesse da Terceira, é o interesse dos Açores que está em primeiro lugar porque ao fugirmos disto vamos dando espaço a que outros atrapalhem este processo de desenvolvimento e aproveitem as nossas fragilidades para fazer de conta que nós não existimos.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Não é isso que nós açorianos queremos, não é isso que os terceirenses querem, o que nós queremos é o desenvolvimento e o progresso da Terceira.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Estás a ouvir, Cláudia?

Deputada Cláudia Cardoso *(PS):* Estou! Mas diga isso também à Dra. Berta Cabral. Ela precisa saber!

O Orador: Repito, o PSD tem estado do lado do Governo, cooperando com o Governo quando isto está em causa.

Já se falou aqui da questão da liberalização do espaço aéreo. O PSD esteve com o Governo.

Aquilo que a Sra. Deputada Cláudia Cardoso falou em relação às relações com o INAC, o PSD está com o Governo.

Quando em causa estão obras que tenham a ver com a Base, com a Terceira, nomeadamente a estrada à volta da pista, o PSD coopera naquilo que é necessário.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: É este o caminho que nós queremos continuar a seguir que é cooperar nestes assuntos que estão acima de todas e quaisquer querelas partidárias.

O PSD está com os Açores ...

Deputado Francisco César *(PS):* Está com o Governo!

O Orador: ... o PSD está com a Terceira, o PSD está a favor do nosso desenvolvimento comum.

O Sr. Secretário referiu na réplica às questões colocadas pelo CDS-PP, que continuam a existir constrangimentos para a operação civil. Que constrangimentos são esses e como é que os vamos ultrapassar?

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, os constrangimentos são conhecidos, são de ordem operacional, têm a ver nomeadamente com o tempo de antecedência que é necessário avisar ou comunicar que a operação tem que se verificar, tem a ver com a interligação de serviços que são prestados quer pela parte civil, quer pela parte da Força Aérea Portuguesa, quer pela parte da Força Aérea Americana.

Esses constrangimentos podem ser minimizados, estabelecendo-se um protocolo para a utilização civil da Base Aérea em que todas as partes saibam

quais são as suas competências e até onde podem ir, na perspetiva de facilitar toda a operação e de não a dificultar, mas acima de tudo em que não haja depois aqui a possibilidade de se executarem ações arbitrárias que muitas vezes não são entendidas da melhor forma pelos vários intervenientes e que causa entropia e acima de tudo causa perturbações na operação inviabilizando um determinado número de operações, como foi o caso de cancelamento de escalas técnicas que ocorreram durante o ano passado e que tiveram acima de tudo a ver com questões de alegada segurança no abastecimento das aeronaves quando estas têm passageiros a bordo.

No entanto há aqui uma ressalva que é necessário fazer: muitas vezes aponta-se isto como constrangimentos e má vontade das pessoas mas não é isso que se verifica. Há algo que é fundamental no meio disto tudo salvaguardar, que é a segurança das pessoas e dos meios e quando essa segurança é colocada em causa por alguém nós temos que respeitar a decisão que essa toma na inviabilização ou não de uma determinada operação, neste caso concreto o abastecimento com passageiros a bordo.

Digo isto porque este é um tema recorrente e há regras: a primeira regra é que o aeroporto tem que ter a mesma categoria de segurança que o avião que está a operar, mas isto só não basta. O responsável pelo aeroporto mesmo tendo esta regra em prática tem ele próprio que certificar que tem todos os meios de socorro disponíveis no caso de haver algum incidente. Essa é uma avaliação que é feita caso a caso pela pessoa que é responsável pelo aeródromo, neste caso é pelo Comandante da BA4.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* E manda desembarcar toda a gente, todos os dias, e o senhor não faz nada!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A última pergunta sobre este objeto cabe ao PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Percebemos ao longo das perguntas e das respostas até agora que se centraram nas dificuldades da operação civil mas que entretanto centraram-se no essencial nas questões das *low cost* ou outro tipo de operação comercial que é feita para o aeroporto das Lajes onde está instalada a Base Aérea n.º 4.

Ao PCP preocupa no essencial os constrangimentos à operação da SATA Air Açores e da SATA Internacional, esses sim é que são preocupantes porque quando esses estiverem resolvidos certamente todas as outras companhias aéreas que quiserem voar para as Lajes terão a operação de alguma forma facilitada.

Mas todos percebemos, se ainda não tínhamos percebido, que relativamente à questão da *low cost* a exigência ou o problema das *low cost* voarem para as Lajes, não têm a ver com os constrangimentos de ordem militar ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Tem, tem!

O Orador: ... que lhe são impostas, têm a ver e prendem-se no essencial com o modelo de negócio das *low cost,* isto é quem paga é o destino e o destino pelos vistos recusa-se pagar. Isso é outra questão.

Mas ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Mas paga para outro sítio!

O Orador: Deixe-me acabar, Sr. Deputado! Deixe-me acabar!

A questão é a seguinte: também é sabido e respondido pelo Governo Regional que não houve nenhum pagamento, nenhum compromisso financeiro com as duas empresas de transporte aéreo *low cost* para S. Miguel, mas ninguém acredita que de alguma forma não tenha sido canalizado dinheiro para apoiar aquela operação.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Ui!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Ui, ui, ui!

O Orador: A pergunta é: quanto é que custaram os valores dos contratos ou dos acordos firmados com a EasyJet e com a Ryanair para voarem para S. Miguel, os acordos promocionais, de promoção do destino feito através por exemplo da ATA?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, em primeiro lugar de todos os contatos que eu tive com as companhias *low cost* que operam para a Região, nunca me foi referido que o facto das Lajes serem militar, fosse um constrangimento à sua operação.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Claro! É evidente!

O Orador: Referiram-me sim, questões concretas, a questão das 72 horas e outras questões mas o facto de ser militar ser um constrangimento nunca foi colocado como sendo impeditivo de operarem, inclusivamente, e há pouco o Sr. Deputado Artur Lima em aparte estava a dizer que eu tinha conhecimento que havia pessoas da EasyJet que tinham ido à aerogare civil das Lajes, é verdade, tanto da EasyJet como da Ryanair.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* O senhor autorizou!

O Orador: Autorizei!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Então sabia!

O Orador: Não tem a ver com isso, Sr. Deputado. Espere que eu já lhe explico. Os pedidos que nós tivemos para se certificarem das condições que existiam na aerogare civil das Lajes, prendiam-se com o facto de considerarem e de colocarem o aeroporto das Lajes como um aeroporto alternante e daí tinham que verificar se as condições que lá tinham se se adequavam ou não à sua operação. O Sr. Deputado talvez se ouvisse evitava questões futuras e talvez ficasse esclarecido sobre esta matéria.

Em relação à segunda parte da sua questão a Região não pagou, não paga qualquer valor, ...

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Do orçamento regional!

O Orador: ... nem direto, nem indireto, ou seja nem a Região, nem a ATA pagam às companhias *low cost* para voarem de Lisboa para Ponta Delgada.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Quem é que paga?

O Orador: Já tive oportunidade de dizer: existe um contrato ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Oh Sr. Deputado, se me deixar falar.

... estabelecido com a companhia Ryanair para uma campanha promocional no Reino Unido para a promoção da rota de Londres para Ponta Delgada ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* O que é que isso quer dizer?

O Orador: ... e é um contrato no montante se não me engano de 98 mil euros, uma campanha promocional, marketing conjunto. É este o único valor de campanha, os conjunteis que é feito e é feito na Europa, não é feito para promover as rotas de Lisboa e do Porto para a Região.

Valores pagos pelo orçamento da Região ou por algum organismo da Região a companhias *low cost* para voarem do continente para a Região é zero.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Terminámos este primeiro objeto.

O segundo refere-se ao PREIT e para uma pergunta tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O célebre PREIT feito por alturas de carnaval do ano passado, no capítulo das medidas a implementar pelo Governo Regional, define no seu eixo 8 e cito:" um pacote de incentivos de atração de escalas técnicas garantindo as condições

necessárias para a competitividade da Base das Lajes para as escalas técnicas internacionais cujos incentivos devem ter associada uma maior intensidade nos primeiros anos". Está no PREIT feito há um ano e isto é da inteira responsabilidade do Governo Regional dos Açores.

Ora, como é do conhecimento público não é só pela publicação do DLR que institui o PROTA, como através de outras medidas e iniciativas, o aeroporto das Lajes ao longo dos anos tem sido desvalorizado no cômputo regional no âmbito da utilização de escalas técnicas da aviação civil e comercial.

Como se sabe, Sr. Secretário, não é a concorrência de Santa Maria que afasta as escalas técnicas das Lajes, talvez, e são de certeza fatores como os combustíveis, que são os mais caros dos Açores ou os constrangimentos militares.

Deputado Francisco César *(PS):* Não! O Faial! De longe!

O Orador: Ainda é sabido, Sr. Secretário, que grande parte do tráfego das Lajes é de natureza civil e comercial e que na sequência da redução da presença militar norte americana, têm sido impostas várias limitações à aviação civil, nomeadamente para escalas técnicas por parte do Comandante da Força Aérea Portuguesa na Base das Lajes.

Em setembro do ano passado a Sra. Secretária de Estado e da Defesa, Dra. Berta Cabral, afirmou e cito: "Não há nenhum constrangimento nem operacional por parte da Base das Lajes para receber voo civis, acrescentando, que podem vir todas as companhias aéreas do mundo operar na Base das Lajes". Também não percebemos esta afirmação com que base é que foi feita.

Ora, também como é do conhecimento público, porque sucedem com demasiada frequência limitações (limitações, Sr. Secretário!) à operação civil na Lajes por falta de autorização do senhor referido Comandante do destacamento da Força Aérea Portuguesa, desde a obrigação das companhias que desviaram voos para outras ilhas por mau tempo terem declarado situações de emergência para aterrar ou a falta de autorização para o estacionamento de aeronaves civis

na placa militar, aquela que ninguém usa junto ao posto 1 na cabeceira sul da pista, provocando e obrigando as companhias e passageiros a atrasos, a custos acrescidos de combustível, a desconforto dos passageiros em contraciclo com as afirmações proferidas pela anterior Secretária da Defesa Nacional. Mas esta já não está lá. Eu quero é saber o que é que o Sr. Secretário nesse sentido importa perceber, em que ponto está a aplicação do compromisso do seu Governo de criar, do seu Governo do Deputado Francisco César, de criar o plano de incentivos de atração de escalas técnicas das Lajes, em que ponto está isso e até hoje que medidas foram implementadas, quais as que estão em implementação Sr. Secretário e que resultados práticos que já foram alcançados com estas medidas que o Governo tinha previstas no PREIT até hoje?

Muito obrigado.

Presidente: Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Como todos nós sabemos a escolha do local para fazer uma escala técnica é da companhia, o que é mais relevante acaba por ser o custo e o custo que tem peso efetivo é o custo do combustível, no caso não só daquilo que é abastecido mas da própria rota que é estabelecida para fazer a escala técnica. Aquilo que dependia diretamente do Governo foi feito, foi a redução de todas as taxas que dependem do Governo Regional na Aerogare Civil das Lajes em 50% na Portaria n.º 15 de 2015.

Mas nós fomos mais além e não nos ficamos só por aquilo que dependia só do Governo Regional. Juntamente com os privados que fazem exploração do abastecimento de combustível nas Lajes, eles próprios estabeleceram no sentido de incentivar de serem mais competitivos uma redução muito expressiva de 60% ao nível da taxa de armazenamento nas Lajes. Há outras questões que se prendem com aqueles constrangimentos que o Sr. Deputado falou e que por

acaso o Governo do seu partido e do PSD no qual fazia parte a Sra. Secretária do estado Berta Cabral, não foram capazes de resolver que passam pela flexibilização da utilização civil da Base das Lajes.

No passado dia 20 de janeiro tive uma audiência com o Sr. Ministro da Defesa onde tive oportunidade de lhe levar todos estes pontos elencados um a um e o Sr. Ministro, como também é público, assumiu o compromisso perante a Região de os analisar e de fazer tudo o que estivesse ao seu alcance salvaguardando todas as questões de segurança para que estes constrangimentos verificados ao nível operacional na Base das Lajes com as operações das várias aeronaves sejam totalmente eliminados ou pelo menos minimizados.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para a réplica o Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário o senhor referiu aí uma questão muito importante, o que interessa, o que pesa numa escala técnica são os custos, estamos os dois perfeitamente de acordo.

O que é preciso perceber é por que é que os custos são maiores nas Lajes. Isso o senhor não explica. Vou dar-lhe uma ajuda.

Primeiro, porque as companhias têm que fazer um aviso com dias de antecedência para fazerem uma escala técnica e ficam à discricionariedade de um Comandante da Base. Se não fizer o anúncio com uma série de dias de antecedência não faz. Isso é o primeiro sinal de afastamento. Não custa flexibilizar nesse sentido.

Secretário Regional do Turismo e Transportes *(Vítor Fraga):* Não é verdade!

O Orador: Nesse sentido o Governo Regional não fez nada, não basta escrever uma cartinha, porque isso também eu fiz, isso também já denunciei várias

vezes, só não escrevi cartinhas, escrevi talvez uns comunicados para os jornais e discordo absolutamente daquilo que critiquei frontalmente a Sra. ex-Secretária de Estado Berta Cabral pelas afirmações que proferiu durante a campanha eleitoral como o senhor bem se lembra.

Portanto, nessa matéria se o senhor escreve uma cartinha o CDS critica publicamente e frontalmente quem deve ser responsabilizado nessa matéria. Daí não aligeirarmos nada.

Agora, Sr. Secretário se o senhor facilitou isto, por exemplo o Sr. Comandante tomou mais uma medida, que foi retirar os carros da Petrogal de onde estavam para fora da Base das Lajes dificultando mais uma vez a operação.

Relativamente aos custos, o Sr. Comandante tomou mais uma medida que obrigando todos os passageiros de qualquer escala técnica a desembarcarem, quando há condições de segurança para ficarem dentro do avião respeitando as condições de segurança e que são, como o senhor sabe, já enumerou aí algumas, a Base das Lajes tem todas as condições.

O que o Sr. Comandante não quer é que seja feito dessa maneira, não é por causa de segurança, é uma birra do senhor comandante e que o Governo tem que se impor e dizer: "Não, não é assim!".

O que o Sr. Ministro atual disse foi exatamente o que disse a Sra. Secretária de Estado, ou pior ainda que é ser Ministro: "Aqui não há Base Militar os senhores segurem-se! Vamos tentar melhorar mas temos que ter em conta que é uma Base Militar!". Isso é a conversa que todos dizem e é a conversa que o CDS não aceita, Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional do Turismo e Transportes *(Vítor Fraga):* Não foi isso!

O Orador: Depois, por que é que todos os passageiros têm que desembarcar, independentemente do tipo de avião que tem que ser. É claro que encarece, é o custo; tem que vir autocarros, tem que pagar o autocarro, tem que sair os passageiros, tem que fazer o desembarque, tem que pagar o custo da aerogare embora seja menor. São tudo custos a aumentar, que não há noutro lado, Sr.

Secretário!

Portanto o que é preciso se há questões militares e de segurança militar ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Eu vou terminar, Sra. Presidente.

... nós temos que respeitar, não podemos é tolerar abusos e o Sr. Comandante a Força Aérea Portuguesa abusam da nossa bondade e o Governo Regional tem a obrigação de perante o desastre da saída dos nossos americanos com algumas responsabilidades dos velhos governos do PS, de cá e de lá, tem a responsabilidade de tornar a economia dos Açores competitiva e para isso é preciso...

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: Reconhecida pelo novo Governo e pelo Presidente do Governo, Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

O Orador: Portanto, não fui eu que disse, foram eles.

Deputado Francisco César *(PS):* Não! O senhor é que está a dizer!

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, há que ser firme e duro e não é preciso cartinhas com o Sr. Ministro da Defesa, nós temos que ser firmes e duros com prepotências que não fazem sentido e que não afetam rigorosamente em nada a operação militar, como outro dia, dois aviões da SATA Air Açores estiveram estacionados na placa cerca de 20 minutos e com alguém que aqui está lá dentro à espera que saísse um avião da SATA Internacional ou da TAP da placa dita civil para poderem estacionar os DASH 400, quando a outra placa junto ao extremo sul da pista, na cabeceira sul da pista estava vazia, portanto isso chama-se teimosia e é isso que nós não podemos deixar Sr. Secretário. Isso, o senhor e a prepotência! O senhor tem que combater isso! Nós sozinhos, não conseguimos!

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP)* **e Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional para responder.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, eu sou levado a concordar quase em pleno consigo.

A firmeza e a dureza não se medem nem pelas nossas expressões culturais, nem pelo tom com que fazemos e dizemos as coisas.

O Governo dos Açores tem feito um trabalho intenso junto de todos os Governos da República, para que estes assuntos possam ser resolvidos.

Eu estranho é que os senhor durante os últimos quatro anos não tenha tido essa firmeza perante o Governo da República,

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Teve sempre! O CDS teve sempre!

O Orador: ... porque cabe ao Governo da República resolver estes assuntos, não é ao Governo dos Açores!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* É, é! É nossa!

O Orador: O Governo dos Açores irá defender e irá pugnar junto do Governo da República para que isto seja resolvido, mas o senhor sabe que isto não é uma ação direta que o Governo dos Açores possa resolver, porque aquelas que são ações diretas por parte do Governo da República, nós temo-as feito e não é só com cartinhas, Sr. Deputado, é com trabalho efetivo como o senhor sabe.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Nessa luta estou convosco!

O Orador: Agora há constrangimentos e há também o compromisso, e não posso concordar com as suas palavras no que disse em relação ao Sr. Ministro da Defesa atual e à comparação que fez com a Secretária de Estado porque o discurso não foi o mesmo.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* É que disse!

O Orador: Houve o compromisso do Sr. Ministro da Defesa de avaliar ponto a ponto, todas as questões que lhe foram levantadas para encontrar as melhores soluções e que correspondam àquilo que são as reais necessidades.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Já lá vamos!

O Orador: A nossa expetativa e aquilo que iremos fazer é para isso seja cumprido e para que efetivamente haja uma flexibilização para a utilização civil da Base das Lajes, porque Sr. Deputado ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* O Sr. Ministro é que disse isso? Continua, Sr. Secretário!

O Orador: ... a chave da questão, a chave para a resolução de todo este problema, passa por haver um protocolo efetivo de utilização civil da Base das Lajes. Essa é a chave de todo o problema. Tudo o resto se resolve quando tivermos este assunto resolvido.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Então vamos lá!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, o seu Governo esteve quatro anos sem fazer nada!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* E eu critiquei isso! O senhor é que não criticou!

O Orador: O seu Governo esteve quatro anos sem fazer nada! <u>O seu Governo esteve quatro anos sem fazer nada</u>!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* E o senhor não pôs lá os pezinhos!

O Orador: Aquilo que depende de nós, nós estamos disponíveis para fazê-lo. Ciar um grupo de trabalho à socapa, pondo a Região de fora, não colocando a Região a intervir diretamente, a única coisa que fazem com um grupo de trabalho é dizer: "É preciso fazer um protocolo!". Mas há quatro anos que nós dizermos que é necessário fazer um protocolo. Ninguém nos introduziu no grupo de trabalho! Nós nem sabíamos que ele tinha reunido! Soubemos depois que ele tinha sido formado! Tiveram o resultado desse grupo de trabalho, de 23

a julho a 26 de outubro na gaveta! Só a 26 de outubro, a dois dias de acabarem funções é que os mandaram para a Região!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Mas eu critiquei isso antes do senhor!

O Orador: Oh Sr. Deputado, o senhor pode ter todas as razões, agora não ponha em cima do Governo dos Açores a responsabilidade, que eu sei que o senhor sabe que o Governo não tem.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Sr. Secretário, eu também tive oportunidade de criticar o Governo da República!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 11 horas e 45 minutos.

Eram 11 horas e 15 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 53 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade à nossa sessão de perguntas.

Estamos no âmbito do objeto 2, referente ao PREIT e está inscrito para uma pergunta, a quem dou a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em política é muito importante planear mas é também fundamental que essa planificação tenha um resultado concreto. É isso que credibiliza a ação política.

Nesse sentido a aminha pergunta é a seguinte: o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira previa em relação a este assunto duas questões que

acho fundamentais: em primeiro lugar investir na cadeia de frio de qualidade assegurada no porto da Praia da Vitória e no aeroporto das Lajes de suporte às exportações de produtos perecíveis;

A segunda medida que quero aqui destacar é a seguinte: instalar o centro de inovação, desenvolvimento e novas tecnologias de Microsoft na Base da Lajes. Este centro é o resultado de uma iniciativa mundial da Microsoft e de parceiros associados e reúne profissionais, professores, estudantes, pesquisadores, consultores e outros desenvolvedores de software, num ambiente que favorece a criação de soluções para atender às necessidades de clientes de diversos portos e segmentos.

A questão que lhe coloco, Sr. Secretário é o que é que é feito da execução destas medidas que foram anunciadas pelo Governo Regional?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Estêvão:

Em relação à cadeia de frio eu gostaria de lhe dizer que nós temos aqui duas situações distintas: uma foi resolver os problemas que tínhamos no imediato na parte da carga aérea na Terceira e recorremos a unidades autónomas de frio, contentores de frio para responder às necessidades e outra vertente prende-se com a construção do novo terminal de carga aérea, que durante os últimos quatro anos andou em banho maria e que finalmente está no bom caminho para que se concretize o lançamento do concurso.

O projeto de especialidades está concluído e seguindo aquilo que é o instituído pela lei, dada a sua complexidade, está em fase de revisão de projeto. Da parte do Governo da República neste momento falta única e exclusivamente a desafetação dos terrenos do domínio público militar para que se possa concretizar.

Este é um processo muito longo, é um processo muito completo que durante, como disse, a única última legislatura do Governo da República teve vários constrangimentos, sabe-se lá porquê, por um lado ao nível da cota de soleira só um ano e meio depois é que se soube o verdadeiro problema que existia com a cota de soleira, porque até aí fala-se de forma abstrata única e exclusivamente na revisão da lei de servidão militar e quando foi identificado o problema concreto trabalhou-se na resolução desse problema com avanços e recuos, com indicações de localizações alternativas que depois vieram a verificar-se que eram inviáveis.

Finalmente, conseguimos chegar para a localização que estava prevista inicialmente a um consenso com a força aérea e como disse está apenas pendente da desafetação dos terrenos do domínio público militar para que se possa lançar o concurso após a revisão do projeto estar devidamente concluída.

Em relação às outras matérias este é um trabalho que se faz continuamente, não se pode ter a pretensão que um documento com estas características todas, as medidas sejam implementadas no imediato, ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* No imediato? Há mais de um ano! Há um ano e meio!

O Orador: ... agora há algo que lhe posso referir, é o compromisso de continuarmos a trabalhar para que elas se concretizem até porque muitas delas não dependem exclusivamente da ação governativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para uma pergunta tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

O eixo 5 do Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira, contempla a limpeza da pegada ecológica deixada na ilha pela utilização da Base das Lajes pelas forças militares norte americanas.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* E continua! Culpa de Roberto Monteiro, Berto Messias e Álamo Meneses!

A Oradora: Esta pegada tem uma componente ambiental pesadíssima como todos nós sabemos, mas também e de acordo com o relatório entregue nesta Assembleia pelo LNEC apresenta alguns indícios que a não serem imediatamente atalhados podem confirmar um perigo para a saúde pública através da contaminação doa aquíferos.

Sabemos também que o ataque a este atentado ambiental, para além de repor a limpeza num território que é nosso e que portanto merece ser reposto na sua natureza, tal como estava antes do uso a que foi sujeito, mas dizia eu o ataque a este atentado ambiental também comporta uma componente económica porque estes trabalhos implicam empresas locais, trabalhadores, postos de trabalho, portanto há também aqui uma vertente económica que não é despicienda.

Pergunta ao Sr. Secretário Regional: perante todos estes fatores como é que se pode compreender e até mesmo aceitar que após a reunião bilateral e quando o Governo Regional já tinha na sua mão o relatório do LNEC, as notícias vindas a público deem conta da satisfação do Governo Regional com os trabalhos, as negociações, a forma como a reunião decorreu, dando portanto a entender que tudo estava bem, que tudo se recomendava quando Sr. Secretário Regional, todos e todas nós sabemos que há muita coisa que está mal e que está muito longe de se recomendar?

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, até porque ainda tem tempo as perguntas sobre esse objeto, apesar de ser o PREIT no seu todo, naturalmente tem que estar relacionadas com o assunto da sessão de perguntas que é efetivamente os constrangimentos à operação civil.

Portanto, a essa resposta concreta o Sr. Secretário não deverá responder porque ela é sobre uma matéria que apesar de estar no âmbito do PREIT, não está relacionada com o tema que estamos aqui a debater.

Tem a palavra a Sra. Deputada para uma interpelação.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Obrigada Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, não vou discutir de forma nenhuma a sua interpretação mas na realidade considero um pouco *sui generis* porque o objeto 2 diz: "Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira", que é como todos nós sabemos um longo e vasto documento com vários eixos e nenhum deles está proibido de ser aqui ventilado, tanto quanto a nossa interpretação, mas aceito a sua Sra. Presidente, portanto não fico à espera de resposta, a pergunta fica feita.

Presidente: Sra. Deputada, naturalmente apenas um esclarecimento à câmara: é certo que o objeto PREIT é vasto mas os objetos as perguntas estão sempre relacionados com o tema geral da sessão de perguntas, ou seja a sessão de perguntas tem um tema e depois cada uma das perguntas tem um objeto, ora ainda assim os objetos terão que estar obrigatoriamente relacionados com a matéria que está aqui em causa.

Portanto, a Sra. Deputada se não quer fazer outra pergunta, ficará assim.

A Sra. Secretária Regional tinha pedido a palavra para uma interpelação?

Tem a palavra.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Isabel Almeida Rodrigues):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação que agora já não fará tanto sentido mas de qualquer forma fica aqui o registo da interpretação que o Governo tinha feito e por isso imediatamente estava ainda a Sra. Deputada Zuraida Soares a concluir a pergunta e eu tinha-me inscrito para uma interpelação porque o nosso entendimento era de que os objetos das perguntas têm que se enquadrar no tema que foi indicado pelo requerente e neste caso parecia-nos que claramente isso não acontecia.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sendo assim vamos dar continuidade às perguntas.

Tem a palavra agora a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Já teve oportunidade de numa questão anterior abordar aquilo que está previsto no PREIT no seu eixo 8, referente ao reforço da operação da Azores Airlines e da SATA Air Açores na Base das Lajes.

Ora bem, por um lado a pergunta que lhe faço é: este reforço que estava aqui previsto, nós sabemos em que moldes ele decorre atualmente, é de que forma se pode detalhar, de que forma ele se se manterá e reforçará ainda no futuro e também se é apenas da parte da SATA Air Açores, que é da sua competência, ou se tem conhecimento que a TAP também fará um reforço da sua operação uma vez que como nós sabemos, recentemente houve episódios que correram menos bem neste sentido.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Cláudia:

O reforço foi efetuado quer pela SATA Air Açores, quer pela SATA Internacional, refletindo os números que eu já tive oportunidade de transmitir.

No âmbito da operação para o próximo verão IATA, e aquilo que é já hoje a oferta pública, a TAP irá igualmente reforçar a sua operação nas ligações entre Terceira e Lisboa ao nível de frequências em 36%, ou seja, ao nível de passageiros, de lugares disponíveis, irá oferecer mais cerca de 20 000 lugares nestas ligações, à semelhança do que irá acontecer com a SATA Internacional, que irá reforçar em termos de frequências em 48% as suas ligações à Terceira,

sendo que em termos de lugares isto significa que haverá mais 17 000 lugares disponíveis nas ligações entre a Terceira e Lisboa, ou seja a variação total estamos aqui a falar num acréscimo de oferta superior a 35 600 lugares, no conjunto das duas operadoras que neste momento operam para a Terceira.

Gostaria a este propósito também de referir que os crescimentos que temos verificado que são fruto do reforço da operação quer da SATA Air Açores, quer da SATA Internacional, quer da própria presença da TAP, não se medem única e exclusivamente ou se mais indicadores faltassem para além dos passageiros desembarcados, temos aqueles que são efetivamente os indicadores de um setor fundamental para a economia da Região, como é o setor do turismo.

Os números hoje publicados relativamente ao turismo vêm confirmar que 2015 foi o melhor ano de sempre do setor na nossa Região, assumindo-se a Região como a Região com maior crescimento a nível nacional, tanto no ano inteiro, como particularmente no mês de dezembro, onde a Região só no mês de dezembro cresce 51,8% ...

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* A cassete!

Deputado Francisco César *(PS):* Não é cassete!

O Orador: ... é o maior crescimento alguma vez conseguido no setor ...

Deputado Francisco César *(PS):* E na Terceira, Sr. Secretário?

O Orador: ... e no caso concreto da ilha Terceira, fruto das políticas que têm vindo a ser implementadas e das práticas levadas a cabo pelos privados, depois de um crescimento de 9,5% no mês de setembro, de 27,2% no mês de outubro, de 15,5 % no mês de novembro, chegamos ao mês de dezembro com um crescimento de 66,9%.

Deputado Francisco César *(PS):* Quanto, Sr. Secretário?

O Orador: 66,9%. Isso demonstra bem o trabalho e a qualidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido numa comunhão plena de esforços entre as entidades públicas e as entidades privadas e responde também a este esforço que tem sido feito para consolidar o setor como um setor estruturante para a

nossa Região.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, não posso deixar de lhe dizer o seguinte: se a pergunta do BE não tinha nada a ver com o objeto principal desta sessão de perguntas orais, eu quero recordar à Sra. Presidente que desde a Microsoft da pergunta do Sr. Deputado Paulo Estêvão, até ao turismo, pelos vistos tudo cabe na pergunta principal.

Portanto, Sra. Presidente eu não compreendo o critério, por que é que uma pergunta sobre o PREIT, um eixo do PREIT, não cabe dentro do âmbito desta sessão de perguntas orais, mas o turismo e a Microsoft já cabem.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputada, fica registada a sua interpelação.

A questão do Sr. Deputado Paulo Estêvão tinha a ver com uma competência que seria atribuída à Base das Lajes por forma a substituir a sua componente militar que é um dos constrangimentos à operação civil e a resposta que foi dada pelo Sr. Secretário Regional foi a uma pergunta referente ao reforço da operação TAP que será consequência da diminuição da componente militar.

Foi nestas condições que a Mesa autorizou a que as perguntas fossem feitas e naturalmente que as respostas fossem dadas.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação?

Tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para confirmar o seguinte: uma pergunta que incida sobre os constrangimentos existentes à utilização civil das Lajes, é permitida e de acordo com a interpretação da Sra. Presidente faz parte do âmbito desta sessão de perguntas orais.

Presidente: Sim, porque a sessão de perguntas é exatamente essa: "Constrangimentos à operação civil no aeroporto das Lajes".

Muito bem, vamos então dar continuidade.

Para uma pergunta tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo que esta sessão de perguntas tem como objeto o constrangimento à operação civil na Base das Lajes, neste momento estamos a falar naquilo que o PREIT tem a ver com a Base das Lajes.

De facto houve aqui algumas perguntas que já foram feitas relativamente a alguns eixos do PREIT que estão diretamente relacionadas com a Base das Lajes e eu gostaria de para além de considerar que estas medidas que estão no PREIT, até pelas respostas já dadas pelo Sr. Secretário Regional, estão longe de serem executadas, ainda pouco passaram do plano das intenções e já agora dizer que através desta Assembleia foi tomada uma medida que já foi aprovada na Assembleia da República e que terá eficácia a partir da aprovação do próximo Orçamento do Estado e que tem a ver com uma Anteproposta de lei que esta Assembleia aprovou por unanimidade, por iniciativa do PCP e que foi aprovada na Assembleia da República

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Mas isto tem a ver com o objeto!

O Orador: ... e que vai, essa sim, essa medida aprovada aqui na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, essa sim...

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Sra. Presidente, isto tem a ver com o objeto?

O Orador: Eu estou nos considerandos, ainda não fiz a pergunta.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Mas os considerandos também têm a ver com o objeto!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires ...

O Orador: Portanto acabar este considerando, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprovou aqui uma Anteproposta de Lei que terá eficácia a partir do próximo mês, com a aprovação do orçamento Geral do Estado e essa sim tem um efeito fundamental relativamente às questões que ...

Presidente: Sr. Deputado, tem que avançar para a pergunta sobre o objeto.

O Orador: Se me deixarem concluir para eu fazer a pergunta.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Mas o problema é que não faz parte do objeto!

O Orador: Eu vou concluir dizendo que ao contrário das medidas que estão e que foram propostas pelo Governo no PREIT que ainda não passaram do papel, uma medida aprovada nesta Assembleia por iniciativa do PCP, vai ter eficácia já a partir do próximo mês.

Presidente: Sr. Deputado, tem que fazer a pergunta.

O Orador: Relativamente ao eixo 6 do PREIT "Captação de novas utilizações e capacidades para a Base das Lajes" eu gostaria de perguntar claramente ao Sr. Secretário Regional qual destas medidas já está aprovada e em funcionamento?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional para responder.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aníbal Pires:

Para se concretizar todas estas medidas é fundamental que aquilo que foi bloqueado nomeadamente pelo PSD na última Legislatura, seja desbloqueado, ou seja que haja um protocolo que flexibilize a utilização civil da BA4.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Então vamos tratar disso!

O Orador: Esta é a medida chave de todo este processo e é a partir daí que todas as outras terão o devido seguimento e encadeamento numa perspetiva de potenciar e dinamizar a infraestrutura da BA4 para a utilização civil.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Vamos tratar disso e é já neste plenário!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Ribeiro.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro** *(PSD):* Muito obrigado, Sra. Presidente:

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, começo pela intervenção agora do Sr. Secretário, porque quem ouviu o Sr. Secretário falar até parece que só existe Base há cinco anos, só existe problemas na Base há cinco anos ...

Secretário Regional do Turismo e Transportes *(Vítor Fraga):* Os problemas começaram agora!

O Orador: ... e que até lá tudo se resolvia, tudo estava condicionado a essa situação, aliás algumas promessa que vêm no PREIT para combater esse problema, já estão prometidas há muitos anos, algumas delas há mais de 10 anos e não têm sido concretizadas.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Desde a desratização, a eletrificação das casas de ordenha!

O Orador: Aliás o PREIT é aquele documento que foi criado na sequência ou como resposta à redução do contingente americano nas Lajes, uma vez que essa redução iria causar um profundo impacto económico negativo na Ilha Terceira e na Região e se alguma coisa de boa ou se algum mérito teve essa redução, foi pôr a nu os falhanços da política do governo na Ilha Terceira porque se percebeu que afinal sem a Base os problemas já lá existiam. A economia da Terceira não está no declínio que está após a redução, mas já estava quando o PREIT foi aprovado nesta Casa.

O que é que o PREIT nos traz? Uma série de medidas que visam combater este declínio mas que dependem excessivamente de financiamento externo, nomeadamente e em particular dos Estados Unidos da América.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Mas o que é que isto tem a ver com o âmbito?

Deputado Francisco César *(PS):* Tem razão, Sra. Deputada!

O Orador: A pergunta que eu faço é: e se esse financiamento falhar, como é que fica a Terceira, como é que fica as Lajes e Sr. Secretário, qual é que é o plano B, se é que existe um plano B, ...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Só em abril!

O Orador: ... uma vez que para se concretizar temos que estar à espera da boa vontade do Governo dos Estados Unidos da América para poder desenvolver e para poder corrigir aquilo que foi a fraca governação socialista para a Ilha Terceira.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Ribeiro, eu agradecia apenas que especificasse a sua pergunta porque ela é demasiado generalista porque fala de todo o financiamento do PREIT ...

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Qual foi o Plano B?

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Foi claríssima!

Presidente: Sim, mas o PREIT como eu expliquei à Sra. Deputada Zuraida Soares é um Plano generalista e nós neste momento estamos a incidir essencialmente no eixo 4 e 6 que são aqueles que se referem à temática.

Portanto, se puder especificar dentro destes dois eixos a que medida é que se refere.

Deputado Jorge Macedo e João Bruto da Costa *(PS):* Muito bem!

(*) **Deputado Paulo Ribeiro** *(PSD):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Quando nós estamos aqui a fazer propaganda sobre o turismo e sobre a evolução das escalas da SATA e da TAP e que a Sra. Presidente para si, isto é PREIT, ou melhor isto é constrangimentos para o PSD, o financiamento ou a

falta de financiamento para corrigir o fracasso da política socialista na Ilha Terceira, também é PREIT ...

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Muito bem!

O Orador: ... e está dentro do constrangimento até porque a Sra. Presidente certamente saberá que muitas das obras previstas são precisamente para resolver esses constrangimentos. Se não houver financiamento como é que ficamos e qual é o plano B porque a Ilha Terceira não pode continuar a ficar à espera, não pode continuar a esperar mais vinte longos anos para que saia do ponto em que está.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Ribeiro, o que eu pretendia que o senhor fizesse o senhor já fez, agora há uma coisa que não posso aceitar. O reforço da operação comercial não só é um dos objetos que estão aqui em causa, como faz parte da temática que está aqui a ser debatida hoje.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Não foi essa a pergunta!

Presidente: Portanto, só a questão do constrangimento militar é que permite que possa haver reforço da aviação civil e comercial.

Portanto, a Mesa gere os trabalhos com imparcialidade e a questão da propaganda, com certeza Sr. Deputado, não era dirigida a mim.

Sr. Deputado Paulo Ribeiro para uma interpelação, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Ribeiro *(PSD):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Quando se está aqui a falar de constrangimentos de utilização no objeto ninguém fala em questões militares, a Sra. Presidente é que está a falar em questões militares. Eu estou a falar da parte civil que é da competência do Governo Regional dos Açores, cumprir aquilo que tem prometido e resolver estes constrangimentos civis, porque há uma parte que é possível ser resolvida pelo Governo Regional e não tem sido resolvida, não percebemos se por má vontade, ou porque simplesmente não é capaz de fazê-lo.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Mas a Mesa já registou a reformulação da sua pergunta, Sr. Deputado e era isso que interessava logo em primeiro lugar.

Para responder Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, falar em propaganda quando se anuncia ou se fala no bom desempenho de um setor fundamental para a Região, deixa muito a desejar, ...

Deputado Paulo Ribeiro *(PSD):* Isso não faz parte, Sra. Presidente!

O Orador: ... particularmente quando eu referi especificamente em relação à Terceira que faz parte das medidas de revitalização da própria economia da Terceira e quanto às boas ou más políticas que o PS ou este Governo têm implementado na Terceira ...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Está a responder à pergunta ou aos considerandos?

Deputado Paulo Ribeiro *(PSD):* Exatamente!

O Orador: ... oh, Sr. Deputado, quanto a essa questão os terceirenses, ano após ano, ato eleitoral após ato eleitoral ...

Presidente: Sr. Secretário Regional ...

O Orador: ... tem dado a respetiva resposta.

Presidente: Sr. Secretário eu agradeço que responda apenas à questão do financiamento da aerogare.

O Orador: Em relação ao PREIT. O PREIT tem medidas da responsabilidade do Governo dos Açores, medidas da responsabilidade do Governo da República e medidas da responsabilidade dos Estado Unidos.

O Plano B, Sr. Deputado, é garantir que cada um cumpra na exata medida as suas responsabilidades

Deputado Paulo Ribeiro *(PSD):* Desratização, eletrificação das casas de ordenha!

O Orador: Seria de uma leviandade terrível chegar aqui e apresentar um plano B, quando não estão esgotadas todas as possibilidades de concretização do PREIT, que o Governo do seu partido meteu na gaveta e não cumpriu ao longo dos dois anos que esteve com o PREIT nas mãos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Sr. Deputado, isto é que é lamentável!

É lamentável a atitude que o PSD tem neste debate! É lamentável porque sabe que nada fizeram para resolver os problemas da Terceira enquanto tiveram no Governo da República. Nada fizeram! Andaram a enganar, a iludir os terceirenses e isso os terceirenses sabem-no, eu não preciso de dizê-lo.

Deputado Paulo Ribeiro *(PSD):* Não respondeu, Sr. Secretário!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É como diz a outra, "não me avisaram".

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra para uma interpelação.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Para pedir um intervalo de trinta minutos.

Presidente: Peço aos líderes que se aproximem da Mesa e a Sra. Secretária Regional, por favor.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, foi pedido um intervalo regimental, será concedido e vamos também interromper os nossos trabalhos para almoço. Regressamos às 15 horas com a continuação deste debate.

Eram 12 horas e 21 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, entramos agora no objeto n.º 3 desta sessão de perguntas: Investimentos públicos.

Eram 15 horas e 05 minutos.

Para uma pergunta tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo (cada vez mais reduzido o Governo na sua expressão):

A 24 de outubro de 2011, o velho governo socialista anunciou que estava e cito: "Pronto o projeto para a construção de um terminal de cargas no aeroporto das Lajes", repito e cito: "Pronto o projeto para a construção de um terminal de cargas no aeroporto das Lajes, estando o processo pendente de análise e parecer obrigatório da Força Aérea Portuguesa".

O então Secretário Regional da Economia, Vasco Cordeiro, afirmava que este investimento público era uma intervenção de grande importância para a Ilha Terceira. E é! Só que já lá vão cinco anos (ou a caminho).

Durante vários anos, Sr. Secretário, e isto combate a sua demagogia que o senhor fez aqui de manhã, baratinha, desde 1998 o Governo Regional Socialista inscreveu verbas nos sucessivos planos da Região que superaram 5 milhões de euros, repito, 5 milhões de euros, para a realização do terminal de carga da aerogare civil do aeroporto das Lajes. 5 milhões de euros, Sr. Secretário!

Entretanto, em meados do ano passado o Ministério da Defesa respondeu a um requerimento do CDS, dizendo que a obra do novo terminal de cargas estava autorizada pela Força Aérea Portuguesa mas que existia oposição por parte do município da Praia da Vitória (de maioria socialista, Sr. Secretário Regional da Economia) para a modificação do decreto de servidão militar da BA4, pelo que mantendo o Projeto do Governo Regional "seria preciso encontrar uma nova

localização – estou a citar – para a construção da infraestrutura e referindo ainda que o Governo Regional nunca teria respondido a um ofício que indicasse – cito novamente – uma possível localização alternativa para realizar a obra, Sr. Secretário Regional.

Por outro lado, paralelamente à construção do novo terminal de cargas o velho Governo Regional, socialista com certeza, anunciou também um investimento significativo para aumentar a placa de estacionamento de aeronaves civis na aerogare das Lajes. Onde é que está este investimento, Sr. Secretário, para o aumento da placa civil?

Quase dez anos e nada ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente.

... e o que vemos, cada vez com maior frequência, são os bloqueios ao desenvolvimento das escalas técnicas e da operação regular.

Portanto, Sr. Secretário, o que eu lhe pergunto nesta altura é para quando o Governo Regional vai falar a verdade, a verdade sobre a construção do terminal de cargas, da aerogare civil das Lajes, para quando, e mais importante, quando vai o Governo Regional avançar com a concretização desta infraestrutura e do aumento da placa civil que cada vez é de maior importância para a revitalização económica da Ilha Terceira?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

O Governo Regional sempre fala a verdade ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não! fala não!

O Orador: ... e fala a verdade tanto noutros assuntos, como no assunto do terminal de cargas.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Diga lá essa outra vez!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Tem que ir à máquina da verdade!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Em relação ao terminal de carga, Sr. Deputado, se me permite a primeira vez que houve uma comunicação por parte da força aérea em relação ao terminal de carga foi em 19 de setembro de 2012 e nessa comunicação a Força Aérea informa que o parecer da Força Aérea em relação ao terminal de carga, que era passível de autorização após aprovação da proposta de revisão do decreto de servidão militar da Base Aérea n.º 4 pelo Ministério da Defesa.

Em 30 de janeiro, Sr. Deputado, já comigo nestas funções, eu dirigi uma comunicação ao Sr. Ministro da Defesa Nacional, precisamente a perguntar-lhe para quando se previa a conclusão do processo de revisão da lei de servidão militar, que iria possibilitar a construção do mesmo.

Essa comunicação de 30 de janeiro, Sr. Deputado, teve resposta a 14 de fevereiro, em que o Ministério da Defesa Nacional indicou que teria enviado para a Câmara Municipal da Praia da Vitória e de Angra do Heroísmo, o projeto para que essas se pronunciassem.

Esse processo de consulta e de troca de informação entre o Ministério da Defesa e as Câmaras Municipais prolonga-se até 31 de julho de 2013.

A 20 de agosto voltei a questionar o Ministério da Defesa Nacional para quando a conclusão deste processo, que era fundamental para o desenvolvimento do transporte de carga aérea para a Ilha Terceira e para a sua economia.

Posteriormente em março de 2014 (não se obteve resposta) foram desenvolvidos contactos no sentido de reunir com o Ministério da Defesa Nacional para ultrapassar esta situação.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Essa já é velha!

O Orador: A 26 março de 2014 e após contatos efetuados por mim, pela Sra. Secretária de Estado da Defesa, ela enviou-me uma comunicação com um conjunto de anexos, onde estava explícito qual era o problema, quais eram os

verdadeiros constrangimentos para a construção do terminal de cargas e que não se enquadrava única e exclusivamente na questão da lei de servidão militar, ou melhor não era necessário a revisão da lei de servidão militar para que o terminal de carga pudesse ser construído.

A questão colocava-se sim na cota de soleira que provocava interseção com a superfície de transição da pista.

A partir desse momento nós fomos atrás da solução para o problema e procurou-se algumas soluções técnicas que o permitissem fazer,

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Em que data foi isso?

O Orador: A 26 março de 2014.

Em junho de 2014, em reunião com o Comandante da Base e o Diretor Regional dos Transportes foi sugerida uma utilização alternativa, em atuais armazéns que ficam do lado oposto da pista, o que se verificava que do ponto de vista operacional era completamente inviável para fazê-lo.

Em agosto de 2014 através da Direção Regional dos Transportes voltou-se a solicitar ao Departamento de Infraestruturas do Ministério da Defesa uma reunião de trabalho para se tentar encontrar uma solução que não fosse aquela da localização alternativa e que permitisse avançar com o processo.

A 29 de janeiro de 2015 ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Sra. Presidente, peço a sua condescendência para poder explicar todo este processo.

A 29 de janeiro de 2015 e face à ausência de resposta do Ministério da Defesa foi enviado um novo ofício a reforçar o mesmo pedido de reunião anteriormente solicitado, ou seja com o departamento de infraestruturas.

A 25 de fevereiro houve a resposta dos serviços de infraestruturas agendando uma reunião para 11 de março de 2015.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* O senhor não está a responder nada. Responda às perguntas que eu fiz!

O Orador: A 11 de março de 2015 nessa reunião foi dito que o problema da localização que tinha sido levantado inicialmente, que já não era só de ordem de servidão militar mas que tinha sim a ver com a interferência com a operação de rádio ajuda denominada TACAN.

Presidente: Sr. Secretário tem que terminar.

O Orador: A 26 de março o Ministério da Defesa formaliza uma nova proposta de alteração de localização, proposta esta que foi rejeitada pelo Comandante da Zona Militar dos Açores a 14 de abril, sugerindo que se voltasse para a localização inicial refazendo a cota de soleira que tinha sido inicialmente prevista.

A 3 de julho foi solicitado ao Comando da Zona Aérea dos Açores ...

Presidente: Sr. Secretário, terá de abreviar a resposta porque já ultrapassou o seu tempo.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* O Sr. Secretário não está a responder nada. Está a ler um documento entre o Governo e o Ministério da Defesa Nacional. Vou ter que protestar!

O Orador: Oh Sr. Deputado, o Sr. Deputado acusou de nós nada fazermos e inclusivamente acusou de ...

Presidente: Sr. Secretário, mas tem que limitar a sua resposta aos cinco minutos regimentais.

O Orador: Eu vou abreviar.

A 3 de julho foi solicitado ao Comando da Zona Aérea para que este formalizasse a indicação que tinha dado para voltar à localização inicial.

Posto isto foi desenvolvido junto de Departamento de Infraestruturas do Ministério da Defesa um conjunto de ações que levaram, pela primeira vez, a que fosse autorizado o levantamento topográfico no terreno dentro da Base e verificou-se que havia a possibilidade de haver um ganho de dois metros na cota de soleira. Isso foi efetivamente efetuado. O projeto de especialidades está

concluído, está em processo de revisão como lhe disse e o único ponto que está pendente neste momento é a desafetação dos terrenos no domínio militar.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Responda à placa de estacionamento!

O Orador: Em relação à placa de estacionamento, Sr. Deputado ...

Presidente: Sr. Secretário, tem que terminar, peço desculpa mas já ultrapassou largamente o seu tempo. Terá mesmo que terminar.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Gastou os minutos e não disse nada!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Responda à placa de estacionamento!

O Orador: Em relação à placa de estacionamento, as condições que existiam quando foi posto o alargamento da placa de estacionamento não são as que estão hoje. Hoje existe infraestrutura disponível para que esse alargamento seja feito sem qualquer investimento adicional.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, penso que quer usar do direito à réplica. Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, muito obrigado. Sr. Secretário:

Eu lamento que o senhor tenha feito aqui uma leitura de correspondência entre a sua Secretaria e o Ministério da Defesa Nacional e que não tenha respondido à questão que lhe coloquei, à ineficiência, à vossa incompetência justificando com os outros aquilo que os senhores desde 1998 não fazem, Sr. Secretário.

O senhor sabe por ventura quanto estes sucessivos (o velho e até o novo) Governos já inscreveram na totalidade de verbas para o terminal de carga da aerogare civil das lajes? Era isso que o senhor devia ter dito, justificado como é que inscreveu 6 milhões, quatrocentos e trinta e oito mil e setecentos euros. Onde é que está esse dinheiro? Serviu para quê, Sr. Secretário? Isso é que é a vergonha que os senhores não fizeram e anda-se a justificar com a Força Aérea. Por que é que os senhores desde 98...

O problema, Sr. Secretário, quando o senhor falsamente e politicamente desonesto, faz aqui crer que é desde 2011, é mentira! Vem desde de 98 que os

senhores inscreveram verba no Plano e Orçamento para a construção desta infraestrutura, Sr. Secretário Regional.

Portanto, andam há nove anos a enganar os terceirenses. Isso é factual, Sr. Secretário! Não se venha justificar com a Força Aérea Sr. Secretário porque os senhores sempre capitularam perante isto e sempre fizeram política eleiçoeira na qual o senhor é um especialista e inscreveu verbas, foi o senhor que inscreveu em 2015, Sr. Secretário e em 2016, um milhão e oitocentos mil euros e em 2015, 618 mil euros. Onde é que está o início da infraestrutura.

Quer saber, Sr. Secretário Regional: Ponta Delgada, 24 de outubro de 2011 "Governo concluiu projeto para a construção do terminal de carga no aeroporto das Lajes. O Governo dos Açores, (como os senhores pomposamente se auto intitulam) já tem pronto o projeto para a construção de um terminal de carga no aeroporto das Lajes". Vasco Cordeiro. Sabe quem é Sr. Secretário? Sabe quem é? Já tem pronto! Tem ou não tem? Está a falar verdade ou está a mentir, Sr. Secretário, o Governo? Em que é que ficamos?

Sr. Secretário Regional, já lhe desmenti completamente aquilo que o senhor disse com provas factuais. Desde 98, seis milhões de euros, inscritos nos sucessivos planos e alguns da sua responsabilidade.

Presidente: Agradeço que abrevie, Sr. Deputado.

O Orador: Eu vou terminar, Sra. Presidente. Dê-me só uma toleranciazinha.

Da sua responsabilidade foram 2 milhões e meio de euros. Da sua responsabilidade, que o senhor vem aqui dizer que não.

Relativamente às correspondências todas que o senhor fez, tem aqui um ofício do Sr. Ministro da Defesa, do Governo de Portugal, que diz o seguinte: "Encarrega-me Sua Excelência o Ministro da Defesa ... (não vou agora ler estas coisas todas, diz assim, isto é de 2 junho de 2015, 2 junho de 2015 o que põe por terra todos os argumentos que o senhor aí disse): a modificação do decreto de servidão militar da Base Aérea 4, encontra-se suspensa devido à oposição

por parte do Município da Praia da Vitória (está aqui escrito, Ministério da Defesa Nacional).

De acordo com o referido decreto em vigor, a cota altimétrica, altimétrica, que é a de soleira que o senhor chama de soleira, do projeto apresentado pelo novo terminal de carga, tem que ser substancialmente reduzida (a que o senhor chama de soleira) para valores que já foram dados a conhecer ao Diretor Regional dos Transportes, Sr. Secretário Regional, e recentemente, (recentemente isto é a junho de 2015) foi indicado ao mesmo Diretor Regional uma possível localização alternativa para esta infraestrutura, não tendo até á presente data sendo obtido qualquer resposta", Sr. Secretário. Quem é que anda a faltar à verdade, Sr. Secretário!

Para terminar, Sra. Presidente, relativamente à placa de estacionamento civil que mais uma vez vem provar que os senhores durante 10 anos, não fizeram nada e agora vem dizer: "A gente agora não precisa porque vamos buscar aquelas ali dos americanos (mas não vão porque a Força Aérea não autoriza) há aqui uma (permita-se só Sra. Presidente) uma resposta a um requerimento nesta Casa em que o Governo Regional ...

Deputado André Bradford *(PS):* O que vale é a correspondência!

O Orador: Olhe o senhor tem muita responsabilidade também! Já cá faltava!

Presidente: Não entrem em diálogo, Srs. Deputados.

O Orador: Sr. Secretário Regional, em 4 de julho de 2007, a ANA Aeroportos de Portugal a pedido do Governo Regional dos Açores, fez o estudo para ampliar a placa, foi concluído, entregue ao Governo, estando tudo pronto, desde o impacto ambiental, o estudo geológico e geotécnico do terrena da fundação, tudo para ...

Presidente: Tem de formular a pergunta, Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente, isto é muito importante e eu vou terminar dizendo isso: "desde então a direção da aerogare civil das Lajes tem desenvolvido todos os esforços para obter da Ana esse estudo. Assim prevê-se que o estudo prévio

adjudicado à ANA, Aeroportos de Portugal, esteja concluído (imagine-se quando, Sr. Secretário!) agosto de 2008". Agosto de 2008 e os senhores vem pôr culpas nos outros ...

Presidente: Sr. Deputado, tem de elaborar a pergunta.

O Orador: ... naquilo que os senhores foram incapazes de fazer durante uma dezena de anos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Pergunta? A pergunta era a repetição da primeira?

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* A pergunta foi onde estão os 6 milhões e se é verdade ou não!

Presidente: Sr. Secretário Regional, para responder.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Eu percebo plenamente que o senhor lamente o meu relato porque o meu relato de todas as comunicações que existiram entre o Governo dos Açores e o Governo da República sobre a matéria do terminal de carga da Terceira, põe a nu a ineficiência do Governo da República em todo este processo

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* 98, homem!

O Orador: Põe a nu a ignorância do Sr. Ministro da Defesa neste processo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

... Oh, Sr. Deputado, eu sei que o senhor sabe que para concretizar o terminal de carga nunca foi necessário a revisão da lei de servidão militar.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Os senhores é que dizem isso!

O Orador: Foi a informação que o Governo da República andou a transmitir durante anos.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Mas quais governos? Seja sério!

O Orador: ... através de uma comunicação de março de 2014, ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Seja sério! Qual era o Governo?

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* O de Sócrates!

O Orador: Do seu Governo, de 2012 e 2013 Sr. Deputado! Foi a primeira comunicação que existiu sobre essa matéria. O problema está aí e durante este tempo até março de 2014, a única situação que foi levantada para não permitir a concretização do terminal civil de carga da aerogare das Lajes, era a revisão da lei de servidão militar. Só nessa altura é que se ficou a saber que o problema estava na cota de soleira.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Quem era governo em 99?

O Orador: Isso foi uma ocultação que foi propositadamente induzida pelo Governo da República. Só nessa altura é que se conseguiu saber qual era o verdadeiro problema e isso que o senhor afirma que em julho de 2015, que o Sr. Ministro da Defesa lhe disque o problema está na lei de servidão militar, para dizer isso só pode ser por pura, pura ignorância.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Para um protesto.

Por chamar ignorante.

Deputado José Ávila *(PS):* E o senhor chamou mentiroso!

Presidente: Por lhe ter chamado ignorante?

Tem a palavra, Sr. Deputado. Dispõe de três minutos.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, muito obrigado.

Sr. Secretário Regional, na política não vale tudo...

Secretário Regional do Turismo e Transportes *(Vítor Fraga):* Ah, pois não!

O Orador: ... mas consigo parece que sim porque eu indiquei-lhe aqui desde 1998, 99, era Governo da República o Partido Socialista, o que é que o seu Governo fez sobre isso, já se punham as mesmas dificuldades.

Em 2000 era Governo da República o Partido Socialista.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Mas ele era do PSD na altura!

O Orador: Entre 2005 e 2011 era Governo da República o PS, Sr. Secretário. O que é que se protestou sobre isso? O senhor não foi sério ao não indicar a todos os governos ...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem que se cingir ao protesto.

O Orador: ... e não apenas ...

Presidente: Sr. Deputado, tem que se cingir à questão protesto pelo qual lhe dei a palavra, não podemos voltar ao debate.

Deputado Berto Messias *(PS):* O enquadramento regimental deste protesto tem tudo a ver!

O Orador: Está bem, Sra. Presidente.

... e não apenas a este último Governo. Isto é um ato de cobardia política.

De resto está aqui. Chamar-me ignorante por ler um ofício do Ministério da Defesa, ...

Deputado Berto Messias *(PS):* Ninguém lhe chamou ignorante!

O Orador: ... dizer que só por pura ignorância é que eu posso dizer isto, quando está aqui escrito um documento oficial que eu peço que seja distribuído, vou distribuir à comunicação social e peço à Sra. Secretária que vou entregar na Mesa para distribuir aqui, eu não disse por pura ignorância Sr. Secretário. Eu disse de um documento que tenho aqui à minha frente que eu li e que está aqui e que vem desde há muito tempo e a culpa da não construção do terminal civil é sua, do seu Governo, eu não tenho Governo, o senhor é que tem Governo e é governante e devia envergonhar-se da sua governação!

Deputado Berto Messias *(PS):* Sra. Presidente, tem que haver limites!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

Dispõe de dois minutos.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um contraprotesto apenas para informar o Sr. Deputado Artur Lima que eu não o chamei de ignorante e certamente recorrendo aos Diário das Sessões isto poderá ser claramente comprovado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* O senhor só disse "por pura ignorância!"

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Isabel Almeida Rodrigues):* Não foi isso que foi dito!

O Orador: Em relação àquilo que o Sr. Deputado disse, oh Sr. Deputado ...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Secretário Regional está no uso da palavra.

Sr. Secretário Regional, pode continuar.

O Orador: Aquilo que eu disse, volto a dizer: desde que foi entregue um projeto de construção do terminal de carga das Lajes, foi em 2011, a primeira resposta que há, para dizer que ao estar condicionado à aprovação da lei de servidão militar, é em 2012. São factos concretos, factos objetivos.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Há anos!

O Orador: Em relação aos montantes que estavam inscritos no Plano, eles têm vindo a ser inscritos na perspetiva de se construir, se não foi construído desde 2012 foi porque o Governo da República assim não o permitiu.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Mas quem? Quem era Governo em 98? Seja sério!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sras. e Srs. Deputados, aproveito para informar o Plenário de que se encontram nas galerias um grupo de pessoas incluídas no projeto "Meus Açores, meus

Açores", provenientes das Ilhas de S. Miguel, Terceira e Santa Maria, a quem saúdo em nome desta Assembleia. Sejam bem vindos!

(Aplausos da Câmara)

Vamos avançar com as nossas perguntas.

Está inscrito o Sr. Deputado António Toste Parreira a quem dou a palavra.

(*) **Deputado António Toste Parreira** *(PS):* Obrigado Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário aproveitando a oportunidade e indo diretamente ao assunto, por aquilo que se ouve falar e até de acordo com alguns conselheiros, nomeadamente do Conselho de Ilha Terceira e de alguns empresários ao nível local, em parte o atraso verificado no projeto do terminal de carga da aerogare civil da Lajes, deve-se à cota de soleira, já aqui referenciada quer pelo Sr. Deputado Artur Lima, quer pelo próprio Sr. Secretário, ou seja no novo edifício a construir.

Sendo verdade esta razão acho que seria bom e importante percebermos todos aqui nesta Casa a que se deveu ou a que se deve este facto, nomeadamente pela demora que esta situação possa ter provocado no desenvolvimento desse processo para que nos entendamos de uma vez por todas, nesse processo por aquilo que foi falado e transmitido houve aqui alguma demora nesta situação e era bom que todos aqui nesta Casa percebessem o que é que se passa com esta situação.

Deputado Cláudio Almeida *(PSD):* Isso estava combinado com o Sr. Secretário!

O Orador: Também lhe perguntava para quando prevê a conclusão final da revisão do mesmo projeto?

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Toste Parreira, esta questão já foi abordada anteriormente. Inicialmente a Região não teve conhecimento que o problema se colocava ao nível da cota de soleira mas única e exclusivamente ao nível da revisão da lei de servidão militar.

Como tive oportunidade de dizer o processo está em fase de revisão, dentro daquilo que a lei obriga dada a sua complexidade e prevê-se que a conclusão da revisão seja no início do próximo mês de março, se não me engano no dia 4 de março, ficando a partir daí condicionado o lançamento do concurso apenas à desafetação dos terrenos do domínio público militar.

Mas também gostaria de referir aqui e em relação a este tema, uma outra situação: é que ao longo deste período nós não baixamos os braços em termos de dinamizar e de potenciar a exportação através da carga aérea e mesmo não tendo esta infraestrutura gostaria de partilhar com as Sras. e Srs. Deputados, que é uma estrutura fundamental para a dinamização económica da Ilha Terceira, mas no decorrer desta legislatura há um crescimento de 34% na carga embarcada por via aérea a partir da Terceira, o que demonstra bem que tem sido ultrapassadas todas as dificuldades ...

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Não é isso que dizem os empresários, Sr. Secretário!

O Orador: ... numa perspetiva de criar maior dinamismo e de atingirmos um sucesso com maior incremento à atividade económica potenciada pela exportação por via aérea.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Ribeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro** *(PSD):* Obrigado Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como eu disse aqui na minha primeira intervenção a pior coisa que se pode fazer, o pior serviço que se pode prestar à Terceira e aos Açores, é estar constantemente a justificar fracassos de 20 anos de governação com entidades externas.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Na Ilha Terceira foram 20 anos metido na gaveta e 20 anos cujo fracasso veio a nu com a apresentação do PREIT e com a saída ou a redução militar nas Lajes.

Deputado André Bradford *(PS):* Isso descredibiliza-o, Sr. Deputado! Os terceirenses sabem que não é assim!

O Orador: Parece no discurso do Governo que tudo isto aconteceu em quatro anos, pois foram nos últimos quatro anos que foi possível liberalizar o espaço aéreo da Região e foi nos últimos quatro anos que se conseguiu diminuir o impacto do desemprego dos trabalhadores das Lajes por interceção do Governo da República liderado pelo PSD.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Muito bem!

Deputado Berto Messias *(PS):* Como é que é? Repita isso!

O Orador: Há pouco, percebemos aqui que ...

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* É mentira? Então foi o Costa há 4 meses, mais o Jerónimo e a Catarina!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor algum silêncio.

O Orador: Nesta manhã o Sr. Secretário do Turismo e Transportes assumiu aqui que não tem um plano B para as Lajes, assumiu aqui que na ausência de financiamento o que temos que fazer é pressionar novamente os que não deram o financiamento e andaremos aqui neste ciclo vicioso como temos andado ao longo dos 20 anos.

O CDS-PP trouxe a este debate a questão do terminal de carga, os investimentos por parte do Governo Regional dos Açores na parte civil do aeroporto das Lajes, não se esgotam com as promessas do terminal de carga, temos também o caso da ampliação da placa de estacionamento da aviação civil.

A questão que eu quero aqui colocar é: na ausência do financiamento, até porque o financiamento depende na sua grande maioria dos estados Unidos da América, o que é que este Governo pode fazer, que tem condições para fazer sem estar constantemente a justificar a inação e a sua incapacidade de resolver os problemas da Terceira com os elementos externos?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Oh Sr. Deputado, eu percebo de alguma forma aquilo que o senhor tenta dizer mas se é certo que não devemos justificar os nossos fracassos com os erros dos outros, também não conte connosco para branquear os vossos erros com supostos fracassos que não são nossos.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não, não! Estamos a tentar perceber para que é que serve este Governo Regional?

Branquear é uma palavra que lhe fica muito bem!

(Apares inaudíveis)

Deputado Berto Messias *(PS):* A Dra. Berta Cabral conhece bem o processo!

Deputado Cláudio Almeida *(PSD):* Não! O Sócrates!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, nós estamos aqui para ser esclarecidos.

Por favor algum silêncio para que o Sr. Secretário possa responder.

O Orador: Em relação à questão do financiamento do PREIT, Sr. Deputado, o que eu disse de manhã reafirmo e aconselhava o Sr. Deputado a ler o PREIT porque o que lá está são medidas que são da competência do Governos dos Açores...

Deputado Paulo Ribeiro *(PSD):* 400 milhões de euros, Sr. Secretário!

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Está lá desratização, Sr. Secretário! Para que serve? Para matar ratos!

Presidente: Sr. Secretário pode continuar.

O Orador: Como o senhor sabe no PREIT tem medidas que são da competência do Governo dos Açores e que as iremos cumprir; tem medidas que são da competência do Governo da República que o seu Governo meteu na gaveta ...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* O seu Governo! O senhor votou nele!

O Orador: ... e não concretizou uma que seja.

Estamos certos que o atual Governo da República dará a devida resposta.

Deputado Paulo Ribeiro *(PSD):* E a liberalização do espaço aéreo?

O Orador: Oh Sr. Deputado, sobre a história da liberalização do espaço aéreo, eu sei que o senhor não esteve cá mas é um assunto amplamente debatido e foi negociado entre o Governo dos Açores e o Governo da República, foi negociado entre o Governos dos Açores e o Governo da República ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso é falso!

O Orador: ... e chegou-se a uma boa solução que beneficia todas as ilhas e todos os açorianos.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso é falso!

Deputado Paulo Ribeiro *(PSD):* Estão há 20 anos e ainda não fizeram nada!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Sr. Secretário, a sua cassete está mais gasta que a PCP!

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Não é cassete!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a gora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, também peço a sua condescendência para o seguinte raciocínio: o tema genérico desta sessão de perguntas é "constrangimentos à operação civil no aeroporto das Lajes"; o ponto 3 que é um subtema trata de investimentos públicos; os investimentos públicos podem ser de ordem e grandeza diversa (pequenos, médios ou grandes) mas havendo constrangimentos dificilmente haverá investimentos públicos sobretudo de média e grande grandeza.

Sendo assim todos e todas temos assistido a um jogo de empurra e de manobras políticas que têm sempre como foco os interesses da administração norte americana e nunca os interesses dos Açores, como Região Autónoma e é tão certo isto que eu estou a dizer que ainda agora durante a discussão do debate desta sessão de perguntas orais, nós temos falado diversas vezes e discutido as escalas técnicas nas Lajes e a sua operacionalização.

Ora todos e todas também sabemos que aumentar as escalas técnicas nas Lajes é praticamente sinónimo da sua diminuição em Santa Maria, o que nos leva para a filosofia de tirar a uns pobres, ou remediados, para dar a outros pobres ou remediados.

Ora, cada vez mais são as vozes na Região, no País, além fronteiras que olham para a posição geoestratégica dos Açores como fator de uma economia desenvolvida sendo a Base das Lajes uma estrutura que pode surgir como fonte de potencialização de uma economia nova e avançada para a nossa Região.

Pergunta, Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes: quando é que o Governo Regional assume o interesse dos Açores como primeiro fator nesta matéria e inicia finalmente estudos para transformar as Lajes no novo paradigma para a economia dos Açores, quebrando um tabu que só tem prejudicado e menorizado esta Região?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Zuraida Soares:

Esse é um tema que a senhora recorrentemente introduz, ...

Deputada Zuraida Soares *(BE):* É Lajes! Praia da Vitória! É PREIT, Sr. Secretário!

O Orador: ... a situação das Lajes e a sua componente militar é reconhecida e naturalmente que o Governo continuará a trabalhar, como sempre tem feito, para que se encontre as melhores soluções que satisfaçam os interesses dos Açores e de todos os açorianos.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* E os estudos? Quando é que começam a ser feitos, Sr. Secretário?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Agora para uma pergunta tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que eu venho aqui à procura é de uma resposta concreta. Não me interessa se a culpa foi do Governo A, ou C, se é da década de 90, se é nos últimos quatro anos, não me interessa até porque da parte do PPM nós não estamos no Governo da República desde 1983.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Bem lembrado!

Deputado Berto Messias *(PS):* O senhor já era líder do PPM?

O Orador: Portanto, a mim o que me interessa de facto são respostas concretas às questões que lhe vou colocar, que estão interligadas, só posso fazer uma questão, portanto as questões estão muito ligadas.

(Aparte inaudível)

O Orador: Só posso fazer uma, mas isto é a mesma questão praticamente.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Em desenho!

O Orador: Devo dizer-lhe então o seguinte, Sr. Secretário, se encontrou todas essas dificuldades do ponto de vista de aumentar o espaço de estacionamento na placa civil da aerogare das Lajes, o que eu lhe pergunto é: então o que é que fez ao dinheiro que inscreveu sucessivamente nos orçamentos regionais? O que é que fez ao dinheiro?

Deputado Francisco César *(PS):* O dinheiro foi gasto e o senhor sabe!

O Orador: O que é que fez ao dinheiro e fundamentalmente por que é que tomou essa opção, se achava que da outra parte existia alguém que estava apostado em dificultar a solução?

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Ele nem existia, como é que foi gasto, Sr. Deputado Francisco César!

O Orador: A outra questão é que garantias é que o senhor nos pode dar, uma vez que neste momento a conjuntura política do ponto de vista da perspetiva e do contexto político que estamos e que este Governo Regional se insere é a melhor de sempre, temos um Presidente Honorário do PS dos Açores, que é também Presidente do PS a nível nacional e que por sua vez é líder da muito influente bancada parlamentar do PS.

Portanto, as condições são as melhores de sempre.

O que eu lhe pergunto é: com estas condições políticas e neste contexto que garantias é que V. Exa. nos pode dar em relação a avanços concretos nesta matéria?

Deputado Berto Messias *(PS):* Já olhou para o Orçamento de Estado, já?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão em relação às questões julgo que o Sr. Deputado terá feito aqui alguma confusão, as verbas inscritas no plano não era para a placa mas sim para a construção do terminal de carga.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* A placa foi uma promessa de Carlos César que nunca foi cumprida. Foi prometida e nunca cumprida. Faz parte do Plano. Deve ser dos Governos que nunca dizem mentiras!

O Orador: Elas constavam do Plano porque havia a expetativa de se poder iniciar a obra e correspondia às execuções financeiras para cada um dos anos.

Esta obra foi inviabilizada que acontecesse até à presente data. Como lhe disse nesta fase temos o projeto de especialidades concluído, a revisão do projeto a decorrer. A partir de 4 de março, finda a revisão do projeto fica condicionada apenas à desafetação dos terrenos de domínio público militar.

A garantia que lhe posso dar, Sr. Deputado, é o compromisso que me foi firmado pelo Sr. Ministro da Defesa ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Outra vez?

O Orador: ... que iria tratar deste tema com o Ministério das Finanças para que o processo seja o mais rápido possível e o lançamento do concurso também se efetue dentro da maior brevidade possível.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Parecem boas intenções, mas de boas intenções!...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Parole, parole, parole!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se o Sr. Deputado Aníbal Pires se vai inscrever?

Sendo assim tem a palavra para uma pergunta.

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma vez que estamos no objeto 3 e que tem a ver com a questão dos investimentos públicos no aeroporto das Lajes, investimentos públicos regionais, a pergunta que eu queria deixar e agora não vou tecer nenhuma

consideração, fá-lo-ei mais tarde, esses investimentos públicos regionais dependem ou não de algumas situações que dependem do Governo da República serem desbloqueadas, isto é a ampliação do terminal de cargas, uma eventual ampliação da placa civil, depende ou não depende de situações que estão bloqueadas na República e que ainda podem estar a tomar o seu curso mas que estão bloqueadas ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Há anos! Diga!

O Orador: ... há vários anos, há muitos anos na República.

A pergunta é esta.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, como já tive oportunidade de dizer efetivamente o terminal de cargas está apenas condicionado a terminar a revisão do projeto e após isso à desafetação dos terrenos de domínio público militar que é uma competência do Governo da República.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Desde 2011 para cá já escrevi 10 cartinhas!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Terminámos o ponto 3, entramos agora no 4.º objeto desta sessão de perguntas: "A Base Aérea n.º 4".

Para uma pergunta tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta pergunta tem como título "Base Aérea n.º 4". Nós já ouvimos aqui hoje repetidamente o Sr. Secretário, vou abster-me de elencar todos os constrangimentos que o Sr. Comandante (vou só referir alguns) da Base Aérea 4 frequentemente, diariamente, todos os dias, todas as noites, sobretudo este

Comandante que está em exercício, dificulta a operação civil na Base das Lajes sem nenhuma justificação porque que eu saiba a aviação civil nunca provocou nenhum incidente que pudesse prejudicar a operação militar normal da Base das Lajes, quando é necessário fecham o espaço aéreo e avisam com antecedência e portanto as coisas têm corrido bem quando há bom senso.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

O Orador: O que acontece é que não há bom senso do Comandante da Base Aérea das Lajes, há prepotência e trata isto como se fosse uma colónia, que não é, mas o Sr. Comandante entende que é uma colónia ...

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Parece a I Guerra!

O Orador: ... e o Governo Regional assiste passivamente a esta questão e agora toda a gente se justifica, eu acho piada, ouvi durante toda a manhã, num protocolo a fazer-se entre (ainda não percebi bem) mas parece que é entre o Governo Regional, a Força Aérea Portuguesa e o Governo da República.

A pergunta que eu faço é se isso, no meu entender, primeiro antes da pergunta, isto é mais uma manobra de diversão quer, parece do Governo Regional, quer de quem mais alimenta esta ideia, porque se não vejamos a questão: se estamos ali presentes e o Governo Regional que deu cabo da economia da Terceira, não tem agora solução para a economia da Terceira que começa os americanos a abandonar, não foi em 2013, foi bastante antes, nos velhos governos do PS que são olimpicamente desprezados por este Sr. Secretário.

Vamos analisar a BA4. A BA4, Sr. Secretário Regional, Sras. e Srs. Deputados, é uma base triplamente militar: é militar pela Força Aérea Portuguesa, é militar pela Força Aérea Americana e é militar porque é uma Base NATO. Agora eu quero que me expliquem como é que é possível fazer um protocolo que agilize a operação civil numa base triplamente militar, Sr. Secretário.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

O Orador: E como esse protocolo é manobra de diversão...

Presidente: Agradeço que formule a pergunta Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar Sra. Presidente.

... mais uma do Governo Regional para distrair os terceirenses, há muito tempo, eu pergunto-lhe qual é a alternativa porque desse protocolo não vai sair nada. Eu pergunto-lhe qual é a alternativa concreta que o Governo Regional tem para a economia da Terceira porque os constrangimentos vão continuar numa Base triplamente militar e em que termos será feito esse protocolo, Sr. Secretário.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Os constrangimentos como o senhor disse muitos deles resolvem-se com bom senso, ou poderiam resolver-se com bom senso.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Por exemplo, pedindo a demissão do comandante!

O Orador: No entanto uma forma de ultrapassar algumas faltas do bom senso é se nós definirmos regras, claras que digam até onde é que vão os níveis de competência e de decisão de cada um dos intervenientes.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Mas quem é que diz?

O Orador: Naturalmente que para ter uma atuação na Base Aérea das Lajes é preciso haver uma coordenação entre os vários intervenientes, sejam eles civis ou sejam eles militares e a forma mais adequada de fazê-lo é precisamente, tal como foi feito em Beja, embora com características diferentes, um protocolo para a flexibilização da utilização civil da Base Aérea n.º 4.

No entanto, Sr. Deputado, as questões da economia da Terceira não se cingem única e exclusivamente à flexibilização da utilização civil por parte da Base Aérea das Lajes, há outros aspetos que têm vindo a ser trabalhados e um dos quais eu detenho a tutela direta, que é o do turismo, julgo que tem demonstrado

bons resultados do trabalho que tem vindo a ser feito não só pelo Governo, mas pelo Governo e por todos os empresários da Ilha Terceira, tendo níveis de crescimento nos últimos meses muito significativos, tal como foi tornado público hoje com os números do SREA em que no mês de dezembro tem um crescimento de 66%, portanto há aqui um caminho conjunto que temos que trilhar na consolidação e no desenvolvimento económico da Ilha Terceira, como de todas as ilhas da Região.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Julgo que o Sr. Deputado Artur Lima vai usar do direito à réplica.

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Obrigado, Sra. Presidente.

Isto é absolutamente hilariante o que nós estamos a assistir por parte do Sr. Secretário, que já nos habitua não só nesta questão da base das Lajes, como em outras questões da sua tutela que ainda veremos no decorrer desta tarde.

Mas, oh Sr. Secretário Regional, o senhor já é a segunda vez que se justifica aqui com o turismo, enfim ...

O senhor mais uma vez, já agora, só este ano, eleiçoeiramente como é seu timbre, é que o senhor vai aumentar os voos charter para a Ilha Terceira e até para a Ilha do Pico, depois de nós até no congresso regional que tivemos no Pico, termos exigido que o Governo Regional fizesse isso e até sugerido.

Portanto, o senhor agora é que veio com os charters, há quantos anos existem charters de turismo nos Açores, Sr. Secretário? Com quantos milhões foram financiados os charters e diga lá com quanto financiou a economia da Terceira? Isso é que o senhor tem que dizer!

Mas não me interessa isso, eu quero é que o senhor me fundamente depois de terem destruído a economia da Terceira, de uma maneira geral os senhores destruíram, o senhor nem são capazes de alterar a sua política aérea e querem que os outos alterem! O senhor nem é capaz de alterar a política aérea da sua companhia e acha ...

Oh, Sr. Sr. Secretário, se a força aérea chega ao ponto de impedir que um cidadão, que casais jovens que querem fazer a sua residência, que se endividaram no banco, para fazer uma casa nas Fontinhas, que fica a quatro quilómetros da Base Aérea das Lajes, no enfiamento de uma pista desativada, tem que recorrer ao tribunal e esperar dez anos e o Governo Regional assiste passivamente a isso, de simples cidadãos que se empenharam e endividaram para fazer uma casa e o senhor não faz nada, nem o seu Governo e deixa indefesos quem anda a trabalhar pela prepotência de um Comandante Militar que o senhor se inibe de criticar várias vezes aqui dentro, eu critico e acho que o que o senhor devia pedir ao Sr. Ministro da Defesa é: demita aquele Sr. Comandante que está a prejudicar os Açores, a economia da Terceira! Ou transmita de outra maneira, da maneira que o senhor quiser, mais delicadamente ou menos delicadamente.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

O Orador: O que não pode acontecer é estarmos submissos porque o colonialismo já acabou, Sr. Secretário Regional e o senhor continua a aceitá-lo porque tem agora um Governo socialista na República.

Deputada Catarina Moniz Frutado *(PS):* É o mesmo de há quatro anos! Por que é que o senhor não pediu há 4 anos o afastamento?

O Orador: Quanto ao resto o que eu lhe pergunto é o que é que serve a economia da Terceira, Sr. Secretário, é uma economia militar ou é uma economia civil?

A pergunta é esta: considera ou não considera o Governo que se este protocolo não for avante equaciona a construção de um aeroporto civil na Ilha Terceira?

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Dizer que eu me justifico com o turismo quando o senhor fala de economia, o turismo não é uma área de atividade da economia na Ilha Terceira?

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Eu acredito se o senhor usar dos mesmos métodos para todas as ilhas!

O Orador: O senhor não acredita que o turismo pode ter um potencial cada vez maior no desenvolvimento económico da Ilha Terceira? Eu acredito. Acredito e trabalho para isso e o caminho faz-se caminhando, Sr. Deputado. Nós estamos no primeiro ano de implementação do novo modelo de acessibilidades. Conseguimos captar a atenção de operadores privados para desenvolverem novas operações. Isto não é um processo que se faz de um dia para o outro é um processo que se faz de forma continua.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Responda à pergunta que lhe coloquei!

O Orador: Em relação à questão que colocou, Sr. Deputado, eu neste momento o que lhe posso dizer é que acredito que há condições para que se estabeleça um protocolo de cooperação que permita a utilização civil da Base Aérea n.º 4 e não vejo que tal sendo possível que haja necessidade de construir qualquer aeroporto alternativo na Ilha Terceira.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Qual é o plano B?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para uma pergunta tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Face à resposta à minha pergunta anterior e que foi sim, o investimento público regional para ser executado necessita que sejam desbloqueadas algumas questões com o Governo da República ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* O seu Governo, Sr. Deputado?

O Orador: O meu governo? Está enganado! O senhor está enganado, Sr. Deputado! Muito enganado!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Então o senhor não é que aprovou?

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo por favor.

O Orador: Não tem problema Sra. Presidente.

Mas há aqui outras questões que importa referenciar e que têm a ver com o seguinte: a operação civil e militar da Base das Lajes tem um histórico até há algum tempo atrás, de coexistência pacífica, aliás no resto País e no mundo existem exemplos de infraestruturas aeroportuárias com valências militares e civis que tirando alguns casos excecionais, a operação civil e militar realiza-se com toda a naturalidade com toda a normalidade.

A verdade é que não se percebe muito bem que nos últimos anos e são do domínio público todos nós conhecemos um conjunto de situações que causam e têm causado ao contrário do que vinha a acontecer constrangimentos à operação civil e comercial e que urge resolver

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Nomeadamente…

Deputado Berto Messias *(PS):* E por isso o senhor apresentou um projeto de resolução para resolver!

O Orador: Aquela infraestrutura tem uma utilização civil e portanto urge resolver.

Há aqui a questão da necessidade de desbloquear para o investimento público, há a necessidade de resolver estas situações anómalas que têm levado a que a operação civil no aeroporto das Lajes tenha sofrido algumas anomalias e essas anomalias como eu disse durante a manhã e logo na primeira intervenção, essas anomalias não se colocam apenas e só a companhias externas à Região.

A SATA Air Açores e a SATA Internacional são vítimas daquilo que se está a passar atualmente na Base das Lajes e perturbam a operação, quer da SATA Air Açores, quer da SATA Internacional, desde logo e os casos são conhecidos, a questão da desclassificação dos bombeiros que aconteceu em janeiro, ou então

as indicações meteorológicas designadamente em relação à intensidade do vento que tem levado ...

Presidente: Sr. Deputado, tem que formular a pergunta.

O Orador: Vou já formular, Sra. Presidente.

... a algumas situações menos agradáveis, designadamente à necessidade de alguns pilotos da SATA Air Açores borregarem no aeroporto das Lajes, coisa que só tem a ver com isto. Porquê? Porque o anemómetro não está certificado pela ANAC, mas o PCP como não se quer ficar apenas pela sessão de perguntas, já deu entrada de um Projeto de Resolução que visa recomendar ao Governo da República que desbloqueie estas situação e isto para não nos ficarmos apenas por uma estéril sessão de perguntas, já fez esse Projeto de Resolução e já o entregou e a questão é esta, há efetivamente necessidade de resolver aquele problema e a pergunta é: o que é que o Governo Regional já fez para que estas situações que se têm verificado e que têm provocado algumas anomalias na operação civil, designadamente no que concerne à SATA Air Açores e à SATA Internacional o que é que o Governo já fez para que elas pudessem ser ultrapassadas?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aníbal Pires:

Muito rapidamente além dos vários contactos que houve quer com a Força Aérea diretamente na Região, houve também a entrega do memorando ao Sr. Ministro da Defesa, onde estes assuntos foram todos levantados e onde chamámos a atenção para a necessidade urgente de respetiva resolução.

Em relação ao anemómetro a informação que nós temos é que o mesmo estará regularizado no início do mês de abril, era para ser até dezembro e foi adiado para abril.

Em relação à redução de categoria também lhe posso dizer que em 20 de janeiro a categoria foi reposta para categoria 7. Não tem havido impedimentos à operação por via, uma vez que o que a categoria quer dizer é que as companhias, se o avião for da mesma categoria ou de uma categoria inferior, pode operar apenas por indicação da própria companhia, se for duas categorias abaixo tem que comunicar à ANAC que se pode opor a que tal aconteça, e que haja registo isto não aconteceu no decorrer dessa situação de redução da categoria de segurança, que tem apenas a ver com os meios disponíveis para combater incêndios e para auxiliar as vítimas no caso de haver esse tipo de incidente no aeroporto.

Portanto, não há conhecimento de qualquer restrição efetiva que tenha ocorrido por via da redução da categoria de segurança.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

De acordo com aquilo que está estabelecido, uma das missões imputadas á Força Aérea Portuguesa, sedeada na Base Aérea n.º 4 é a busca e salvamento no mar, bem como a evacuação de doentes e de sinistrados na nossa Região.

Tendo em conta que os meios adstritos à Base Aérea n.º 4 para este tipo de tarefas são completamente deficientes e parcos e aliás esta deficiência e esta escassez ficou infelizmente bem comprovada com a morte de um sinistrado na Ilha de S. Jorge, em que o helicóptero que poderia fazer a evacuação imediata desse sinistrado estava a operar na Madeira;

Tendo em conta que os meios disponíveis para busca, salvamento no mar, evacuação de doentes da responsabilidade dos meios da Força Aérea

Portuguesa nos Açores, vão hoje quase da Madeira até Cabo Verde e dos Açores até meio caminho com Lisboa, o que manifestamente é incomensurável para os meios disponíveis, pergunta: sabendo como nós sabemos que houve um inquérito feito pelo Governo Regional relativamente ao acidente que referi na Ilha de S. Jorge e à não resposta imediata dos meios da Força Aérea Portuguesa sedeados na Base Aérea n.º 4, o que tem feito o Governo Regional no seguimento desse inquérito de que aliás ainda não foi dada nota pública, o que tem feito o Governo Regional relativamente a esse inquérito? Que reivindicações tem feito da República e como é que o Governo Regional pretende responder a esta situação de haver dois helicópteros e apenas uma tripulação, ou então a tripulação estar fora da Região Autónoma dos Açores porque está a responder a uma área que é absolutamente incomensurável para os meios disponíveis.

Sr. Secretário Regional, Sra. Presidente, e se me permite Sra. Secretária Regional:

Não vão outra vez com certeza dizer que está fora da Base Aérea n.º 4 ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não está!

Constrangimentos e Proteção Civil?

A Oradora: ... peço imensa desculpa, Base Aérea n.º 4, Força Aérea Portuguesa, é um assunto que diz respeito a estas perguntas orais, a esta Região ou então a Base Aérea n.º 4 não tem lá, não tem uma tripla função militar, nem lá tem Força Aérea nenhuma e este é um constrangimento! Este é um grande constrangimento! Não é só a aviação civil, é o salvamento de pessoas, de vidas humanas.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Tem toda a razão!

A Oradora: Maior constrangimento do que este não é possível e eu não quero acreditar que o Sr. Secretário Regional não tenha a coragem de responder a esta pergunta.

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, ...

A Sra. Secretária Regional pediu a palavra para uma interpelação?

Sras. e Srs. Deputados, a Secretária Regional pediu a palavra para uma interpelação, vou dar-lhe a palavra, mas naturalmente tenho que advertir a Sra. Deputada porque a questão da Base Aérea n.º 4, que está aqui como objeto de perguntas, naturalmente está relacionado e como pode observar até pelas perguntas que a antecederam, ...

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Mas eu não tenho que me guiar pelas perguntas que me antecederam!

A Oradora: ... com o facto da existência da Base Aérea poder constranger a operação civil do aeroporto da Base das Lajes, não naturalmente desconsiderando a importância e a pertinência das suas perguntas, mas parece à Mesa que efetivamente elas não se enquadram no espírito daquilo que é o objeto geral desta sessão de perguntas.

Portanto, a Sra. Deputada Zuraida Soares naturalmente que coloca questões relacionadas exclusivamente com a Base Aérea, mas não relacionadas com a Base Aérea e os constrangimentos à operação civil.

Por isso penso que por esse motivo vou dar a palavra à Sra. Secretária Regional, que já a tinha pedido para uma interpelação.

Tem a palavra a Sra. Secretária.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Isabel Almeida Rodrigues):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente Sra. Presidente, a minha interpelação ia no sentido daquela que foi a interpretação que a Mesa fez ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Então já não vale a pena!

Deputado André Bradford *(PS):* Vale sempre a pena quando a alma não for pequena!

A Oradora: ... da pergunta colocada pela Sra. Deputada.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Então prescinda, Sra. Secretária.

A Oradora: A Sra. Presidente fez questão de me dar a palavra, ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* E a senhora faz questão de a usar!

A Oradora: ... se o senhor me deixar concluir perceberá que eu iria dizer a seguir que tendo a Mesa procedido a essa interpretação nada mais tenho a acrescentar.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem! Pela primeira vez, concordo consigo!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, respeitando mais uma vez a interpretação da Sra. Presidente com a qual não concordo, que fique claro, com a qual não concordo, eu tenho que dizer que acho lamentável que o Sr. Secretário Regional tenha a possibilidade de pela primeira vez justificar e esclarecer um assunto que nunca foi publicamente esclarecido apesar de haver um inquérito que o Governo diz que fez e que deixe passar esta oportunidade sem fazê-lo em nome do Governo Regional. É lamentável e deve ficar registado nesta Casa e tem a ver com a Base Aérea n.º 4 e tem a ver com os constrangimentos ...

Deputado Berto Messias *(PS):* Isso é da área da saúde! Não tem a ver com a sessão de perguntas que esta a decorrer nesta casa!

A Oradora: ... e tem ver com as perguntas que estão a ser feitas nesta Casa e o Sr. Secretário Regional não responde porque simplesmente não quer ou não sabe.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares fica registada a sua interpelação mas naturalmente que aqui o Governo não responde não é porque não quer, ...

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Não é porque não quer, é porque não lhe dá jeito!

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Já falaram da Dra. Berta Cabral, de tudo. De saúde não se pode falar!

Presidente: ... é porque efetivamente não pode porque a interpretação desta decisão é da Mesa porque acima de tudo tem que se respeitar as regras deste debate. Tem que se respeitar as regras deste debate em primeiro lugar.

Sra. Secretária Regional pediu a palavra para?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Isabel Almeida Rodrigues):* Para um protesto? Mas não pode fazer protesto às interpelações.

O Sr. Secretário Regional pede a palavra para uma interpelação?

Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para informar a Mesa que o Governo poderá enviar o relatório do inquérito para a Assembleia para que ele seja depois distribuído pelas Sras. e Srs. Deputados e também informar que na audiência ...

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Quando? Alguma coisa correu mal e os senhores estão a esconder!

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Quando? Já vai fazer em junho um ano!

O Orador: ... que o Sr. Presidente do Governo teve com o Sr. Primeiro Ministro, solicitou o reforço da dotação de meios na Base Aérea n.º 4 precisamente para as questões de busca e salvamento.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Depois de ser recebido pela Mesa será distribuído então por todos.

Vamos continuar.

Pergunto se há mais alguma inscrição para este objeto?

Sr. Deputado Paulo Ribeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro** *(PSD):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Nós estamos aqui desde as dez horas da manhã a discutir os constrangimentos à aviação civil no aeroporto das Lajes.

Deputado André Bradford *(PS):* E outras coisas!

O Orador: Nós todos percebemos que a solução desse problema é fundamental para resolver um outro problema que se tem arrastado ao longo de vinte anos na Ilha Terceira e que é o fracasso da governação socialista na ilha, que não conseguiu em tempo útil arranjar alternativas para que a ilha volte a seguir um caminho de crescimento e desenvolvimento.

Deputado Berto Messias *(PS):* Isto também tem a ver com a base n.º 4!

O Orador: O que nós todos aqui pretendíamos e às vezes é aquilo que parece é que nós estamos todos à espera que mais uma vez seja do exterior que vem a nossa tábua de salvação. Todos queremos que o centro de análise e inteligência que tanta polémica tem dado, ora está para ir para Inglaterra, ora estará para vir par aqui, é aquilo que nós todos pretendíamos que viesse para a ilha.

Isto efetivamente não tem nada a ver com os constrangimentos da Base das Lajes, mas esta é a solução que o PS espera para dizer que resolveu o problema da ilha e o problema dos Açores derivados dessa redução.

Os constrangimentos começam e acabam onde? Temos discutido isto ao longo deste dia.

A República tem sido a justificação para que não se possa fazer nada nas Lajes e que agora estamos no bom caminho para que esse problema seja resolvido.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Mas isto tem a ver com a Base Aérea n.º 4?

Deputado André Bradford *(PS):* Não tem a ver!

O Orador: Recentemente numa audição na Assembleia da República, o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros questionado sobre esta questão, para além de toda a justificação que o Governo anterior como é mote da governação atual, remata a sua conversa dizendo: "Não se podem esquecer que esta (as Lajes) é uma Base Militar!".

O Sr. Ministro disse tudo, o que nós gostávamos de saber é o que é que o Sr. Ministro quer dizer com "esta é uma Base Militar e não nos podemos esquecer disso!". Quais são os limites e o que é que tem que ser restringido, o que é que tem sido impedido do Governo fazer, por aquela ser a Base Militar?

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Oh, Sr. Deputado, eu não percebi qual é a sua questão, eu não sei o que é que o Sr. Ministro quer dizer.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Da Sra. Secretária de Estado o senhor sabe tudo! Sobre o Sr. Ministro da Defesa não sabe nada!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É um fetiche!

O Orador: Aquilo que eu lhe posso dizer foi o que me foi transmitido pelo Sr. Ministro que foi de se comprometer a analisar todas as questões que foram levantadas para procurar encontrar soluções e naturalmente que a Base Aérea n.º 4 é uma Base Militar e quando se diz que é uma Base Militar significa também ...

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Agora é militar. Antes não era!

O Orador: ... que as soluções a encontrar para flexibilizar para a utilização civil tem que envolver naturalmente todas as partes que estão envolvidas no processo onde se inclui o militar.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Tanta boa vontade! Antes era má vontade, agora são só violinos!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais alguma inscrição para este objeto.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este objeto desta sessão de perguntas, eu julgo que é pertinente esclarecer uma questão.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Isto também é uma pergunta?

O Orador: Já vai perceber. É uma pergunta, Sr. Deputado, ao Sr. Secretário.

Neste assunto eu julgo que é importante reafirmar da aparte do PS a importância que tem e o reconhecimento que nós fazemos à presença militar na Ilha Terceira, no caso na Base Aérea n.º 4, não só por aquilo que significa enquanto Base mas também pelos meios que lá estão estacionados e até pela relação que existe entre o facto de estar estacionado naquela Base uma força portuguesa e de estar também estacionado naquela Base uma força norte americana.

Nesta questão não é a importância que tem a Base naquilo que significa para aquela zona dos Açores, eu julgo que é importante também diferenciar aquilo que é o empirismo e a opinião que todos nós temos ou acreditamos ter sobre aquilo que ali se passa e os procedimentos que ali são tidos em conta e sobre aquilo que de facto acontece sobre a necessidade fundamental que existe de ter procedimentos de segurança adequados sobre as regras que têm que ser cumpridas na utilização daquela Base Militar e também naquilo que se impõe no bom senso necessário que é preciso ter em conta na gestão daquele espaço e no cumprimento dessas regras.

Deputado Artur lima *(CDS-PP):* Sr. Deputado, para quem é a pergunta?

O Orador: Sobre esta matéria nós abemos que existiu um conjunto de anúncios sobre a necessidade de agilizar e de criar um protocolo que agilize esses procedimentos de forma a que não sejam um constrangimento para as dinâmicas económicas da Ilha Terceira e consequentemente dos Açores que tenham que ver com a utilização da pista das Lajes mas também parece-me ser importante fazer um pouco de história. Quem é que não se lembra quando em

setembro a Dra. Berta Cabral enquanto Secretário de Estado da Defesa anunciava...

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, mas o que é isto?

O Orador: Isto é a minha pergunta. Aguarde, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Secretário, em setembro de 2015, a então Secretário de Estado da Defesa, Dra. Berta Cabral, anunciava, também enquanto candidata à Assembleia da República, que já estaria em marcha e perto de estar concluído o processo de elaboração de um protocolo que visava agilizar os procedimentos para flexibilização da utilização civil daquela pista e daquela Base.

Sr. Secretário, no encontro que teve com o Sr. Ministro da Defesa do novo Governo da República, em algum momento o Sr. Ministro referiu que já estivesse em curso esse protocolo, que esse protocolo estaria em fase de conclusão e que na passagem de pasta

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Essa resposta já foi dada!

O Orador: ... que naturalmente existiu entre o anterior Ministro e o novo Ministro, foi alguma vez referido que o protocolo de utilização para a agilização e flexibilização da utilização civil daquela Base estaria concluído ou perto de estar concluído? É porque se isso não foi referido, Sras. e Srs. Deputados, a Dra. Berta Cabral mentiu aos açorianos nesse dia.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Ribeiro *(PSD):* Ela não mentiu! Vai mentir agora!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Ela pode ter mentido mas ao pé de algumas pessoas é uma aprendiz!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tal como já tive oportunidade de dizer no decorrer no dia de hoje, na sequência do despacho da Sra. Secretária de Estado de 2 de julho, se bem me lembro foi

produzido um relatório no dia 23 de julho, esteve na gaveta até ao dia 26 de outubro, ...

Deputado Paulo Ribeiro *(PSD):* O senhor gosta muito de gavetas!

O Orador: ... em que a única coisa que fazia ou que se preconizava nesse relatório desse grupo de trabalho, era precisamente aquilo que nós andamos a pedir, a realização de um protocolo para a flexibilização da utilização civil da Base das Lajes com uma ressalva, era que tudo o que se tivesse que fazer na Base das Lajes, continuando ela a ser militar, teria que ser suportado pelo erário da Região. Era as únicas coisas que constavam desse relatório.

Agora a questão aqui é que está aqui é que está a tentar-se pôr a solução dos problemas da Lajes para um Governo que ainda não tem seis meses de existência, branqueando a ineficiência e a ineficácia de um Governo que teve quatro anos e que não resolveu um problema que seja.

Deputada Catarina Moniz Furtado *(PS):* Mais de quatro anos!

Deputado André Bradford *(PS):* Quatro anos e meio!

Deputado Luís Maurício *(PSD):* É satisfazer a ortodoxia da extrema-esquerda!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Julgo não haver mais inscrições para este objeto.

Sendo assim vamos avançar para o último objeto desta sessão de perguntas: Condições de aeronavegabilidade.

Para uma primeira pergunta tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Aníbal Pires, com a compreensão do Sr. Secretário e da Sra. Presidente, permita-me que lhe dirija uma palavrinha inicial sobre a forma deselegante como V. Exa. classifica as intervenções e as iniciativas dos outros, classificando esta sessão de perguntas de estéril

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Completamente!

O Orador: Oh Sr. Secretário, mas eu tenho efetivamente pena e devo dizer-lhe uma coisa: é que ela sendo estéril, o que eu nunca esperava é que parisse um filho comunista, que foi o seu Projeto de Resolução inspirado nesta sessão de perguntas, mas pronto nós não somos perfeitos e acabamos por acontecer aquilo que a gente não previa.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* E há milagres!

O Orador: E há milagres! Eu ainda acredito Sra. Deputada!

Portanto, mas essas afirmações ficam para si, para o seu Governo da República que o senhor suporta e que viabilizou e portanto naturalmente que o senhor agora sendo parte ativa do Governo da República, vai com certeza descongestionar todos esses problemas que existem na Base das Lajes porque tem a sua influência garantida junto dos diversos Ministros e portanto o senhor viabilizou este Governo naturalmente há de viabilizar o resto.

Sr. Secretário Regional, agora se me permite, vamos à matéria de facto, condições de aeronavegabilidade (que tem um erro aqui escrito, aeronavegabilidade e não nevegabilidade, está agora aqui um erro que dei por isso) mas há de facto Sr. Secretário questões que nós não podemos aceitar que sejam ditas.

De facto desde 2013, não é de agora, isto já denunciado antes, a questão do anemómetro não é nova. Não é nova! O senhor tem conhecimento dela há pelo menos quase três anos que aquilo não funciona. Basta, quem está minimamente atento e quem esteja atento a algumas notícias que saíram na comunicação social, alertando para esse problema.

O que o Sr. Comandante mais uma vez diz é o seguinte: "Isto é uma Base Militar. O anemómetro serve para a aviação militar nacional e internacional. Se não serve para a civil temos pena". E o senhor aceita isso de bom grado, mais uma vez que eu saiba o senhor deve ter perguntado lá ao Sr. Ministro e o Deputado Aníbal Pires com certeza também vai fazer essa diligência de um Ministro do Governo do Partido Comunista na República resolver essa questão.

Não é só a questão do anemómetro. É a questão do anemómetro, é a questão do radar meteorológico, (há e não há), é a questão das previsões meteorológicas, é a questão da iluminação a pista ...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que formule a pergunta.

O Orador: Diga, Sra. Presidente.

Presidente: Agradeço que formule a pergunta.

O Orador: Vou formular, Sra. Presidente. Muito obrigado.

... é a questão da iluminação da pista que também teve problemas e portanto, Sr. Secretário Regional: quais foram as diligências que o senhor fez junto, já que citou aí de manhã reuniões com o Comando Aéreo, quais as diligências que o senhor fez desde 2013 para certificar o anemómetro para a aviação civil, já que segundo o Sr. Comandante, para a militar está completamente operacional.

Como está o processo de manutenção da iluminação da pista das Lajes. Por último se garante as condições de aeronavegabilidade, se tem garantias que possam continuar a operar em condições de segurança para aeronaves e passageiros na Base das Lajes?

Quais são as garantias que o senhor tem da reunião que teve com o Sr. Ministro da Defesa Nacional?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Efetivamente a questão do anemómetro não é uma questão recente, é uma questão que se arrasta ao longo dos anos, é um equipamento que pertence à Força Aérea Norte Americana.

A informação que nos foi dada foi de que em dezembro ele estaria operacional tendo mais tarde sido novamente indicado novo prazo para que ele entre em funcionamento, ou seja, em abril de 2016.

É essa a informação que nós temos e todas as diligências têm sido feitas quer em contactos diretos com a Força Aérea aqui na Região, quer também no contato como já tive oportunidade de dizer com o Sr. Ministro da Defesa, onde este também foi um dos temas que lhe foi apontado, tal como todas as questões de âmbito operacional.

Sr. Deputado Artur Lima, as condições de segurança de operação das Lajes estão garantidas, ninguém pode dizer o contrário.

Naturalmente que este é um processo, naturalmente que a certificação para a operação e a garantia da aeronavegabilidade é dada pela Força Aérea Portuguesa como é certamente do seu conhecimento.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Aníbal Pires para uma interpelação?

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* Muito obrigada Sra. Presidente.

Eu tinha solicitado à Sra. Presidente, há pouco, palavra para fazer um protesto e aquilo que queria fazer é o seguinte (para informar V. Exa. porque é que estou a fazer esta interpelação): o Deputado Artur Lima dirigiu-se há pouco a mim, de uma forma em termos de linguagem e também em termos de conteúdo com falta de rigor que merecem algum reparo: ...

Deputado Francisco César *(PS):* Onde é que o senhor vai chegar?

O Orador: Primeiro: a iniciativa que eu anunciei aqui há pouco, decorre da ação e da iniciativa política do PCP e que na opinião do PCP é uma resposta que tem efetivamente um objetivo e terá efetivamente será um contributo para que este problema seja resolvido, ao contrário de uma sessão de perguntas que é perfeitamente estéril.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Sra. Presidente, um protesto!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Depois do almoço é sempre assim!

O Orador: Depois, o PCP não faz parte (e isto tem a ver com a falta de rigor do Deputado Artur Lima), o PCP não faz parte de nenhum Governo nem na Região, nem na República.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Nem ele disse isso!

O Orador: Qualquer cidadão sabe isso. Estranho é que um Deputado e o líder de um partido ...

Presidente: Sr. Deputado, está a interpelar a Mesa.

O Orador: ... não saiba que o PCP não faz parte de nenhum Governo. Isso é que é lamentável, que V. Exa. não saiba que o PCP ...

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* O PCP participa, mas não faz parte do Governo!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, não pode interpelar nenhum outro colega.

O Orador:... não faz parte do Governo da República.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Eu lamento porque de facto fui eu que não reparei que a sua inscrição era para um protesto. Eu pensei que se estava a inscrever naturalmente para a participação neste debate, por isso assumo essa a responsabilidade, como compreende naturalmente eu agora não lhe posso dar a palavra para o protesto em si porque efetivamente já o Sr. Secretário Regional interveio e portanto não ...

Sr. Deputado Artur Lima, pede a palavra para?

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Um protesto.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, não pode fazer um protesto à interpelação porque a interpelação foi dirigida à Mesa e aqui o lapso foi efetivamente meu por não ter dado a palavra, ou ter permitido que o Sr. Deputado Aníbal Pires pelo menos tivesse falado.

Sr. Deputado Artur Lima para uma interpelação à Mesa tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Exatamente Sra. Presidente, dirigindo-me a si para esclarecer o Sr. Deputado Aníbal Pires. Foi exatamente o que ele acabou de fazer e que V. Exa. infelizmente permitiu, mas eu não vou abusar da sua bondade e só lhe quero dizer o seguinte, Sra. Presidente.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Mas pode classificá-la ou não?

O Orador: Eu tenho por norma respeitar as iniciativas dos outros e portanto não podendo protestar numa interpelação o Sr. Deputado Aníbal Pires, só lhe quero dizer que classificou de estéril não numa interpelação mas já antes numa intervenção que ele tinha feito.

De resto, parece-me que é público, publicado e notório que se não me falha a memória eu vi o camarada do Sr. Deputado Aníbal Pires, camarada Jerónimo, assinar, acho que é um acordo, que eles fizeram para viabilizar o Governo de António Costa...

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* É uma liderança!

O Orador: ... e portanto quem viabiliza um Governo naturalmente que o apoia. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Faz parte dele. A ignorância política é uma coisa!...

Presidente: Está registada a sua interpelação.

Penso que vamos poder continuar esta sessão de perguntas sem mais atropelos regimentais.

Sr. Deputado Artur Lima vai exercer o direito à réplica?

Então tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* O Sr. Deputado Aníbal Pires além (agora vou dar-lhe razões para um protesto) de apoiar o Governo da República, o Partido Comunista Português ser o suporte do Governo da República de António Costa e de ter aprovado o Programa do Governo ...

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Exatamente!

O Orador: ... e de ir viabilizar o Orçamento de Estado, devo dizer que o Sr. Deputado Aníbal Pires fica incomodado mas é a realidade e estéril talvez seja o apoio que o Partido Comunista dá ao Governo de António Costa ...

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

O Orador: ... que tomou o poder de assalto e por isso é conhecido por gerigonça.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Agora é para um protesto!

O Orador: Sr. Secretário Regional, exercendo o meu direito, agora mais recentemente Sr. Secretário, a Força Aérea Norte Americana diz o seguinte: terá informado que a resolução do problema só seria ultrapassado em abril próximo.

Oh, Sr. Secretário, vamos nos entender e pôr os pontinhos nos "is".

Se o anemómetro é certificado pela ANAC, é o único organismo em Portugal que tem competência para isso, para certificar o anemómetro, por que é que não é a Força Aérea a ser responsabilizada. A gestão daquela infraestrutura é da responsabilidade da Força Aérea Portuguesa e é a ANAC que tem que tem que certificar o anemómetro.

Eu não percebo é o que é que a Força Aérea Norte Americana terá informado que a resolução do problema ... Mas o que é que a Força Aérea Norte Americana tem a ver para o assunto?

(*) Secretário Regional do Turismo e Transportes *(Vítor Fraga):* Não tenho conhecimento!

O Orador: Tem, isso é público, se não tem conhecimento procure informar-se.

O que eu lhe quero perguntar é: quando vem os técnicos da ANAC à Base Aérea das Lajes certificar o anemómetro e averiguar das recentes anomalias verificadas na iluminação que provocaram até o desvio de voos das Lajes para outro destino.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, pediu a palavra para um protesto.

Justifique, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* O protesto deve-se aos considerandos que o Deputado Artur Lima fez na introdução da pergunta em que se dirigiu ao PCP e ao Deputado Aníbal Pires de uma forma nada rigorosa em termos políticos e portanto o Deputado do PCP tem que protestar.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso é baixinho!

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

A questão é a seguinte e o protesto vem pela inverdade e pela falta de rigor politica que o Deputado Artur Lima colocou na intervenção inicial que fez à pergunta que queria dirigir ao Sr. Secretário, eventualmente por falta de argumentos para suportar a pergunta, suportou-se nas inverdades e na falta de rigor político que infelizmente e por demasiadas vezes o caracteriza.

O Governo de António Costa é um Governo de iniciativa do Partido Socialista, não é um Governo do PCP.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* O PCP já não sabe como é que há de descalçar essa bota!

Orador: Aliás, não há certamente nenhuma instabilidade nas medidas do PCP, apoiar este Governo, aliás alguma delas vão fazer efeito já e as pessoas vão senti-las e não há aqui nenhuma esterilidade. Estéril foi a cegueira do CDS-PP ...

Presidente: Sr. Deputado, não use a figura regimental para resolver outras questões.

Orador: ... no apoio ao Governo que durante quatro anos flagelou, fustigou os portugueses.

Ok. Sra. Presidente, eu vou terminar. Obrigado.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* E continua a insistir!

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* O Tino de Rãs resolve isso!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Naturalmente todos compreenderão que no uso destas figuras regimentais também não devem ser usadas para ainda criar outras situações que nenhum de nós quer com certeza.

Sr. Deputado Artur Lima para um contraprotesto dispõe de dois minutos.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, eu efetivamente lamento que o Deputado Aníbal Pires queira reinscrever a história porque houve um Programa do Governo, apresentado pelo PS na Assembleia da República e que só foi possível ser viabilizado e por isso viabilizar um Governo de minoria socialista, pelo apoio Parlamentar do Partido Comunista Português.

Portanto, eu não disse nada que pudesse ofender o Sr. Deputado Aníbal Pires, eu percebo que ele esteja incomodado ...

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Eu fiz um protesto!

O Orador: ... porque afinal as medidas que o PCP preconizava vai ter que engoli-las, como o IVA da restauração, por exemplo ...

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Vamos ver!

O Orador: ... esse Governo minoritário do PS tem o apoio do Partido Comunista senão não existia Governo e é com o acordo do Partido Comunista assinado por Jerónimo de Sousa, que António Costa tomou posse como Primeiro Ministro.

Portanto, o Governo da República existe por responsabilidade conjunta do PCP que também tem uma grande quota de responsabilidade com o número de Deputados que tem essenciais para fazer passar o Programa do Governo.

Eu não ofendi ninguém Sra. Presidente ...

Deputado Berto Messias *(PS):* E a Base das Lajes, Sr. Deputado?

O Orador: ... isto é factual, não há como negar que o PCP viabilizou no Parlamento, o Governo minoritário do PS e que o apoia.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* Sra. Presidente, para defesa da honra!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

Sr. Deputado Aníbal Pires como eu ainda há pouco referi, nós não devemos usar estas figuras regimentais nem para prolongar o debate, nem muito menos para desvirtuarmos aquilo que está a ser discutido.

Este assunto não é o que nós estamos hoje a debater, não me parece que tenha havido nenhuma expressão defensiva da sua honra

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Há sim!

Presidente: ... e como tal não lhe posso dar a palavra Sr. Deputado Aníbal Pires. Não lhe darei a palavra para a defesa da honra porque entendo que não houve nenhuma expressão ofensiva da sua honra.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Há outras formas de resolver o problema!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional para responder tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Em primeiro lugar para lhe dizer que a prestação dos serviços de aeródromo é efetuada em conjunto pela Força Aérea e pelas Forças Americanas, nos termos do que está estabelecido no Acordo de Cooperação de Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América e que compete à segunda divisão da Força Aérea efetuar as respetivas inspeções uma vez que o espaço aéreo neste local é militar e esta sim informa a ANAC.

Aquilo que eu disse anteriormente não foi que a Força Aérea Americana tinha dito, o que eu disse foi que a Força Aérea Portuguesa disse que a Força Aérea Americana, que é quem tem a responsabilidade sobre esse equipamento na

sequência do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos, que o iria instalar e iria estar em condições operacionais em abril de 2016. Julgo que assim respondo à sua questão.

Sra. Presidente, se me permite a sua condescendência gostaria apenas de dar aqui uma informação na sequência de uma questão que foi colocada anteriormente pela Sra. Deputada Zuraida Soares, e que se prende com o acidente de S. Jorge que foi uma informação ...

Presidente: Sr. Secretário, peço desculpa, mas da mesma forma que não permiti à Sra. Deputada fazer a pergunta, também não lhe posso permitir responder.

O Orador: Com certeza.

Deputado Berto Messias *(PS):* Ela fez a pergunta. A questão é essa!

Presidente: Eu à data que a Sra. Deputada formulou a pergunta não permiti que o Governo respondesse e como tal não posso permitir que o Sr. Secretário responda agora.

Deputado José Ávila *(PS):* Mas ela fez!

Sr. Secretário pede a palavra para?

Uma interpelação, que darei a palavra mas que não seja para responder à pergunta Sr. Secretário.

Então para uma informação à Mesa tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, eu há pouco quando fiz a interpelação à Mesa sobre a questão que tinha sido levantada pela Sra. Deputada Zuraida Soares, disse que o Governo iria fazer chegar à Assembleia o relatório para que ele seja distribuído.

Gostaria de fazer apenas uma correção. O relatório já está na possa da Assembleia, foi enviado em resposta ao requerimento 354 do BE, de janeiro de 2015 e o mesmo foi respondido em fevereiro de 2015.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Peça desculpa!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Zuraida Soares para uma interpelação tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, agradeço-lhe ainda que ...

Presidente: Sra. Deputada, interpelação à Mesa.

Sra. Presidente, peço-lhe que diga ao Sr. Secretário Regional, que eu lhe agradeço imenso o *delay* da resposta, mas apesar disso da resposta, há uma coisinha que o Sr. Secretário Regional tem que ser esclarecido: é que a resposta ao BE foi com pedido de confidencialidade, ...

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Respostas secretas?

A Oradora: ... o que quer dizer que o BE respeitou esse pedido do Governo Regional mas a opinião pública continua sem saber qual foi o resultado desse inquérito e foi isso que foi aqui solicitado por mim em anterior intervenção.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional para uma interpelação tem a palavra.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Isabel Almeida Rodrigues):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sinto-me obrigada a fazer esta interpelação apenas para esclarecer que a questão da confidencialidade decorre da natureza do ato, portanto acho que essa é uma informação também importante que a câmara esteja na posse dela.

A questão da confidencialidade não é uma decisão do Governo, decorre da natureza do ato e aliás nas trocas de correspondência que existem entre o Governo, os partidos, as Sras. e os Srs. Deputados, nomeadamente através de requerimentos, muitas vezes é invocada e é explicada a razão pela qual ...

Deputada Zuraida Soares *(BE):* E foi respeitada!

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Por caso não sal muitas vezes, são raras vezes, Sra. Secretária!

A Oradora: Sim! Sim! E respeitada, não coloco isso em causa.

Obrigada.

Presidente: Eu penso que ficámos esclarecidos, portanto o objeto da Sra. Deputada Zuraida Soares era mais ampla do que aquele que efetivamente aconteceu, o requerimento foi respondido, apesar de ser confidencial, portanto penso que nesta matéria estamos esclarecidos.

Penso que podemos continuar com esta sessão de perguntas.

Sr. Deputado António Toste Parreira, tem a palavra.

(*) **Deputado António Toste Parreira** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Depois de muitas dúvidas e muitas perguntas acho que seria bom lembrar que os constrangimentos existentes na Base das Lajes, não são de hoje, faz tempo.

É uma Base Militar, com regras militares e disso não nos podemos esquecer.

No entanto dentro das suas competências o Governo Regional tem feito tudo o que está ao seu alcance para melhorar as condições de serviço daquela infraestrutura, nomeadamente no terminal das cargas daquela Base, embora funcionando num espaço que não melhore, ainda assim como disse ainda hoje o Sr. Secretário, com um significativo aumento das exportações, o que quer dizer que mesmo com aquelas condições as coisas funcionaram, agora teria sido bom e muito mais útil se o ex-Governo da República, nomeadamente o Governo do PSD e do PP, tivessem nesses últimos quatro anos colaborado como deviam, coisa que não o fizeram.

Essa é que é a realidade dos factos, ainda mais quando tínhamos uma cidadã da Região neste mesmo Governo.

Deputado Paulo Ribeiro *(PSD):* E a Base das Lajes?

O Orador: Sr. Secretário, como é já sabido e conhecido e também já qui bastante falado o anemómetro do aeroporto das Lajes não funciona, não

querendo desvalorizar a importância do mesmo, eu perguntava ao Sr. Secretário se tem conhecimento de alguma operação que tenha ficado por realizar por esta razão.

Obrigada.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Agora não têm desculpas! Agora vão resolver tudo e os açorianos esperam por isso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Toste Parreira:

Tal como já tive oportunidade de dizer nem da situação que decorre do anemómetro, nem da situação de redução da categoria de segurança no combate a incêndios no aeroporto das Lajes que aconteceu, eu tenho conhecimento que alguma operação tenha sido cancelada.

No entanto esta é uma situação que urge resolver para criar condições de incrementar os níveis de operacionalidade no aeroporto das Lajes e colocá-lo dentro daquilo que são as normas normais para a aviação civil e para que se possa desenvolver de forma célere e em segurança que é aquilo que todos nós desejamos que aconteça.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais alguma inscrição para este ponto?

Se há, peço que se inscrevam.

Julgo não haver.

Não havendo então mais questões a colocar vamos encerrar este ponto e avançar com a nossa Agenda.

Sr. Deputado António Marinho, pede a palavra para?

Uma interpelação, tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado António Marinho *(PSD):* Para solicitar um intervalo de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Sendo assim regressamos às 17 horas e 20 minutos.

Eram 16 horas e 50 minutos.

Presidente: Vamos entrar agora no ponto 2 da nossa Agenda. **Apresentação e discussão do relatório da "Comissão de Inquérito ao Transporte Marítimo de Passageiros e Infraestruturas Portuárias".**

Eram 17 horas e 30 minutos.

O tempo é o mesmo que foi utilizado no Plenário de janeiro pela Comissão de Inquérito ao Grupo SATA.

Cada bancada, assim como o Governo dispõem de 10 minutos para intervir neste debate.

Para apresentação do relatório tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso, relator da Comissão.

Deputado António Pedroso *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A 4 de fevereiro de 2015 deu entrada, nesta Assembleia, um requerimento, dirigido a Vossa Excelência, Sra. Presidente para constituição de uma comissão parlamentar de inquérito ao Transporte Marítimo de passageiros e Infraestruturas portuárias, subscrito por doze deputados, do grupo parlamentar do PSD.

De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 6º do Decreto Legislativo Regional nº 37/2012/A, de 18 de setembro, o Gabinete de Vossa Excelência, Sra. Presidente, comunicou o conteúdo, do que seria o Despacho nº 399/2015, de 17 de fevereiro, a Sua Excelência a Procuradora Geral da República a 23 de janeiro de 2015.

A 28 de janeiro de 2015 foi publicado, no Jornal Oficial, II Série, nº 19, o Despacho nº 230/2015 de Vossa Exa., Sra. Presidente, que criou a comissão de inquérito ao Transporte Marítimo de passageiros e Infraestruturas portuárias

Nos termos do disposto no nº 1 do referido Despacho pode ler-se: "é constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito ao Transporte Marítimo de passageiros e Infraestruturas portuárias "

Nos termos do disposto no nº 2 do mesmo Despacho, a Comissão tem como objeto avaliar os resultados dos investimentos feitos em infraestruturas realizadas nos portos do Triângulo e na aquisição de dois novos navios, "Mestre Simão" e "Gilberto Mariano"; a averiguar as responsabilidades políticas relacionadas com os acidentes ocorridos nas estruturas de amarração, nos portos da Horta, Madalena e São Roque do Pico, bem como o processo relativo à aquisição de dois novos navios destinados ao reforço e alargamento do transporte marítimos de passageiros em todas as ilhas da Região e futuras infraestruturas portuárias a construir.

Nos termos do nº 3 do mesmo despacho, a comissão tem como objetivo:

a) Avaliar a fundamentação, o processo e as responsabilidades políticas na escolha da tipologia dos navios adquiridos para o transporte de passageiros e viaturas para as ilhas do Triangulo;

b) Analisar os estudos técnico-económico-financeiros relativos à aquisição dos navios "Mestre Simão" e "Gilberto Mariano", com destaque para os respetivos custos de aquisição, exploração e retorno estimado para a economia regional;

c) Avaliar as soluções, decisões e responsabilidades políticas relativas as infraestruturas portuárias em que se desenvolve aquela operação, designadamente através do conhecimento dos pareceres técnicos envolvidos nestas decisões, bem como as auscultações feitas a operadores marítimos com experiencia nas ligações marítimas de passageiros inter-ilhas ou marítimos com experiencia nos canais e portos da área geográfica do triângulo;

d) Analisar os relatórios resultantes dos ensaios em modelo reduzido realizados em laboratório, previsto à construção das infraestrutura portuárias já construídas nas diferentes ilhas;

e) Identificar as soluções alternativas de construção/intervenção que foram propostas para cada porto, bem como os respetivos custos e condicionalismos técnicos, comparando-as com as que vierem a ser adotadas;

f) Analisar as decisões tomadas em relação aos projetos técnicos das infraestruturas construídas e respetivos processos de concurso, relatórios de adjudicação e de acompanhamento das obras, bem como dos relatórios da fiscalização assim como os pareceres técnicos recolhidos;

g) Analisar os eventuais indicadores comparativos de eficiência que sustentaram a decisão dos investimentos realizados em infraestruturas e em meios de transporte;

h) Avaliar o tipo de monitorização feita às infraestruturas portuárias e aos meios de transporte para garantir a segurança necessária a este importante serviço publico;

i) Averiguar as causas, bem como as responsabilidades políticas dos acidentes ocorridos nestas estruturas de amarração, nos portos da Horta, Madalena e São Roque do Pico, tendo neste último caso, culminado com um acidente mortal;

j) Analisar e avaliar as medidas de correção e normalização a implementar no serviço público de transporte marítimo de passageiros, decorrentes das conclusões das investigações e inquéritos em curso, como forma de devolver a confiança e a segurança naquele serviço;

k) Avaliar a adequação das atuais soluções construtivas/operacionais a outras e futuras infraestruturas portuárias a construir.

l) Analisar o processo em curso, e respetivo historial, relativo a aquisição de dois navios para assegurar o transporte marítimo de passageiros e viaturas entre todas as ilhas da Região.

Segundo o disposto no nº 4 do aduzido Despacho, a Comissão Parlamentar de inquérito ao Transporte Marítimo de Passageiros e infraestruturas Portuárias, é composta por treze deputados, distribuídos da seguinte forma: sete do grupo parlamentar do PS, quatro deputados do grupo parlamentar do PSD, um deputado do grupo parlamentar do CDS/PP, e um deputado da representação parlamentar do PCP. Os deputados das representações parlamentares do BE e do PPM podem participar na Comissão sem direito a voto.

De acordo com a indicação dos partidos e com o resultado da eleição para a mesa da Comissão, decorrida na reunião de 1 de Abril de 2015, que se realizou na Assembleia Legislativa Regional, na cidade da Horta, a Comissão tem a seguinte composição e mesa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) – Presidente

Deputado António Pedroso (PSD) – Relator

Deputado André Rodrigues (PS) – Secretário

Deputada Ana Espínola (CSD/PP)

Deputado Aníbal Pires (CDU)

Deputado Cláudio Lopes (PSD)

Deputado José Ávila (PS)

Deputado José Contente (PS)

Deputado Lizuarte Machado (PS)

Deputado Lúcio Rodrigues (PS)

Deputado Luís Garcia (PSD)

Deputado Manuel Pereira (PS)

Deputado Miguel Costa (PS)

Deputado Paulo Estevão (PPM) – Participa sem direito a voto

Deputada Zuraida Soares (BE) – Participa sem direito a voto

A 25 de Agosto de 2015, o grupo parlamentar do Partido Socialista informou a Comissão que o Deputado Lizuarte Machado passaria a ser substituído

definitivamente pela Deputada Paula Bettencourt, com efeitos a partir de 26 de Agosto de 2015.

O questionário indicativo é composto por 12 itens, sendo o número total de quesitos 62.

Os trabalhos da comissão, ao longo das 12 reuniões realizadas, entre abril e dezembro de 2015, visaram dar resposta aos quesitos aprovados por unanimidade no início.

Para tal a Comissão ouviu 21 depoentes em 23 inquirições, e analisou mais de 447 documentos e informações.

De acordo com o nº 10 do Despacho nº 339/2015 de 17 de fevereiro de Vossa Exa, Sra. Presidente, passo a ler as conclusões do Relatório Final que por este meio se tornam públicas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

CONCLUSÕES

Atendendo ao objeto que fundamentou a criação desta comissão de inquérito e em resultado das diligências realizadas e da análise da documentação solicitada e que em anexo faz parte integrante deste relatório a Comissão sumariza as seguintes conclusões:

1 - O Governo Regional dos Açores decidiu implementar na Região Autónoma dos Açores um novo modelo de transporte marítimo de passageiros e viaturas, extensivo a todas as ilhas dos Açores, estabelecendo como prioridade o início de funcionamento deste novo modelo na área do Triângulo.

2- Face a esta opção governativa foram construídas várias infraestruturas portuárias nas ilhas do Triângulo, nomeadamente nos portos da Horta, Madalena, São Roque e Velas, concretizadas em novas gares marítimas na Horta e Madalena e rampas Ro-Ro nos portos referidos.

3- Paralelamente e no sentido de dar inicio à concretização deste novo modelo de transporte marítimo de passageiros e viaturas, foram adquiridos dois

novos navios; “Mestre Simão” e “Gilberto Mariano”, os quais iniciaram a operação neste serviço público a partir de março de 2014.

4- No sentido de completar este modelo estão previstas novas construções de infraestruturas portuárias em diversos portos da Região já referidas neste relatório, bem como a aquisição de mais dois novos navios ferries de médio porte.

5- Pelas informações prestadas à Comissão, quer pelos inquiridos, quer pela documentação entregue, foram investidos em infraestruturas portuárias cento e sessenta milhões de euros e cerca de dezanove milhões de euros com a aquisição dos dois novos navios (“Gilberto Mariano” e “Mestre Simão”). Até à data foram também despendidos cinquenta e quatro milhões de euros no transporte marítimo sazonal de passageiros e viaturas.

6- Quanto a intenções de investimento futuro em infraestruturas portuárias (cerca de cento e sete milhões de euros) e na aquisição de dois novos navios (pelo valor de oitenta e cinco milhões de euros), conclui-se que entre infraestruturas já construídas e a construir e navios já adquiridos e a adquirir atingimos um valor de investimento da ordem dos trezentos e setenta e um milhões de euros

7- A opção de aquisição futura de dois novos navios ferries gémeos de cento e quinze metros teve por defensores o ex-administrador da Atlanticoline, o Dr. Carlos Reis, o atual presidente da mesma empresa, o Eng.º João Ponte, o Secretário Regional do Turismo e Transporte e o Presidente do Governo. O Comandante Lizuarte Machado admitiu a existência de dois navios gémeos ainda que com dimensões diferentes. Já o Eng.º. Ribeiro Pinto e a Dra. Demicilia Freire manifestaram posições contrárias a tal opção.

8- O Governo fundamenta esta decisão como correspondendo a uma estratégia de desenvolvimento do mercado interno regional e como modelo que dá suporte a um crescimento do turismo que procura este sistema de transporte.

9- O impacto económico do modelo de transporte marítimo, com os novos navios de 40 metros e 115 metros, poderá ascender, de acordo com o Governo, a 250 milhões de euros considerando os efeitos da libertação de verbas para outras atividades produtivas, em especial ao nível do turismo, embora algumas personalidades ouvidas tenham manifestado fortes reservas quanto ao impacto estimado.

10- Durante o ano de 2014, nos portos do triângulo, verificaram-se três incidentes, concretamente o arranque de um cabeço de amarração no porto da Horta, no dia 2 de junho, e de dois cabeços de amarração no porto da Madalena, no dia 13 de novembro, e um acidente no porto de S. Roque na noite de 14 de novembro, com o arrancamento de um cabeço de amarração que atingiu mortalmente um passageiro e ferindo outros dois que viajavam a bordo do "Gilberto Mariano" quando este iniciava uma escala naquele porto.

11- Na sequência destes incidentes e do acidente, as empresas públicas responsáveis pelas infraestruturas portuárias e pela operação de transporte marítimo de passageiros e viaturas, respetivamente, Portos dos Açores e Transmaçor, solicitaram peritagens técnicas a entidades de reconhecida idoneidade no sentido de averiguar as causas dos factos ocorridos.

12- Paralelamente, foram produzidos relatórios da Capitania do Porto da Horta e do Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes Marítimos (GPIAM) e está a decorrer um inquérito judicial pelos serviços do Ministério Público junto do Tribunal de São Roque do Pico da Comarca dos Açores.

13- Das peritagens e relatórios realizados resultaram diversas recomendações com medidas preventivas e de aumento dos níveis de segurança, as quais se encontram implementadas ou em implementação (cfr., resposta ao quesito 10.1).

14- As peritagens e relatórios produzidos não são coincidentes na identificação dos factos que poderão ter sido causa direta dos incidentes e acidente verificados, sendo certo que os depoimentos prestados, inclusive pelos

responsáveis dos relatórios produzidos, não permitiram afastar esta inconclusividade, antes pelo contrário. (cfr., relatórios e transcrições das audições).

15- Quanto ao estado de degradação física do cabeço que originou o acidente mortal, não foi possível comprovar a conclusão vertida no relatório do GPIAM de ausência continuada de manutenção (ao longo dos mais de 30 anos de existência e trabalho dos cabeços) por parte da empresa Portos dos Açores, aos equipamentos de amarração implantados nos cais dos seus portos, em particular no porto de S. Roque (cfr. audição do responsável pelo GPIAM). A este respeito, o responsável da empresa Portos dos Açores informou que eram feitas inspeções visuais aos cabeços dos portos da Região com alguma rotina mas que não havia registos. Mais referiu esse responsável não haver legislação, nem norma nenhuma, quer a nível nacional, quer a nível internacional, sobre manutenção de cabeços.

16- De acordo com o relatório de avaliação do estado de todos os cabeços dos portos da Região, feito pela empresa Portos dos Açores, constata-se que do universo de 237 cabeços inspecionados, alguns cabeços se apresentam em má ou péssima condição, nomeadamente no porto de S. Roque do Pico.

17- No caso dos incidentes na Horta e Madalena e do acidente em S. Roque o elemento que se revelou mais fraco do sistema foi o cabeço de amarração do cais. A circunstância de rebentamento de um cabeço na estrutura portuária, provocando um acidente mortal, que se saiba não tem antecedentes na história do serviço público do transporte marítimo de passageiros nos Açores

18- Apesar de se poder estabelecer uma analogia sobre a carga de rotura do cabeço acidentado do porto de S. Roque do Pico no momento do acidente, com os testes efetuados pelo ISQ a um cabeço idêntico, poderá vir a relevar para um melhor esclarecimento sobre a real capacidade de carga de rutura do cabeço acidentado, o resultado da peritagem solicitada pelo Ministério Público ao

LNEC, cujo relatório se prevê que venha a ficar concluído depois do prazo legal que esta Comissão dispõe para apresentar o seu relatório de inquérito.

19- Quanto ao dimensionamento dos cabos dos navios estava previsto em projeto cabos 64 mm, sendo que o primeiro navio a ser rececionado – "Mestre Simão" – vinha dotado com cabos de 38mm. Devido ao rebentamento desses cabos foram alterados os esquemas de amarração, passando a utilizar-se cabos de 60mm, tendo o navio sido equipado também com um cabo de 96 mm para a sua amarração noturna. Após o acidente ocorrido no porto de S. Roque do Pico, e em consequência das peritagens realizadas e dos relatórios produzidos, foi reduzida a bitola dos cabos para 44mm, que por sua vez passaram a ser utilizados em maior número.

20- A solução encontrada não é tida como ideal pelos mestres dos navios, que consideram que a bitola dos cabos deveria ser superior por forma a reduzir a probabilidade de rebentamento.

21- Outro aspeto apurado pela Comissão foi de que a carga nominal de trabalho dos cabeços dos navios adquiridos é inferior àquela que estava prevista na memória descritiva do processo de concurso. Estavam previstos cabeços de 50 toneladas e os que equipam os navios são de 16 toneladas. No entanto, esse facto não é suscetível de comprometer a operacionalidade e segurança dos navios, os quais, de resto, se encontram devidamente certificados pelas entidades competentes.

22- Dos relatos obtidos na Comissão e dos relatórios analisados, conclui-se também pela adequada formação dos mestres que operaram com os novos navios e pela sua longa experiência nesta função. Do relato dos três mestres ouvidos na Comissão confirma-se uma preocupação comum em garantir a operação em segurança e a salvaguarda da integridade dos passageiros, utentes deste serviço público. De salientar que todos eles revelaram como preocupação utilizarem cabos de bitola mais reforçada, visando a segurança da amarração. Este aspeto mereceu também a concordância do próprio responsável da

Atlanticoline, Luís Paulo Morais, sendo que na ótica deste a bitola ideal dos cabos de amarração para este dois navios seria mesmo a de 60mm.

23- Em termos de infraestruturas portuárias, pela documentação entregue à Comissão e pelas audições realizadas, é possível concluir que tais infraestruturas, desde logo as rampas ro ro, não condicionam a tipologia dos navios, adquiridos e a adquirir, tendo sido este, de resto, o pressuposto e preocupação que permite que essas infraestruturas estejam certificadas de acordo com a ISO 6812:1983 - Roll on/Roll off ship-to-shore connection - Interface between terminals and ships with straight stern/bow ramps.

24- Todas as diligências que após os incidentes e o acidente relatados foram efetuadas pelas empresas Portos dos Açores e Transmaçor, denotam que havia aspetos a ajustar na operação marítima globalmente considerada no sentido de aumentar os níveis de operacionalidade e de segurança.

25- Desde que este novo modelo entrou em funcionamento (Março de 2014), na área geográfica do Triângulo, regista-se um inquestionável incremento no transporte de passageiros e viaturas. Com efeito, foram transportados, no período de janeiro a setembro de 2015, 378.772 passageiros, ou seja, mais 35.153 passageiros que no período homólogo do ano anterior. No mesmo período foram transportadas 5.645 viaturas, representando um crescimento de 125% face ao período homólogo do ano anterior.

26- Por fim, refira-se que as empresas assumiram a responsabilidade pelo pagamento dos danos de natureza civil resultantes do acidente, tendo já liquidado a indemnização convencionada com a família do falecido. Do trabalho desenvolvido pela Comissão, designadamente com base na documentação entregue, nos relatórios periciais sobre incidentes e acidente e das audições, bem como das conclusões vertidas no objetivo 9 deste Relatório, não é possível objetivamente assacar responsabilidades políticas ao Governo Regional, para além da responsabilidade, de resto já assumida, de tudo fazer no

que estiver ao seu alcance para reduzir ao mínimo possível que situações destas voltem a acontecer.

27- Foi claramente identificada a inexistência de uma entidade nacional que se responsabilize pela certificação das infraestruturas portuárias existentes na Região Autónoma dos Açores, à semelhança daquela que existe para o mesmo desiderato relativamente aos navios.

Recomendações:

1 - Que sejam concluídas, com a maior brevidade possível, as medidas preventivas e de aumento dos níveis de segurança que se encontram em fase de implementação pela Portos dos Açores, S. A., na sequência das recomendações ínsitas no relatório do GPIAM e das orientações emanadas da Secretaria Regional do Turismo e Transportes.

2- A Portos dos Açores, S.A., deve dar início aos procedimentos necessários para que no interior das baías dos Portos dos Açores existam equipamentos de informação meteorológica para que em conjugação com os meios existentes permitam o acesso a uma informação mais fiável por parte dos mestres dos navios de passageiros e viaturas

3 - Atendendo à inexistência de uma entidade nacional que se responsabilize pela certificação das infraestruturas portuárias, a Assembleia Legislativa dos Açores deverá desencadear um processo de iniciativa própria, no sentido de propor a criação deste tipo de entidade nacional, alicerçando a sua iniciativa no conhecimento/experiencia adquirida ao longo dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Transporte Marítimo de Passageiros e Infraestruturas Portuárias e respetivas conclusões.

4 - Verificou-se no decorrer dos trabalhos desta Comissão que o gabinete legalmente habilitado para a investigação de acidentes marítimos, se debate com uma crónica falta de meios para poder desempenhar cabalmente a sua missão, pelo que entende esta Comissão propor à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que desencadeie um processo de iniciativa

própria, no sentido de propor o reforço de dotação de meios do GPIAM, Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes Marítimos.

O relatório foi aprovado por maioria com os votos a favor do PS, a abstenção do CSD/PP e PCP os votos contra do PSD.

Horta, sala das sessões, 16 de fevereiro de 2016

Disse.

(O relatório encontra-se disponível para consulta na página da ALRAA)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

Agradeço que se inscrevam para a participação no debate.

Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

Deputada Cláudio Lopes *(PSD):* Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O relatório da Comissão Parlamentar de inquérito que hoje aqui apreciamos, é o relatório que expressa a vontade política da maioria socialista.

No ano de 2014, no espaço de cinco meses, ocorreram três incidentes relevantes e um acidente mortal, no transporte marítimo de passageiros na área do Triângulo.

Este era o triste resultado de um novo modelo de transportes marítimos de passageiros e viaturas implementado pelo Governo Regional.

O acidente mortal, revelou-se mesmo um acontecimento inédito, neste histórico serviço público que serve anualmente cerca de meio milhão de passageiros e que até agora era seguro e fiável.

Perante a gravidade do assunto, enquanto o Secretário Regional da tutela dos Transportes, Vitor Fraga, se apressava em afirmar não assumir responsabilidade política neste acidente, o Presidente do Governo Regional, Vasco Cordeiro,

afirmava que o que importava agora era fazer tudo para que uma situação semelhante não voltasse a repetir-se.

Para o PSD-A importava apurar as causas destes graves incidentes e acidente mortal, e apurar a eventual responsabilidade política. Importava avaliar a qualidade do investimento realizado e ainda a qualidade e a pertinência do investimento a realizar, neste novo modelo de transporte marítimos de passageiros e viaturas que está em implementação nos Açores. Um modelo que, uma vez concluído, custará cerca de quatrocentos milhões de euros.

Importava ao PSD-A apurar a verdade.

Acreditamos, por algum tempo, que o PS estivesse, igualmente, empenhado no apuramento da verdade.

Um dos mais credenciados deputados da bancada socialista, o deputado Lizuarte Machado, afirmou mesmo nesta casa o seguinte: **só pertenço à Comissão para apurar a verdade, doa a quem doer.**

Curiosamente este deputado demitiu-se a meio dos trabalhos da Comissão. Surgiu então a dúvida, se os deputados socialistas que ficavam, queriam o mesmo que o deputado Lizuarte Machado queria e havia afirmado.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Mas as dúvidas dissiparam-se rapidamente.

Os deputados socialistas, ao longo dos trabalhos da comissão, foram dando nota que o que os preocupava era anular a comprovação de factos, de erros e de omissões, que pudessem atribuir qualquer responsabilidade política, quer ao Governo Regional, quer aos responsáveis das empresas públicas que asseguram o transporte marítimo de passageiros nos Açores.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Indo agora à matéria de facto:

Entre Junho e novembro de 2014, quatro cabeços dos cais dos portos da Horta, Madalena e São Roque do Pico, foram arrancados pelos novos navios Mestre Simão e Gilberto Mariano.

Não é normal num esquema de amarração de navios, e em presença de um esforço extraordinário, serem arrancados os cabeços do cais, pois estes, segundo os entendidos na matéria, devem ser o elo mais forte da amarração.

De referir que os três primeiros cabeços arrancados, 1 na Horta e dois na Madalena, eram cabeços novos, instalados em Infraestruturas acabadas de construir.

O quarto cabeço arrancado no porto comercial de São Roque, e que atingiu mortalmente o cidadão José Norberto, encontrava-se muito degradado. Confirmou-se nas audições que não era feita a manutenção regular dos cabeços daquele porto e que era feita apenas uma observação visual sem registos.

Tudo isto levantava fundadas suspeitas de estarmos perante imprudência, negligencia e incúria de quem administrava estas infraestruturas.

Contudo, apesar das graves ocorrências e na ausência de explicações convincentes, quem não teve dúvida absolutamente nenhuma, foi Vasco Cordeiro, o Presidente do Governo Regional, em reconduzir no cargo o administrador da empresa que gere os portos na Região, cargo de absoluta confiança política!

Com esta decisão, o Governo deixou bem claro que tudo o que havia acontecido de desastres neste serviço público tinha pouca relevância.

Com esta decisão, o Governo pretendeu dizer o que pensava, sobre a importância da Comissão Parlamentar de Inquérito e da Investigação judicial em curso.

Com esta decisão, o Governo deu nota do grau de impunidade que julga ter, mesmo quando está em causa a morte de um cidadão, relativamente à qual deveria ter assumido responsabilidade política, o que nunca aconteceu.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

Deputada Ana Espínola *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Transporte Marítimo de Passageiros e Infraestruturas Portuárias, apesar de profundamente alterado por força da maioria do PS/Açores, assegura claramente (através da compilação de um conjunto vasto de conclusões de estudos técnicos, realizados na sequência do acidente mortal de 14 de novembro de 2014, no Porto de São Roque do Pico, por um diversificado leque de entidades idóneas, insuspeitas e tecnicamente habilitadas) que houve negligência por parte das empresas Portos dos Açores e Transmaçor, respetivamente, no que diz respeito à falta de manutenção dos cabeços de amarração em muitos dos portos da Região, em particular em São Roque do Pico, e no processo de construção dos novos navios "Gilberto Mariano" e "Mestre Simão".

Neste sentido, estas empresas e os seus gestores públicos devem ser responsabilizadas.

Sobre os problemas verificados com os cabeços de amarração, nos diferentes portos do Triângulo, salienta-se que, aquando do primeiro incidente com cabeços de amarração, no Porto da Horta, no dia 2 de junho de 2014, em que foi arrancado um cabeço do pé da rampa *ro-ro*, quando o navio "Mestre Simão" se encontrava acostado, foi feita uma peritagem, que recomendou que o sistema de amarração fosse revisto.

O Gerente da Transmaçor, Luís Paulo Morais, ao ser questionado pelo CDS-PP sobre se essa recomendação tinha sido acatada, informou a comissão que: "(...*) nós recebemos essa nota técnica da Portos dos Açores, era uma nota técnica feita pelo projetista, (...) a Transmaçor não recebeu qualquer indicação da Portos dos Açores para implementar os procedimentos que vinham aí nessa nota técnica*".

Ora, a Transmaçor descartava assim responsabilidades para a entidade gestora dos portos.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: Porém, a empresa Portos dos Açores, alegou, em sede de inquirição ao Eng.º António Homem, que: "*as medidas que foram, na altura, escritas e passadas à Transmaçor são medidas operacionais do navio, medidas que, nomeadamente aconselhavam a substituição de cabos e, se calhar, até da manobra.*

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: *Se essas medidas tivessem sido cumpridas, provavelmente não teríamos tido aquela sequência de acidentes"*.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: O que é certo é que no decorrer dos trabalhos da Comissão foi apurado que, no caso das rampas *ro-ro* construídas nos portos do Triângulo, foram identificadas situações de cabeços mal colocados, defensas mal posicionadas, a necessidade de substituir cabeços em algumas rampas, a necessidade de alterar o número de cabos de amarração e respetivas bitolas e a necessidade de substituir chumbadores nas rampas da Madalena e da Horta.

Aliás, a substituição dos cabeços do novo Terminal de Passageiros do Porto da Madalena, em particular, segundo o parecer da WW, de janeiro de 2015, resultou exatamente de deficiente instalação em relação às instruções do fornecedor.

Estranhamente, o Secretário Regional do Turismo e Transportes, Eng.º Vítor Fraga, quando questionado sobre o facto de não terem sido implementadas as recomendações que teriam evitado os incidentes que se vieram a verificar no Terminal Marítimo João Quaresma e o acidente fatal no Cais de São Roque do Pico afirmou que: "*Até à data do acidente de São Roque do Pico eu desconhecia que tinha acontecido o incidente na Horta, logo, desconhecia que*

existia uma nota técnica e desconhecia que a mesma tinha sido remetida à Transmaçor".

Aliás, o Secretário Regional do Turismo e Transportes, colocou-se sempre numa posição de inimputável, afirmando que: "*Se me tivessem alertado que uma situação dessas poderia ocorrer, (...) para que se pudesse agir e intervir de forma a evitar uma situação dessas, ...*

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Jesus!...

A Oradora: ... *não era responsabilidade só política, era responsabilidade moral".*

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem! Lamentável!

A Oradora: Para o responsável político pela tutela das duas empresas envolvidas nos incidentes e acidente mortal, ambas com significativas responsabilidades nas ocorrências, é, aparentemente, normal só ser informado pelos gestores púbicos por si nomeados e de si dependentes, de situações desta natureza e gravidade, quando ocorram lamentáveis situações, como a trágica morte de um passageiro, na fatídica noite de 14 de novembro de 2014.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Lamentável!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Por outro lado, importa também registar que a construção dos navios "Mestre Simão" e "Gilberto Mariano", conforme ficou provado em sede de diversas inquirições realizadas, não obedeceu ao estrito cumprimento das especificações contidas no caderno de encargos, nomeadamente ao nível do sistema de amarração das embarcações.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: Segundo as inquirições e a documentação disponível, em sede dos trabalhos da comissão, ficou a saber-se que os cabos de amarração das embarcações deveriam ser de 64 milímetros de diâmetro, mas quando chegaram os Açores, o navio "Mestre Simão" trazia cabos de 38 milímetros, enquanto o navio "Gilberto Mariano" trazia cabos de 60 mm.

Já os cabeços do navio "Mestre Simão" foram encomendados para terem uma carga de rutura de 50 toneladas, mas chegaram aos Açores apenas com uma carga de rutura de 16 toneladas.

Confrontado com as alterações introduzidas às embarcações, no âmbito da sua construção, e questionado especificamente sobre a existência de documentação que comprovasse a necessidade dos barcos não terem sido construídos como previsto no caderno de encargos, o ex-presidente do Conselho de Administração da Atlânticoline, Dr. Carlos Reis, declarou em audição o seguinte: "*(...) eu tenho quase a certeza absoluta que não há nenhum registo interno formal desta alteração (...)*".

A negligência dos responsáveis pelas empresas Portos dos Açores e Transmaçor fica comprovada pela forma, no mínimo, leviana como geriram assuntos tão importantes como a manutenção e/ou construção de equipamentos.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: O Secretário Regional do Turismo e Transportes demite-se das suas responsabilidades alegando desconhecimento dos factos, o que *per si* já é grave, ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: ... uma vez que demonstra o desnorte e a incompetência com que os assuntos da sua tutela são geridos, como não toma qualquer atitude no sentido de responsabilizar, de forma cabal, os gestores por si nomeados, por sonegação inqualificável de relevantes informações, como a do incidente com o cabeço de amarração ocorrido no Porto da Horta, a 2 de junho de 2014.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

O facto de o Secretário Regional do Turismo e Transportes considerar normal não ter sido informado do incidente ocorrido no Porto da Horta, ao ponto de manter e renovar a confiança política no Presidente do Conselho de Administração da empresa Portos dos Açores, é inadmissível.

Assim, a questão que se coloca é como é que o Eng.º Vítor Fraga reúne as condições para continuar à frente de um Departamento Governamental, se é mantido na ignorância sobre os assuntos que tutela?

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados;

Por outro lado, para o CDS PP existem grandes dúvidas sobre a teimosia do Governo Regional em mandar construir 2 novos navios de 115 m e 650 passageiros, porque julgamos ser um exagero para as nossas necessidades, bem como não percebemos as dificuldades que se têm registado no processo de construção de infraestruturas portuárias como são exemplo as rampas ro-ro na Calheta e em Angra do Heroísmo para que a operação se possa desenvolver em condições de igualdade em todas as ilhas do Grupo Central.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do CDS-PP entende atribuir responsabilidades aos Presidentes dos Conselhos de Administração das empresas Portos dos Açores e Transmaçor/Atlânticoline, pela irresponsabilidade demonstradas na negligente sonegação de informações essenciais, assim como ao Secretário Regional do Turismo e Transportes pela renovação de confiança em administradores que, ao tentarem encobrir situações graves sobre as condições de navegabilidade e operacionalidade dos novos navios e das infraestruturas portuárias das ilhas do Triângulo, colocaram em causa a segurança de passageiros e bens transportados pela Transmaçor/Atlânticoline nas operações nos diferentes portos.

Apesar destas constatações factuais a Comissão Parlamentar de Inquérito ao Transporte Marítimo de Passageiros e Infraestruturas Portuárias terminou o seu trabalho sem ter tido acesso aos resultados finais do estudo técnico do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que trará, assim esperamos, novos dados, que poderão ser objetivos, no apuramento de responsabilidades políticas.

O CDS-PP sempre considerou da maior importância que a Comissão pudesse prolongar os seus trabalhos de forma a poder tirar conclusões melhor

fundamentadas pelo estudo técnico em causa. Parece-nos também fundamental, para além de prudente, aguardar pelas conclusões do relatório do Ministério Público que, paralelamente, aos trabalhos da Comissão, diligenciou uma investigação sobre o acidente de São Roque do Pico, pelo que o Grupo Parlamentar do CDS-PP se absteve na votação do Relatório Final.

Presidente: obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

Deputado José Contente *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar o Grupo Parlamentar do PS gostaria de lamentar o acidente ocorrido, deixando mais uma palavra de pesar à família.

Depois de afirmado que o PS sempre se recusou, e eu tenho essa história política desde o acidente da Ribeira Quente e também da SATA e outros que entretanto ocorreram e sempre o PS e o Governo se recusaram a fazer política com acidentes trágicos, essa não é nem vai a nossa postura neste momento e nos próximos tempos.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Já começou!

Deputado André Bradford *(PS):* Os senhores é que começaram!

O Orador: No trabalho desenvolvido pro esta Comissão durante cerca de dez meses com vinte e três audições e sessenta mil páginas de anexos, infelizmente alguns começaram pelo fim, ou seja primeiro quiseram não responsabilizar mas condenar politicamente, desenvolvendo um trabalho que só teve esse objetivo.

Isto para nós nem corresponde à seriedade de um cado desta natureza e corresponde sim a um oportunismo político com vontades pré definidas assente em sentimentos que nós nem queremos reconhecer mas transformando em mera politiquice o inquérito parlamentar.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* É preciso ter descaramento! É preciso não ter vergonha!

O Orador: Ao contrário desta postura, o PS entrou nesta Comissão com o objetivo de apurar os factos e esclarecer tudo o que houvesse para esclarecer sem quaisquer receios de conclusões pré estabelecidas.

O relatório final aprovado e hoje aqui lido, reflete os factos apurados no decurso dos trabalhos e não uma qualquer seleção de transcrições e audições de documentação ...

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Limpeza!

O Orador: ... como se quis fazer passar viciando aí sim e branqueando a verdade do que realmente se passou da Comissão.

Com a intenção clara de intoxicar mediaticamente a opinião pública, houve até quem tivesse a intenção, e mais do que a intenção, o caráter ilegal e ilegítimo de dar conhecimento do rascunho do relatório final, com conclusões viciadas, redutoras e parciais.

Tudo isto só ao alcance de quem nunca procurou esclarecer absolutamente nada mas teve um objetivo claro e intencional de atingir o Governo e o PS.

Esta má postura provavelmente de quem tinha interesse em não apurar a verdade, é tão evidente que em matéria de quesitos, que é o quesito 9, que trata de apurar a responsabilidade política, este quesito foi aprovado nas suas respostas por unanimidade e o relatório final foi aprovado em 80% por todos os partidos que fizeram parte da Comissão com direito a voto, por isso não nos parece sério que se queira não afastar a inconclusividade deste relatório porque obviamente as conclusões foram feitas em coerência e em consistência com as respostas a todos os quesitos que fazem parte deste relatório.

Por isso, é com toda a objetividade que se concluiu nesta Comissão que foi feito um grande investimento nas infraestruturas e navios que existem; que foi feito também uma boa opção na construção das rampas ro-ro ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Ótimas!

O Orador: ... e a decisão da aquisição de dois navios independentemente da sua tipologia é uma decisão acertada; que depois das peritagens e relatórios

todas as recomendações para aumentar os níveis de segurança foram acatadas e implementadas; que houve um conjunto de fatores que contribuíram para o acidente e não só o único fator ou dois fatores, como alguns quiseram fazer crer para depois assacar responsabilidades políticas só a esses autores e entidades; que também foi possível confirmar pela conclusão do GPIAM que a falta de manutenção dos cabeços não era líquida como disse o GPIAM, porque até perguntado se sabia como se faziam essas manutenções, afirmou que não sabia como é que essas manutenções poderiam ser feitas; que por outro lado os mestres dos novos navios têm adequada formação e que zelam em primeiro lugar pela segurança dos passageiros; por fim todos os 21 inquiridos afirmaram de forma perentória, ao contrário do que nós vimos em muitas reuniões da Comissão e também injusta e refletidamente posto na opinião pública, esses 21 inquiridos disseram de forma perentória que o transporte marítimo de passageiros dos Açores é seguro e que nunca esteve em causa a segurança.

Tudo isto não quer dizer que nos acomodemos e que não possamos melhorar e que tudo seja feito naquilo que está ao alcance do Governo e das entidades responsáveis nos Açores para se começarem a resolver e implementar as falhas detetadas e isso já foi feito depois das recomendações dos relatórios que impuseram também a essas entidades a melhoria do reforço dessas condições.

É esta para nós a seriedade e a responsabilidade política necessária para a contínua segurança do transporte marítimo e bem assim para a segurança dos passageiros e dos açorianos em geral.

E por fim gostaria de citar o Padre António Vieira quando disse com muita propriedade: “sobre presunções não assenta bem alguma condenação de direito principalmente quando ela é grave” e houve infelizmente muita presunção daqueles que começaram esta Comissão de Inquérito pelo fim porque efetivamente isso veio a comprovar-se que não era sério fazer do início da Comissão de Inquérito a conclusão, ao fim e ao cabo, para a qual só queriam trabalhar do princípio até ao fim.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* O senhor está a escudar-se nas políticas!

O Orador: Por isso nós precisamos efetivamente de saber que tivemos com seriedade nesta Comissão de Inquérito, ...

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* O que não é sério é o que senhor está a dizer!

O Orador: ... com toda a capacidade de melhorar o sistema de segurança do transporte marítimo porque a segurança é um conceito inacabado e não fizemos nenhuma tentativa de aproveitamento político com tragédias nos Açores agora e no passado, e não faremos, ...

Deputado Cláudio Lopes *(PSD):* Nós também não!

O Orador: ... isso ficará para queles que fazem má e baixa política.

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo*:*

Está para lá de qualquer dúvida quem é a responsabilidade política sobre as opções tomadas em relação ao tipo dos navios e em relação às infraestruturas portuárias que melhor se adequariam quer os navios Mestre Simão e Gilberto Mariano, quer aos navios que se prevê venham no futuro próximo, assim se espera, a operar em todas as ilhas da Região. Para o bem e para o mal, a culpa é sempre de quem decide, ou seja do Governo Regional e, em última instância do Presidente do Governo Regional.

E isto é verdade com ou sem Comissão de Inquérito. Aliás foi isso que os partidos da oposição disseram e têm dito em relação a esta como a outras decisões.

No que concerne ao acidente de S. Roque, do qual resultou a morte de um passageiro e, ainda antes da constituição da Comissão de Inquérito, todos os partidos responsabilizaram politicamente a tutela dos Transportes e Turismo sobre os incidentes e acidentes que ocorreram nos portos da Horta, Madalena e S. Roque do Pico.

Das inquirições e análise documental que decorreram durante os trabalhos da Comissão constatam-se contradições insanáveis sobre o que motivou o acidente mortal no porto de S. Roque do Pico.

Não foi possível apurar, com rigor, se foi um dos elementos do sistema integrado de atracação do navio que esteve na origem do acidente, se foi a conjugação de todos eles, se as condições meteorológicas desaconselhavam a abertura da barra do porto de S. Roque, se o navio de mercadorias influenciou a manobra de atracação ou se terá sido a conjugação de todos ou vários fatores que levaram ao acidente. Isto, de facto, a Comissão de Inquérito não concluiu, independentemente do que resulta da vontade da maioria absoluta que, aqui no plenário e nas Comissões impõe sempre a sua vontade.

Do funcionamento desta Comissão de Inquérito resultam, na opinião do PCP, duas questões que não se relacionam diretamente com o objeto da Comissão, mas que às quais importa dar a devida importância:

Em primeiro lugar a emergência da necessidade de alterar o quadro legal das Comissões de Inquérito para evitar que os direitos potestativos da oposição sejam subvertidos por uma qualquer maioria absoluta.

Em segundo lugar, ao olhar de quem aqui representamos ficou claro que as maiorias absolutas reduzem a democracia à vontade de um partido, num parlamento onde estão representados 6 partidos. E se isto resulta, na prática, das opções eleitorais dos açorianos, a verdade é que a opção de empobrecer a democracia açoriana para se tentar manter no poder a todo o custo é só, apenas e exclusivamente do partido que suporta o Governo.

Importa também referir que dos trabalhos da Comissão ficou claro que as opções tomadas no que diz respeito ao interface da infraestrutura com o equipamento navegante não terá sido o mais adequado ao nosso mar. E isto mesmo sem ter em conta as opções de localização das novas infraestruturas portuárias.

Na verdade as interrupções da operação, designadamente as que impedem o transporte de viaturas, são demasiado frequentes, tendo em conta a dimensão dos investimentos realizados. A elevada taxa de cancelamentos demonstra, justamente, o que dizia em relação ao facto da solução adotada poderá não ser a que mais se adequava às condições do mar nos Açores e isto está claramente demonstrado, mesmo nas novas infraestruturas. Veja-se o que sucede no terminal no porto da Madalena onde com demasiada frequência, a acostagem é feita "à moda antiga", para incómodo dos passageiros que, sob a chuva se interrogam para que serviu todo aquele enorme investimento público?

Às opções erradas, aos erros de avaliação, o PS somou, de forma mais grave, a teimosia, a incapacidade de reconhecer e assumir os erros e a falta de dignidade política, quando, perante uma tragédia como a que sucedeu, não só não retirou de imediato as consequências políticas, como deu continuidade à narrativa mirabolante de que o Governo Regional fez tudo bem e que tudo está bem no mundo cor-de-rosa que procuram pintar.

Se alguma utilidade esta Comissão teve, foi desde logo, a de provar o contrário: O Governo Regional não fez tudo bem. E é mais do que tempo de, com humildade, o reconhecer.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A primeira questão que me coloquei no âmbito da análise deste assunto é se o Parlamento faz ou não faz bem em analisar e em criar comissões de inquérito em relação a situações deste tipo.

Eu acho que é o nosso dever exercer esta prorrogativa Parlamentar, é o nosso dever perante a cidadania.

Não se trata à partida de considerar porque os partidos da oposição que promovem estas iniciativas, têm como função vulnerabilizar politicamente o Governo.

A nossa obrigação legal é saber o que é que aconteceu, atribuir evidentemente responsabilidades políticas se elas existirem e obviamente assegurar que não volta a suceder ou que pelo menos tudo faremos para que não volte a suceder.

A minha convicção, a convicção obviamente poderá ser considerada sempre subjetiva para uns setores políticos, outros não, mas eu tenho a absoluta convicção que não foi um azar. O acidente mortal não foi um azar, não foi algo que não pudesse ter sido evitado. Não foi algo que a natureza nos impusesse como impõe tantas vezes nos Açores, que é algo que nós não podemos controlar, é algo que nós não podemos evitar. Esta situação, estou absolutamente convencido, depois de ter analisado um conjunto de documentos e de ter ouvido os depoimentos, estou absolutamente convencido, sinceramente, que podia ter sido evitada.

Vejam os factos, não se tratou de um acidente isolado, houve vários avisos: tivemos o primeiro aviso em junho de 2014; tivemos o rebentamento de vários cabos; tivemos depois no dia 13 de novembro novamente a repetição do rebentamento dos cabeços, portanto tivemos vários avisos. Esta situação que ocorreu não foi uma situação isolada, houve vários antecedentes e isso demonstra bem que a operação marítima que estava a ser montada e que estava a ser executada tinha vulnerabilidades porque os cabos não rebentam, não é normal que isso suceda com a frequência que ficou demonstrada no âmbito dos trabalhos da Comissão e também não é normal que os cabeços sejam arrancados

com a frequência com que sucedeu no início desta operação marítima, ou seja algo que estava a correr mal e a verdade é que as entidades responsáveis, quer a Portos dos Açores, quer a Transmaçor não fizeram tudo para acautelar, analisar esta situação com objetividade e com eficácia, evitando que se repetisse e tomando as medidas necessárias para evitar aquilo que veio a acontecer no dia 14 de novembro.

Portanto, eu acho que há aqui vários avisos, nós tivemos vários avisos e as entidades responsáveis não responderam com a necessária eficácia.

Considero também que neste tipo de situações, e agora já estamos a falar de melhorar as situações de segurança, certo? Agora já estamos a implementar novos mecanismos de segurança, agora já estamos a reagir àquilo que aconteceu, mas a questão fundamental é que eu estou absolutamente convencido que aquilo que aconteceu é irreparável, já aconteceu.

Tudo aquilo que nós estamos a gora a fazer já vem tarde. Poderá evitar outro tipo de situações mas já vem tarde e eu considero que nesta situação existem irresponsabilidades porque as coisas não funcionaram, porque nós tivemos vários avisos e não tivemos a eficácia para resolver esta situação e quem tinha essas competências não exerceu e quem tinha esse dever não o fez, por isso eu considero que existem responsabilidades políticas evidentes, desde logo responsabilidades de quem diria as respetivas empresas públicas e também de quem as tutelava.

Há responsabilidades políticas evidentes e o Governo Regional e o PS evitaram a assunção destas responsabilidades. Eu acho que fazem mal! Eu acho que em todos os momentos, mesmo em momentos que são momentos difíceis como estes os responsáveis políticos devem assumir as suas responsabilidades políticas. Eu acho que o PS e o Governo Regional não as assumiram e deviam ter assumido.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A prova de que esta Comissão Parlamentar de Inquérito ao Transporte Marítimo de Passageiros e Infraestruturas Portuárias fez um exaustivo, aturado e apurado trabalho de forma responsável e séria, foram exatamente todas as intervenções que me antecederam, que antecederam a minha, que são a prova de toda a imensa informação que foi possível coligir ao longo dos trabalhos desta Comissão que durou praticamente um ano. Esta Comissão tinha realmente tudo para correr bem, para além da excelência do trabalho de audições, de pedidos de pareceres, de documentos, tinha todas as condições para correr bem porque ela foi, digamos, que batizada, permitam-me o termo, pelo Presidente do Governo Regional, quando aqui nesta Casa assumiu perante uma pergunta do BE e perante uma afirmação feita pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado, de que esta Comissão apuraria a verdade e as responsabilidades políticas doesse a quem doesse. Era bom que assim fosse. Teria sido bom que assim tivesse sido, mas houve uma coisa que se interpôs entre o compromisso do Sr. Presidente do Governo Regional e a realidade que é as conclusões que nós temos na mão, interpôs-se a maioria absoluta do PS e quando se interpõe uma maioria absoluta interpõe-se a prepotência e a impunidade e é essa exatamente a marca seja das conclusões algumas delas que estão vertidas neste relatório, sejam das conclusões que não estão lá vertidas porque foram omitidas.

Sras. e Srs. Deputados:

É curioso uma que foi omitida: o BE propôs que se pedisse ao LNEC um relatório sobre o estado do cabeço que rebentou no porto de S. Roque do Pico e que provocou o acidente fatal ao cidadão José Norberto.

O PS na conclusão n.º 18 reconhece a importância deste relatório, reconhece tanto esta importância que diz que ele virá trazer nova luz e novos dados a todo este processo.

O tribunal reconhece a importância deste relatório porque também o pediu ao LNEC. Mas o que é que fez a maioria absoluta do PS? Invalidou que esse relatório chegasse às mãos dos membros desta Comissão porque não quis esperar mais tempo. É isto a maioria absoluta!

Depois, e não contente com isso omite no relatório a proposta do BE remetendo-a para o Tribunal remetendo-a para o Tribunal como se na Comissão não tivesse havido nenhuma.

Depois a maioria absoluta é aquela que em pleno trabalho de Comissão se expressa desta maneira: por que é que esta proposta de alteração é feita? Resposta do PS: porque o PS quer e assim fica mais bonito.

A maioria absoluta do PS também se revela quando o Governo que suporta, o Governo Regional que suporta se dá ao luxo, permitam-me dizê-lo de reconduzir um gestor público, de uma empresa pública tutelada pela Secretaria Regional do Turismo e Transporte depois de saber duas coisas sobre esse gestor público.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* O Sr. Secretário não sabia!

A Oradora: Primeira coisa que sabia; esse gestor público não reportou um incidente ocorrido em junho de 2015 no porto da Horta e devia tê-lo feito, pelo sentido de responsabilidade que manifestou não ter.

Mas o Governo tinha outra informação: tinha na mão o relatório do GPIAM que já apontava para algumas deficiências dos cabeços, nomeadamente daquele que provocou o acidente fatal, mesmo assim o Governo Regional reconduziu esse gestor público.

A maioria absoluta também se revela quando o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes só foi avisado dos incidentes quando ocorreu o acidente.

Sr. Secretário Regional, Sras. e Srs. Deputados, isto não é irresponsabilidade, isto é criminoso!

Não é possível esconder de uma tutela, três incidentes da dimensão daqueles na Horta e na Madalena e só reportar quando morreu uma pessoa!

Estes gestores públicos merecem todo o respeito desta Assembleia, mas não podem de maneira nenhuma passar ilesos na responsabilidade que têm que assumir, eles e quem os tutela.

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: A maioria absoluta também se vê quando as próprias empresas públicas que estão aqui em questão só pedem uma perícia aos cabeços, não no primeiro acidente em junho, não no segundo acidente em 13 de novembro, não no terceiro acidente ainda no dia 13 de novembro. Não! Só pedem depois do acidente de 14 de novembro de 2015, que infelizmente matou o cidadão José Norberto.

Isto está completamente errado e não há maioria absoluta do PS, não há Governo Regional nenhum, em nenhuma parte do mundo que possa provar o contrário.

Fazer política, Sras. e Srs. Deputados, é apurar responsabilidades políticas também, mas fazer politiquice na realidade é uma coisa completamente diferente. Fazer politiquice é fazer passar para a opinião pública a ideia de que a identificação das responsabilidades políticas ou a assunção das responsabilidades políticas é ilegítimo, é persecutório e é canibalizador. Isto é politiquice!

E também é politiquice, Sras. e Srs. Deputados, confundir responsabilidades políticas, morais e criminais quando todos nós sabemos que são coisas completamente diferentes, a começar pelo Secretário Regional do Turismo e Transportes que em sede de Comissão disse claramente: se eu tivesse na minha consciência o peso da responsabilidade moral, nem conseguiria dormir de noite. Lembra-se de ter dito isto, Sr. Secretário?

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* É verdade! Está lá escrito!

A Oradora: Todos nós sabemos aqui exatamente que responsabilidade política, moral e criminal são coisas diferentes.

A esta Casa e a esta Comissão só competia apurar uma: a política e essa Sras. e Srs. Deputados, foi completamente apurada, queira ou não queria a maioria do PS.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Finalmente, fazer politiquice é também "empurrar com a barriga", dizer o que se passou não interessa, o que interessa agora é que não se volte a passar, "empurrar com a barriga" as responsabilidades para o futuro, esquecendo que no presente há responsabilidades que têm que ser assumidas, quanto mais não seja porque há um cidadão que ficou de fora de todo este trajeto porque lhe caiu em cima uma coisa que nunca poderia acontecer.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, com todo o respeito pela consciência, pela dor, pelo desgosto, até dos camaradas do cidadão José Norberto, dos seus amigos, das suas famílias, com todo o respeito e até pelos membros do Governo mais diretamente implicados nesta situação, respeitando o peso que todos nós temos em cima e que eles também terão, e eu quero acreditar que têm, Sras. e Srs. Deputados, não é possível em nome da decência, de seriedade, da responsabilidade a que todos nesta Casa estamos obrigados que o Governo Regional, na pessoa de qualquer dos seus elementos não diga: "Nós temos de facto responsabilidades políticas e vamos tratar resolvê-las, tão depressa quanto possível", com a mesma brevidade com que estão a alterar cabeços, a substituir cabeços, a reposicionar cabeços, a alterar os cabos dos navios, com a mesma rapidez assumam esta responsabilidade e tratem de corrigi-la!

Muito obrigada.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado Miguel Costa, pediu a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Miguel Costa** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação para fazer chegar à Mesa a transcrição da reunião da comissão de inquérito onde se prova que a Sra. Deputada Zuraida Soares embrulha, inventa e falta à verdade.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Faça uma intervenção!

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP)* e **Deputado Cláudio Lopes** *(PSD):* Isto é uma vergonha!

Presidente: Sr. Deputado Miguel Costa, limite-se ...

O Orador: Eu tenho que fazer ...

Presidente: Mas não deve adjetivar naturalmente a sua colega.

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Miguel Costa, para continuar a sua interpelação.

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Miguel Costa, para continuar a sua interpelação tem a palavra.

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Miguel Costa para continuar a interpelação tem a palavra.

O Orador: ... porque a Sra. Deputada Zuraida Soares já escreveu e já disse muitas vezes a seguinte frase: ...

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Isso não é uma interpelação!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Paulo Estêvão o senhor tem que se acalmar porque a Mesa é que está aqui para gerir os trabalhos.

Sr. Deputado Miguel Costa, eu já lhe pedi que na interpelação à Mesa não pode naturalmente, aliás ainda há pouco o fiz em relação ao Sr. Deputado Artur Lima ...

O Orador: Mas eu tenho que justificá-la.

Presidente: O Sr. Deputado Miguel Costa tem que dizer que vai entregar um documento à Mesa...

O Orador: Porquê? Estou a dizer porquê.

Presidente: Mas não tem que citar aquilo que a Sra. Deputada disse ou deixou de dizer.

Peço desculpa Sr. Deputado, tem que se limitar a dizer que documento é e por que é que o vai entregar à Mesa, Sr. Deputado.

O Orador: Vou dizer por que é que o vou entregar à Mesa. Porque a Sra. Deputada disse aqui...

Presidente: Nós sabemos o que é que a Sra. Deputada disse.

O Orador: ... que é assim que o PS quer e porque fica mais bonito e isso não está dito em lado nenhum na transcrição.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Desculpe lá! Nós ouvimos! Estávamos lá!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Está escrito, está!

O Orador: Eu vou fazer chegar a página 169, das 317 páginas onde está isto.

Eu quero fazer chegar para distribuir à câmara.

É só isso e por isso ela faltou à verdade. É só nesse aspeto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa quando receber o documento irá distribuir por todos.

Sra. Deputada Zuraida Soares, pediu a palavra para?

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Para um protesto.

Presidente: Não pode fazer protestos a interpelações.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Para uma interpelação.

Presidente: Uma interpelação à Mesa tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria, Sra. Presidente de interpelar, através da Sra. Presidente a Deputada Ana Espínola, o Deputado Paulo Estêvão, o Deputado Aníbal Pires, o Deputado Cláudio Lopes, o Deputado José Contente, o Deputado Nuno Pedroso, no sentido de dizerem nesta Casa ...

Presidente: Não pode Sra. Deputada.

A Oradora: ... onde é que eu embrulhei, inventei ...

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares ...

A Oradora: ... e faltei à verdade.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares ...

A Oradora: Não estou a interpelar nem a Sra. Presidente, nem os senhores, nem o Sr. Deputado Miguel Costa.

Estou a interpelar os Deputados que estiveram na Comissão e ouviram o que eu ouvi e continuarei a repetir.

Deputado Miguel Costa *(PS):* Não foi dito!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Foi dito!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, a figura da interpelação à Mesa é à Mesa naturalmente.

A Sra. Deputada Zuraida Soares não pode interpelar nenhum outro colega e portanto não pode referir mais nenhuma questão do que aquela que referiu na sua intervenção, para isso é que as bancadas dispõem de tempo para continuar a intervir se assim o pretenderem.

Sr. Secretário Regional tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi para intervir neste debate …

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Intervir, não! É sua obrigação!

O Orador: … de apresentação do relatório da comissão de inquérito em primeiro lugar para dizer que o Governo disponibilizou-se a colaborar, tal como era o seu dever e a sua obrigação, com a comissão no sentido que essa pudesse desenvolver todo o trabalho necessário ao apuramento da verdade.

Nesta comissão de inquérito um dos temas englobava o trágico acidente que vitimou um cidadão o qual nós naturalmente voltamos a lamentar e também gostaria de dizer que olhando numa perspetiva posterior aos incidentes naturalmente que hoje é muito fácil dizer que se poderia ter feito um 100 número de ações …

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Mas não são as ações, são as nomeações de incompetentes!

O Orador: … que evitassem o acidente que todos desejávamos que assim o fosse.

É também notório que esta comissão de inquérito quando foi criada tinha um alvo claramente assumido por alguns, que era, neste caso, diretamente a ver comigo, com a minha responsabilização política por este facto.

Tal como já tive oportunidade de dizer, se tivesse sido alertado de alguma forma, se eu tivesse conhecimento que havia alguma …

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Se tivesse sido alertado! Se!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso é inadmissível!

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Como é que um governante diz isso!

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Mas foram os seus administradores que não o alertaram! Não o alertaram e voltou a nomeá-los!

O Orador: … se eu tivesse conhecimento de alguns factos que indiciassem que um acidente desta natureza pudesse acontecer e eu não tivesse agido, se não tivesse disponibilizado os meios necessários para evitar, eu seria o primeiro a aqui estar para assumir a responsabilidade política, mas também como disse na comissão de inquérito essa responsabilidade não seria só política, seria efetivamente uma responsabilidade também moral.

Isto não aconteceu.

Naturalmente que o acidente todos nós lamentamos e o compromisso que o Governo assumiu e assume é fazer tudo o que estiver ao seu alcance …

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* E acha isso uma coisa extraordinária, não é?!

O Orador: … para evitar que situações destas possam ocorrer no futuro.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* E acha isso uma coisa extraordinária!

O Orador: Este é o compromisso que nós assumimos, …

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* É pouco, Sr. Secretário! Muito pouco!

O Orador: … mas esta comissão foi mais ampla, não se cingiu única e exclusivamente à questão do acidente …

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Isso é uma obrigação!

O Orador: … e permitiu que se apurasse que a Região tem claramente uma estratégia definida ao nível do transporte marítimo de passageiros e viaturas, …

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Nas rampas ro-ro!

O Orador: … que independentemente do que aconteceu e que se resumiu neste acidente que já tive oportunidade de falar, o transporte marítimo no triângulo é um facto de sucesso. No período de 2012 a 2015 há um incremento de mais 50 mil passageiros a utilizarem esse transporte no triângulo, que ao nível do transporte de viaturas que de 2014 para 2015 duplicou o número de viaturas, ou seja, passou de 5 para 10 mil viaturas, que contribuiu de uma forma determinante para transformar aquilo que era uma realidade de ilha e uma economia que se cingia à ilha …

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Na rampa ro-ro da Madalena!

O Orador: … para uma realidade de triângulo, abrindo a base de clientes para todas as empresas de cerca de 10 a 15 mil para 40 mil potenciais clientes.

Estes são factos também que foram apurados e que foram comprovados no decorrer da comissão que demonstram que ao contrário do que alguns tentam fazer crer que a política de transportes, nomeadamente os transportes

marítimos, se faz a navegar à vista, não, ela está estruturada, alicerçada, por um lado, em estudos que foram feitos em devida altura, …

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Ninguém os conhece!

O Orador: … e por outro lado também, naquilo que é a prática que o dia-a-dia nos vai fornecendo para melhorarmos continuamente.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Ninguém os conhece, mas eles estão lá!

O Orador: A verdade é que o transporte marítimo de passageiros e viaturas é uma realidade na Região, é uma realidade de sucesso e certamente irá continuar a ser e tudo o que podermos fazer para que este contribua de uma forma determinante para o desenvolvimento do mercado e para o desenvolvimento da economia das nossas ilhas dentro de elevados padrões de segurança, iremos continuar a fazê-lo.

Deputado Artur Lima e Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Vai outra vez falar de turismo!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) Deputado Cláudio Lopes *(PSD):* Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, o senhor foi no espaço de cinco meses, entre junho e novembro de 2014, alvo de uma infidelidade política grave.

Os gestores das empresas públicas que o senhor tutela, omitiram-lhe um acontecimento grave: um cabeço arrancado na Horta foi omitido a V. Exa. e um cabeço arrancado de um cais, como se veio a provar em São Roque do Pico, pode atingir mortalmente um cidadão.

Isto foi grave e o senhor foi alvo dessa infidelidade e retribuiu a estes gestores a renovação da confiança política.

Sr. Deputado José Contente, quem politizou esta comissão foi quem desde o início provou o desconforto que sentia em aceitá-la; quem eliminou as

conclusões mais óbvias de um relatório na ânsia de ilibar o Governo de qualquer responsabilidade política; …

Deputado Cláudio Almeida *(PSD):* Muito bem!

O Orador: … quem branqueou e deturpou os factos e quem deturpou a verdade, …

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: … quem fez isso foram os deputados do Partido Socialista.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Muito bem!

O Orador: No decorrer dos trabalhos desta comissão apuraram-se os seguintes factos:

- As infraestruturas portuárias construídas no triângulo revelaram várias deficiências;
- Foram substituídos vários cabeços das rampas, outros foram recolocados e ainda um retirado;
- Foram reposicionadas várias defensas em vários portos;
- Foram substituídos chumbadouros em todos os cabeços das rampas da Madalena e da Horta;
- Foram alterados esquemas de amarração e alteradas bitolas dos cabos de amarração;
- Verificou-se que os cabeços dos navios que deveriam ter 50 toneladas têm apenas 16 toneladas.

Tudo isto comprova que o Governo agiu de forma a que dê razão ao adágio popular **"casa roubada, Trancas à porta".**

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Tudo isto evidencia que ou as infraestruturas construídas foram mal executadas, ou então que não foram pensadas para os navios que se compraram, nem os navios comprados foram escolhidos em função das infraestruturas construídas.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Tudo isto confirma um desnorte completo deste Governo!

A incerteza de horários e de itinerários (sobretudo entre as ilhas de São Jorge e do Pico), associada à redução de uma viagem entre as ilhas do Pico e do Faial, e ainda a verificação de frequentes avarias e cancelamentos, têm contribuído negativamente para uma utilização expectável que se tinha de um novo serviço e tem prejudicado os passageiros e os empresários destas ilhas.

As centenas de milhões de euros gastas e a gastar neste novo modelo de transporte marítimo preconizado por este Governo para toda a Região, não é compatível com uma operação mal definida e implementada com tantas deficiências.

A exemplo, os 22 milhões de euros gastos no porto da Madalena, resultaram numa clara baixa de operacionalidade daquele porto.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Ainda quanto à aquisição de dois novos navios pelo valor de 85 milhões de euros, que constitui uma fixação deste Governo, além dos inquiridos da esfera governativa que revelaram estar a favor desta opção, vários foram os inquiridos que contestaram veementemente esta solução e classificaram-na como uma asneira colossal do Governo, que poderá traduzir-se num encargo público futuro muito elevado.

Todas estas responsabilidades foram branqueadas pelos deputados do Partido Socialista.

Os deputados do PSD-Açores não compactuam com a impunidade garantida pelos deputados do Partido Socialista na versão final deste relatório, por isso a ele se opuseram e lamentam que matérias tão delicadas, que se reportam à segurança e à fiabilidade de um serviço público tão importante, tenham sido tratadas de forma tão parcial, redutora e até facciosa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares. Dispõe de cerca de um minuto.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* E 35 segundos, não é, Sra. Presidente?

Foi o que me foi transmitido. Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de vos reler a página 169 da transcrição da Comissão Parlamentar de Inquérito aos Transportes Marítimos de Passageiros e infraestruturas Portuárias, do dia 19 de janeiro de 2016, em Ponta Delgada.

A página 169 continua um diálogo em que eu estou a falar e a determinada altura digo:

"Eu consigo perceber a proposta de alteração do CDS relativamente à proposta do relatório. Agora a do Partido Socialista eu não consigo perceber exatamente o que é que pretende,…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Não?!

A Oradora: … porque leio uma e outra e não vejo em que é que adianta a alteração. (…)

Deputado Miguel Costa *(PS):* Nós gostamos mais da nossa!"

Deputado Miguel Costa *(PS):* Da nossa proposta!

A Oradora: Eu repito: "Nós [não há justificação, "nós", nós PS] gostamos mais da nossa!".

"A Oradora [que sou eu]: Mas isto não vai de gostar. Eu também gosto do vizinho do lado, Sr. Deputado.

Deputado Miguel Costa *(PS):* Com certeza! Isto é mesmo assim!"

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: [Zuraida, que sou eu]: "Não! Desculpe, mas isso não é justificação, Deputado Miguel Costa: [ouça, Sr. Deputado, que eu também o ouvi] …

Deputado Francisco César *(PS):* A senhora é que não ouviu!

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Está a insultar a Sra. Deputada numa intervenção!

Deputado Francisco César *(PS):* Insultar?

A Oradora: … é que nós gostamos mais desta do que daquela."

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, faça o favor de continuar.

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Presidente.

Disse o Deputado Miguel Costa: " (…) é que nós gostamos mais desta do que daquela."

[Eu]: "Não é por isso. Há de ter que haver uma razão objetiva para proporem uma proposta de alteração." (…) "Porque gosta? Então eu vou pintá-la de amarelo para gostar ainda mais. Se começamos a brincar, então não vale a pena. Mais vale votar tudo e fica despachado."

Presidente: Tem de terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: E digo ainda: "Eu estou de boa-fé a perguntar. Gostava de perceber qual é o objetivo da proposta de alteração do Partido Socialista (…). O Sr. Deputado responde porque "a nossa é mais bonita"."

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem de terminar.

Deputado Miguel Costa *(PS):* Diga lá o que a senhora disse?

A Oradora: Eu vou terminar …

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Deputada Zuraida Soares está no uso da palavra e tem que terminar.

A Oradora: Diga lá, não quer dizer nada.

Vou repetir: acho lamentável, absolutamente lamentável …

Presidente: Sra. Deputada Zuraida tem de terminar.

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, …

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Oh, Miguel, isso não é para ti!

A Oradora: … eu considero absolutamente lamentável que o Deputado Miguel Costa, que liderou na comissão o grupo do Partido Socialista, agora que nós

estamos a debater o relatório da comissão não tenha uma palavra para dizer sobre o seu trabalho …

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: … e sobre o seu grupo de trabalho a não ser chamar à Deputada Zuraida Soares "embrulha, inventa e falta à verdade."

Se isto é trabalho e se é a sua capacidade de honra, Sr. Deputado, é muito poucachinho.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Miguel Costa pede a palavra para?

Deputado Miguel Costa *(PS):* Para uma intervenção.

Presidente: Para uma intervenção dispõe de cerca de 2 minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Miguel Costa** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, eu e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, os deputados falam quando bem entendem e quando é decidido pelo grupo parlamentar e não é o Bloco de Esquerda de certeza absoluta que o vai decidir.

O Deputado José Contente fez parte da comissão como qualquer outro deputado …

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Qualquer outro não!

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: … e, portanto, não é a senhora que vem aqui dar lições ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista como é que deve falar, quando é que deve falar e como deve falar e nunca o Partido Socialista faltou à verdade. A senhora é que veio aqui novamente a esta câmara e faltou novamente à verdade.

Quando a senhora vem aqui dizer o seguinte e passo a citar a Sra. Deputada Zuraida Soares, transcrição da página 169. Eu digo-lhe assim, Sra. Deputada: …

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Isso foi um *fait divers* que o senhor arranjou!

O Orador: "Não diga que estamos a brincar!"

A Oradora …

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Miguel Costa está no uso da palavra.

Sr. Deputado Miguel Costa, faça o favor.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Isso é que é o problema das transcrições!

Deputado Berto Messias *(PS):* Mas querem ou não querem ouvir?

O Orador: A oradora diz o seguinte, que é a Sra. Deputada: "Eu estou de boa-fé a perguntar. Gostava de perceber qual é o objetivo da proposta de alteração do Partido Socialista porque ela me parece absolutamente inócua, idêntica à que está no relatório."

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Em vez de assumirem as vossas responsabilidades fazem esse tipo de debate!

O Orador: Portanto, a senhora percebeu o que é que era a proposta.

"O Sr. Deputado responde que "a nossa é mais bonita"."

Foi a senhora que o disse.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Não, não!

O Orador: Foi a senhora que o disse.

Deputado Berto Messias *(PS):* Ah! É preciso ter lata!

O Orador: É a transcrição das suas palavras, Sra. Deputada. Está entregue na Mesa. A Sra. Presidente pode confirmar: "O Sr. Deputado responde que "a nossa é mais bonita"."

Foi a senhora que o disse!

Sabe qual foi a minha resposta, Sra. Deputada? Sabe qual foi a minha resposta?

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Sei, sei!

O Orador: "Eu não disse que era mais bonita. Eu disse foi que acho que a nossa reúne melhor redação."

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Disse que gostava mais da vossa!

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Disse, sim senhor!

O Orador: Seja séria, Sra. Deputada, e faça um favor a esta câmara: além da sua demagogia que já lhe fica mal, a falta à verdade fica-lhe mesmo muito mal.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PS também encerrou o seu tempo para este debate.

Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Miguel Costa, …

Presidente: A interpelação é à Mesa. Tem alguma coisa para entregar à Mesa?

A Oradora: … quando as crianças brincam …

(Apartes dos Deputados das diversas bancadas)

A Oradora: Sra. Presidente, tem toda a razão. Tem toda a razão!

Peço desculpa! Tem toda a razão!

Sra. Presidente, quando as crianças brincam às vezes dizem umas coisas e querem dizer outras sabendo muito bem o que estão a dizer.

Não! Vou voltar à leitura!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, não pode! Não pode!

A Oradora: Então o Sr. Deputado Miguel Costa acusa-me novamente de estar a mentir e eu não posso repor a verdade?!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares! Sra. Deputada Zuraida Soares, não pode!

A Oradora: Não posso repor a verdade? Porquê?

Presidente: Não pode! Porque já não tem tempo.

A Oradora: Mas eu estou a fazer uma interpelação, tenho tempo para a interpelação.

Presidente: Mas a interpelação …

Sras. e Srs. Deputados!

Vamos lá a ter calma!

A Oradora: O Sr. Deputado teve tempo para repor a verdade dele e eu não tenho tempo para repor a minha.

Presidente: Vamos lá a ter calma!

A Oradora: Não, não! Não, Sra. Presidente!

Presidente: No âmbito do debate a Sra. Deputada Zuraida Soares usou do seu tempo para ler a página 169 e o Deputado Miguel Costa no âmbito do debate …

A Oradora: Leu também a página 169!

Presidente: … leu também.

Ambos esgotaram o tempo …

A Oradora: Então eu não posso voltar a ler numa interpelação?

Presidente: Não pode voltar a ler, porque a interpelação serve para advertir …

A Oradora: Desculpe, quando alguém me chama de mentirosa, Sra. Presidente, dento desta Casa eu tenho que ter maneira de provar que não sou.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares!

Deputado Luís Garcia *(PSD):* É um protesto!

A Oradora: Agora se é protesto que a Sra. Presidente diz que não pode ser, se é interpelação que a Sra. Presidente diz que não pode ser …

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares!

A Oradora: … alguma coisa tem de ser, porque quem está a mentir não sou eu. Desculpe, Sra. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, as regras são para cumprir. Lamento! Mas se é para ler aquilo que está escrito na página 169 …

A Oradora: Não é para ler, é para dizer!

Presidente: … ou para dizer, não lhe posso dar a palavra para a interpelação. Eu lamento.

A Oradora: Então eu registo, Sra. Presidente, que a Sra. Presidente deu a palavra ao Deputado Miguel Costa para ele repor a sua verdade, mas nega-me a possibilidade de repor a minha.

Muito obrigada.

Presidente: Mas foi no âmbito do debate, Sra. Deputada.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Fica registado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores assume, tal como já disse, o compromisso de tudo fazer …

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Isso não é um compromisso, é uma obrigação! Não é um compromisso!

O Orador: … para reforçar os níveis de segurança dentro daquilo que é a operação do transporte marítimo de passageiros, assume o compromisso de implementar um sistema de transporte marítimo de passageiros e viaturas na Região que alargue para toda a Região aquilo que é hoje uma realidade no triângulo.

Sr. Deputado Cláudio Lopes, na política não vale tudo e o senhor, como já tive oportunidade de lhe dizer na Comissão, é provavelmente das pessoas que há mais anos me conhece e sabe que eu não misturo, nem farei política com alguns aspetos, como foi o trágico acidente ao contrário do que outros entendem fazer. O senhor conhece-me e sabe que eu não fiz, eu não faço, nem farei nunca política tendo como base questões desta natureza, …

Deputado Cláudio Lopes *(PSD):* Estou a pedir-lhe responsabilidade política! O senhor devia ter assumido e nunca assumiu!

O Orador: … mas estou aqui para defender aquilo que acredito e acredito que o modelo de transportes marítimos de passageiros e viaturas, ao contrário do que o senhor diz, no triângulo é um modelo de sucesso, que beneficia mais 50 mil passageiros no decorrer desta legislatura, que introduziu o transporte de viaturas e mercadorias no triângulo, que deu maior dignidade aos doentes que circulam neste canal.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Sr. Secretário, transporte de mercadorias existe há décadas no triângulo! Há décadas!

O Orador: Sr. Deputado, para isto eu estou aqui e estou aqui para defender e para assumir tudo o que for necessário para mostrar o que feito e tudo aquilo que queremos fazer.

Deputado Cláudio Lopes *(PSD):* Mas não assume tudo o que é necessário!

O Orador: Que haja lacunas! Claro que existem, mas estamos cá é para, com trabalho, ultrapassar todas essas lacunas para que seja cada vez mais eficiente todo o sistema …

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Que consequências é que tira, Sr. Secretário? É que assumir sem consequências…

O Orador: … e para que ele se desenvolva dentro da maior segurança.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero aqui ainda fazer uma referência para testemunhar a minha perplexidade com alguns dos dados que nós recolhemos no âmbito desta comissão de inquérito.

Eu, por exemplo, não compreendo, não consigo compreender como é que nós tínhamos um sistema de observação dos (o sistema de observação dos cabeços é de facto aquilo que sucede em grande parte do mundo), é a observação visual dos cabeços, agora o que não sucede é que essa observação não dê origem a qualquer tipo de registo, ou seja, os cabeços eram observados e não existia qualquer tipo de registo em relação aos cabeços.

Acham normal?

Eu não acho normal.

Eu acho o seguinte: se não existia o registo como é que a administração sabia quais eram os cabeços que tinha que mandar reparar? Primeira pergunta.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Incompetência pura!

O Orador: Segunda pergunta: se não existia o registo de quais eram os cabeços que estavam em más condições como é que as tripulações sabiam os que deviam utilizar e os que não deviam utilizar? Como é que sabiam?

Vamos verificar a terceira questão, que é a questão fundamental na minha perspetiva: bom, se não existia regista é porque a situação não era grave e eu creio não estar errado se, no âmbito da comissão, não foi comentado e não foi provado, que cerca de 25% dos cabeços (eu repito o número: 25% dos cabeços!) …

Deputado Cláudio Lopes *(PSD):* 26%!

O Orador: … foram considerados em mau estado ou em péssimo estado. 25%! Isto é um número impressionante! Um em cada quatro cabeços não estava em condições!

Deputado Cláudio Lopes *(PSD):* São 80 e tal cabeços!

O Orador: Meus senhores, isto eu considero que é uma situação de negligência. Não é normal! Não pode ser normal e é evidente que na minha perspetiva deveria ter existido uma responsabilização em relação àqueles que tinham responsabilidades de assegurar a segurança, passe o pleonasmo, destas infraestruturas e não o fizeram e o Governo não deveria reconduzir os

responsáveis destes setores, destas empresas e deveria reconhecer que existiu em relação a esta matéria uma negligência evidente. Eu considero que não é preciso ser especialista para reconhecer estes factos. É pura negligência! É falta de organização e o que aconteceu foi que nós tivemos um conjunto, tivemos uma operação marítima que aumentou os fatores de risco, tivemos vários sinais e depois aconteceu o que aconteceu e o Governo e a administração consideram que isto é tudo normal e que ninguém deve ser responsabilizado do ponto de vista político.

Eu acho que tem de ser e eu acho que a vida democrática exige que as pessoas assumam as suas responsabilidades políticas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em 14 de novembro de 2014, o cidadão José Norberto, perdeu a vida no seio de um serviço público regional, prestado por duas empresas tuteladas pelo Governo.

O PSD-Açores, confirmando através da Comissão, falhas das estruturas e dos meios de transporte, bem como negligência e imprudência das empresas em causa, entende que o Governo deveria assumir responsabilidade política neste acidente.

Para o PS, não há qualquer responsabilidade política a imputar a quem quer que seja. Nem a nenhum gestor das empresas, nem ao Secretário dos Transportes, nem ao Presidente do Governo Regional.

Para o PS, todos podem e devem dormir descansados e de consciência tranquila.

Para o PS, este assunto está resolvido, porque as empresas públicas em questão, **«assumiram a responsabilidade do pagamento dos danos de natureza civil resultantes do acidente, tendo já liquidado a indemnização convencionada com a família do falecido…».** A acabei de citar.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: É esta a conclusão mais importante com que o PS sela este relatório e os trabalhos desta Comissão.

Deputado Cláudio Almeida *(PSD):* Muito bem!

O Orador: A verdade sobre a morte de um cidadão reduz-se a esta triste, lamentável, humilhante, indigna e inqualificável conclusão!

Para o PS, **a culpa**, da morte do cidadão José Norberto, deve **morrer solteira**!

A falta de ética, de moral, de prudência, de responsabilidade e até de sentimentos, em tudo o que aconteceu e envolveu este acidente mortal é uma VERGONHA, que vos deve envergonhar em 1.ª instância, mas que envergonha toda a classe política.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Os deputados do Partido Socialista que suportam politicamente este Governo, bom como os Governantes em causa, prestaram um mau serviço aos açorianos.

Sá Carneiro, é muitas vezes referido por uma frase que lhe ficou célebre: **a Política sem ética é uma vergonha!**

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Nesta situação em concreto faltou a ética e por isso foi uma vergonha!

Termino já, Sra. Presidente.

Termino referindo só mais o seguinte: nós não entendemos como é possível que num momento destes, perante um assunto tão sério e tão grave, não esteja aqui

o responsável máximo da governação, o Sr. Presidente Regional dos Açores, Vasco Cordeiro.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Ora! Muito bem!

O Orador: Assim como não entendemos como é que o Sr. Secretário Regional dos Transportes ainda está sentado nessa bancada do Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: O PSD esgotou o seu tempo.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira. Dispõe apenas de um minuto, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS regista que o Sr. secretário do Turismo e Transportes se demite das suas responsabilidades políticas por ignorância; que o Presidente do Governo se demite das suas responsabilidades políticas pela sua ausência e que o sentimento de impunidade que fica é bem revelador da forma prepotente, mas de arrogância velada, a que este Governo nos habituou.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional pediu a palavra para?

Para intervir no âmbito do debate?

O Sr. Deputado José Contente quer fazer uma interpelação à Mesa.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Já darei então a palavra à Sra. Secretária.

Deputado José Contente *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É também para entregar à Mesa um pouco para explicitar a afirmação ponderada da Sra. Deputada Ana Espínola quando diz que "quanto a outros

eventuais responsáveis, nomeadamente políticos, o CDS entende ser ainda prematuro apurar outras responsabilidades." É só para deixar.

Presidente: Depois de entregue à Mesa será então distribuído por todos, Sr. Deputado.

Agora dou a palavra à Sra. Secretária Regional.

Sra. Secretária tem a palavra.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Isabel Almeida Rodrigues):* Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De forma muito breve para refutar …

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Refutar o quê?

A Oradora: … as referências feitas aos Membros do Governo que estão presentes e aos que não estão presentes, rejeitando que sejam tiradas outras conclusões, porque o Governo está representado com o Sr. Secretário do Turismo e Transportes que tutela a área objeto deste relatório desta comissão de inquérito e o Sr. Secretário tem estado aqui, …

Deputado Cláudio Almeida *(PSD):* Grande Secretário!!!

A Oradora: … a participar do debate, mas não poderia deixar de rejeitar as interpretações e as ilações que foram retiradas pela forma como o Governo está hoje representado nesta sala.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Era só o que faltava!

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Pensei que ia justificar a ausência do Sr. Presidente do Governo!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Secretário Regional está inscrito, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Cláudio Lopes, a sua intervenção demonstra bem aqueles que foram os principais objetivos do PSD em todo esse processo: …

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* A sua também demonstra!

O Orador: … utilizaram uma infelicidade, utilizaram um acidente mortal para fazer um ato de guerra política na nossa Região.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Tenha vergonha!

O Orador: Os senhores tinham um alvo definido. Esse alvo estava claramente identificado e todos nós sabemos bem quais são as motivações que estão por detrás da definição desse alvo.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Chegámos à conclusão que a vítima é V. Exa.!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo inscrições, vamos encerrar então este nosso ponto da Agenda e avançar com os nossos trabalhos.

Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada. Claro que sim.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Muito obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 19 horas e 30 minutos.

Eram 19 horas e 16 minutos.

Presidente: Vamos entrar no ponto três da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 141/X – "Compromisso dos Açores no projeto europeu",** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Eram 19 horas e 35 minutos.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes como é habitual e são os do processo legislativo comum: PS, PSD e o Governo dispõem de 25 minutos; o CDS, 13 minutos e as representações parlamentares, 10 minutos.

Para a apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho** *(PSD):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A confiança é um ativo fundamental em qualquer sociedade, é um ativo fundamental em qualquer economia. É essa confiança que permite preservar a estabilidade das sociedades e das economias e é essa confiança que assegura o crescimento que se revela necessário em todos os espaços económicos.

Não é diferente naturalmente na economia açoriana. É fundamental para assegurar o desenvolvimento da Região que a Região viva um clima de confiança e os agentes políticos, independentemente daquilo que os une e daquilo que os separa, têm a obrigação de proteger a confiança das pessoas, no caso concreto, todos os agentes políticos, independentemente daquilo que nos une e que nos separa, temos a obrigação de proteger a confiança dos açorianos e isso obriga à existência de consensos de natureza política fundamentais para que os Açores mereçam a confiança de investidores, dos empresários, dos trabalhadores, dos cidadãos em geral.

Quando se perde a confiança o custo é extremamente pesado, acaba por se degradar a vida das famílias e é altamente negativo para a qualidade da atividade e para a própria atividade do universo empresarial, das empresas.

Em outros países que bem conhecemos e são exemplos aqueles que bem conhecemos em passados mais ou menos recentes, conhecemos que também se acentuaram alguns níveis de incerteza e em que a confiança foi reduzida para níveis mínimos, para níveis absolutamente ínfimos, ou mesmo em que se verificou o recrudescimento da desconfiança em relação a essas sociedades.

São países designadamente que perderam o norte em termos dos seus compromissos de natureza política estratégica e institucional, designadamente

no caso do espaço económico em que nos inserimos quanto aos compromissos de natureza europeia, quanto ao projeto europeu que se encontra em curso.

Obviamente isso teve consequências desastrosas e altamente penosas para os cidadãos desses países.

Impõe-se que no caso dos Açores se evite a existência desse clima de incerteza no que concerne à participação do país, e dos Açores em particular, no âmbito da União Europeia e no âmbito da permanência relativamente à moeda única europeia, relativamente ao euro.

Tem de haver um compromisso claro, com regras e princípios em relação ao que pensamos da nossa participação na União Europeia, da nossa participação no Euro e aqui a Assembleia, este Parlamento, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, é o palco privilegiado, é a instituição por excelência em que se devem reafirmar, em que deve existir a reafirmação clara de princípios quanto aos compromissos internacionais e em particular quanto aos nossos compromissos em termos europeus, quer ao nível do país e especificamente no que concerne à própria Região.

É absolutamente fundamental reafirmar uma pretensa plena e ativa do país e dos Açores na União Europeia, incluindo níveis mais aprofundados de integração como aqueles que conhecemos hoje em dia, depois de 30 anos na União Europeia, designadamente em relação à União Económica e Monetária.

Dessa forma, se reafirmarmos esses princípios, estaremos a preservar o interesse regional que é aquilo que no fundo nos deve aqui nortear.

O que pretendemos com esta iniciativa – compromisso dos Açores no projeto europeu – é que em nome daqueles que representamos, em nome da vontade do povo açoriano que aqui está expressa neste

Parlamento, se faça a reafirmação de cinco princípios que constam deste Projeto de Resolução.

Desde logo, e passando a enumerá-los: reafirmar a vontade regional na participação plena dos Açores e do nosso país na União Europeia e na União Económica e Monetária, em particular;

Um segundo nível, reafirmar a inclusão dos Açores e do nosso país na União Bancária e a defesa da sua implementação plena (e lembro aqui que esta participação na União Bancária que está a informação, que está em gestação e que está a percorrer o seu caminho é aquela que vai acabar por permitir condições de financiamento das empresas e dos particulares que lhe seja imune aos riscos, às situações de risco que se acendem nesta ou naquela sociedade, é com esta União Bancária que permite a ultrapassagem desses riscos que existem e que condicionem no fundo a vida das empresas e das famílias);

Um terceiro nível, a reafirmação da importância para os Açores da vinculação de Portugal ao Tratado Orçamental (e conhecemos bem quais são as vantagens inegáveis que existem para os Açores também da nossa participação na moeda única, da nossa participação no euro);

Reafirmar a importância para os Açores do compromisso do nosso país através do cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento que nos traz algumas vantagens, nos traz também obrigações e nos traz também compromissos;

E finalmente, a rejeição, a bem do interesse dos Açores e dos açorianos, de propostas relativas à reestruturação unilateral das dívidas públicas nacionais dos Estados da União Europeia e que é algo que tem vindo a ser discutido, ou que tem vindo a ser aventado e sugerido por alguns.

Portanto, aquilo que pretendemos com este Projeto de Resolução é reafirmar estes princípios básicos por forma a conseguirmos segurar a confiança dos Açores e a segurar a confiança dos açorianos e dessa forma potenciarmos o desenvolvimento da nossa Região.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias** *(PS):* Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias, Srs. Secretários:

Eu julgo que tendo em conta esta proposta há uma matéria que se impõe que seja esclarecida e que o Sr. Deputado António Marinho não esclareceu na apresentação inicial que faz.

Fez a apresentação que entendeu pertinente sobre este Projeto de Resolução, teceu os considerandos que entendeu, mas o Sr. Deputado António Marinho não esclareceu em momento nenhum algo que me pareceu pertinente que seja esclarecido a todos os deputados neste Parlamento, que é: em que medida, em que momento, o que é que aconteceu e o que é que motivou esta abordagem do PSD, ou seja, em que altura foram postos em causa estes princípios e o cumprimentos destes princípios institucionais ao nível de cooperação externa por parte das instituições e dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores?

Portanto, o Sr. Deputado fez uma série de considerandos, fez uma série de considerações sobre o preâmbulo desta proposta, mas nunca especificou quais foram as razões que levaram o PSD a fazer este Projeto de Resolução agora.

Portanto, Sr. Deputado António Marinho, eu pergunto-lhe, para que possamos continuar este debate julgo que de forma mais e melhor informada, o que é que aconteceu na atualidade política, social e económica regional recentemente que tenha motivado esta proposta, ou seja, em que estes princípios de participação plena dos Açores na União Europeia e na União Económica e Monetária, do respeito da nossa Região pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento, da

reafirmação da importância dos Açores, da veiculação de Portugal ao tratado orçamental … eu gostava de saber em que momento é que os Açores puseram em causa o cumprimento destes princípios.

Muito obrigado.

Deputada Arlinda Nunes *(PS):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Deputado António Marinho com certeza que responderá ao repto que lhe foi feito pelo líder da bancada parlamentar do Partido Socialista, de qualquer forma, porque tenho memória, quando esta iniciativa foi apresentada, foi apresentada aqui com um pedido de urgência e dispensa de exame em comissão num determinado período da nossa história recente e o objetivo, como todos percebemos na altura, até na discussão da urgência, assim como se percebe pela discussão feita de uma iniciativa do mesmo teor, cuja única diferença é o facto de na República ter sido subscrita também pelo CDS-PP, a verdade é que o objetivo (e o Deputado António Marinho depois o dirá se aceitar o repto do Deputado Berto Messias) não é discutir a união monetária, as questões do cumprimento ou não do Tratado Orçamental, não é discutir isso.

Aliás, esta iniciativa que hoje discutimos aqui perde o principal propósito que ela teve quando aqui foi apresentada, o propósito era tentar encontrar entre quatro forças partidárias, no caso aqui entre três forças partidárias, contradições acerca destas questões, mas eu julgo, e como o debate o irá provar, que ninguém abdicou dos seus princípios, nem ninguém abdica dos seus princípios.

O PCP mantém a mesma opinião que tinha relativamente a estas questões e, portanto, é evidente que esta iniciativa que de facto não visa … mas também podemos discuti-la, mas o propósito não é esse, o propósito era bem outro,

ficou completamente desajustada no tempo, porque esse propósito perdeu-se porque o queriam discutir em determinada altura, mas o Deputado António Marinho certamente esclarecerá isso e na altura eu virei à discussão para dar a posição do PCP sobre estas matérias, que afinal, no fundo, não será nada de novo, porque é bem conhecida.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este Projeto de Resolução do PSD, "compromisso dos Açores no projeto europeu", cuja urgência na apresentação na realidade é um pouco difícil de compreender, porque entendemos que toda esta lista de tratados e de compromissos europeus não se discute em duas horas, ou uma hora e meia. Se é para discutir a sério, é para discutir a sério e então seria um longo trabalho, provavelmente de um grupo de trabalho, que na realidade fizesse o levantamento das mais-valias, mas também das menos valias de cada um destes documentos, mas acerca deste Projeto de Resolução nós pretendíamos dizer o seguinte.

O Bloco de Esquerda assumiu desde a sua fundação a sua posição europeísta. Desde sempre somos por um projeto europeu de esquerda no qual os valores da democracia, solidariedade e bem-estar social entre todos os povos da Europa sejam a trave mestra do processo europeu.

Desde a nossa fundação em 1999 fomos contrário àquilo que se designava então e hoje ainda por construção europeia alicerçada nos modelos que todos e todas temos vindo a conhecer.

Esta construção a cada dia que passa afasta mais a democracia, afasta cada vez mais os países ricos dos países mais pobres e afasta, até mesmo nos países mais ricos, os trabalhadores e os pobres dos ricos e poderosos, cavando por toda a

Europa mais desigualdades sociais e aumentando de forma exponencial a legião de pobres.

Com a apresentação deste Projeto de Resolução o PSD pretende garantir a vinculação aos tratados, compromissos e políticas responsáveis pelo incremento da xenofobia no espaço europeu pelo crescimento da pobreza e pela cada vez maior ausência de democracia.

Hoje a União Europeia serve os ditames do grande capital financeiro, o qual tem na política alemã o seu fiel capataz.

Baixar salários, retirar direitos, privatizar serviços essenciais como a educação, a saúde e até mesmo a água, é esta a agenda política europeia, para que o negócio das dívidas soberanas possa continuar a escorrer para os cofres da grande finança.

O PSD quer que votemos a favor de compromissos, tratados e políticas que, entre outras coisas, permitem que 18 das 20 maiores empresas portuguesas tenham a sua sede fiscal na Holanda para não pagar os impostos devidos em Portugal.

A Holanda que tem como Ministro das Finanças um tal Sr. Presidente do Eurogrupo que todos os dias nos entra pelos canais de televisão em nossa casa a dizer que a austeridade sobre o povo português tem de ser reforçada.

Compromissos, tratados e políticas que permitem que no Luxemburgo, por exemplo, país que tinha como Primeiro-Ministro o atual Presidente da Comissão Europeia, o senhor Juncker, se fizessem acordos com mais de 500 empresas mundiais (repito: 500 empresas mundiais) para fugir ao fisco nos respetivos países.

Compromissos, tratados e políticas que permitem que na Dinamarca seja aprovada uma lei que confisque aos refugiados todo e qualquer valor acima de 1.340 €, ao mesmo tempo que consente e incentiva a construção de novos muros, como acontece na Hungria, na República Checa ou na Croácia.

Compromissos, tratados e políticas que permitem ainda que, à revelia dos princípios fundadores da União Europeia, o Reino Unido descrimine pela respetiva nacionalidade os emigrantes retirando-lhes a proteção social.

Não, Sras. e Srs. Deputados! O Bloco de Esquerda não aceita compromissos, tratados ou políticas que espezinhem e empobreçam os povos.

Não foram os povos e muitos menos os trabalhadores e trabalhadoras portuguesas que viveram acima das suas possibilidades. Foi a finança que num jogo de casino e de especulação nos impôs a crise.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Onde é que eu já ouvi isso?!

A Oradora: Estes compromissos, tratados e políticas que servem os grandes em desfavor dos mais fracos estão bem espelhados, por exemplo, no fim das quotas leiteiras para beneficiar a expansão dos grandes produtores de leite em prejuízo dos pequenos produtores, como também estão bem espelhados nas pescas quando através da concretização do Tratado de Maastricht se abriram de par em par as sensíveis águas do nosso mar para a rapina deste pelas grandes frotas pesqueiras.

São estes, entre muitos outros, os resultados dos tais compromissos europeus que o PSD acha que se devem defender acima de qualquer responsabilidade perante o povo português.

Nesta fúria de obediência aos ditames da finança nada impede o PSD de fazer coro com o tal presidente do Eurogrupo, com o tal presidente Juncker, ou com o famigerado senhor Schäuble para combaterem a proposta de orçamento do atual Governo do Partido Socialista.

Contra os interesses do país o PSD marcha na companhia que escolheu, procurando que o Governo da República caia com a primeira brisa.

Não o conseguirá com o apoio do Bloco de Esquerda, porque o Bloco de Esquerda escolheu a defesa dos interesses de trabalha, de quem é mais pobre, do nosso país e sobretudo da nossa Região. Este é que é o nosso lado da barricada.

Em conformidade com tudo isto, Sras. e Srs. Deputados, só poderemos votar contra este Projeto de Resolução.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Era o discurso do Bloco de Esquerda de há 50 anos. Agora já não é assim!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputados Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* Obrigado, Sra. Presidente.

Apenas para fazer uma referência que me parece importante e que eu não posso deixar de registar é que eu até posso compreender que … Os primeiros quatro pontos deste Projeto de Resolução até os posso compreender. Faz parte da matriz do PSD e da sua subserviência à União Europeia. É uma posição como qualquer outra.

Agora, já não percebo o quinto ponto. O quinto ponto não é de subserviência. É colocarem-se de cócoras relativamente "rejeitar, a bem do interesse dos açorianos propostas de reestruturação unilateral …

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Unilateral!

O Orador: … das dívidas públicas nacionais dos Estados membros da União Europeia."

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Unilateral!

O Orador: Até isso! Quer dizer Vs. Exas. de facto levam longe demais essa vossa subserviência. A forma como vendem o interesse nacional aos interesses do grande capital.

Gostaria de vos ouvir sobre isto.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* E também gostaria de ouvir o PS!

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* O PCP e Bloco de Esquerda ainda estão nas cavernas. Lá fora já saíram das cavernas!

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* É, é!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, eu pergunto se vai haver inscrições, caso contrário podemos passar à votação deste Projeto de Resolução.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a estas matérias nós o que aqui temos visto são as posições de sempre do Partido Comunista …

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* E as do PPM são coincidentes!

O Orador: … e agora no último dos pontos o Sr. Deputado coloca em causa a reestruturação unilateral.

Reestruturação unilateral significa que o devedor decide, sem negociação com os países a quem deve e as entidades a quem deve, não pagar e nós já tivemos a perceção do que é que acontece e o que aconteceu foi na Grécia, foi que através até de um referendo, do apoio de um referendo, a Grécia decidiu não pagar.

A Grécia decidiu que aquela dívida, a dívida grega, não podia ser paga naquelas condições e não podiam ser aceites aquelas condições.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* O senhor de facto não conhece os termos em que foi feito o acordo na Grécia!

O Orador: Ora, o que eu devo dizer é o seguinte: o que nós verificámos é que esse tipo de posições …

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* A sua posição é o que o senhor deve dizer, a posição do PPM! Isso é o que V. Exa. tem de dizer!

O Orador: … para países com a dimensão económica de Portugal e da Grécia não é possível. Não se consegue impor esse tipo de posições às grandes potências europeias.

Esta questão, como bem dizia a Sra. Deputada Zuraida Soares, é de grande complexidade e isso não é possível …

Eu lembro que há um atual Membro do Governo do Partido Socialista, do Governo da República, que dizia: "Nós vamos ter com os alemães e dizemos que não pagamos."

Deputado Francisco César *(PS):* Não era Ministro. Era Secretário de Estado!

O Orador: E eles ficam todos a tremer daqueles joelhos. Ficam todos a tremer com aqueles joelhos!

Portanto, nós chegamos lá: "Nós temos a bomba atómica" – dizia o Sr. Ministro. Não sei se ele já fez isso ao Governo alemão, mas ele o que dizia antes quando era deputado, o que ele dizia era o seguinte: "Nós, meus senhores, temos uma bomba atómica."

(Aparte inaudível da Câmara)

O Orador: Está, está e já lhe entrego.

"Nós temos uma bomba atómica".

Nós chegamos ao pé dos alemães e dizemos: "Não pagamos! Nós não pagamos!" – e aqueles joelhos começam logo a temer.

Deputado Francisco César *(PS):* O Secretário de Estado é que diz isso!

O Orador: Os gregos devem ter lido as declarações do responsável do Partido Socialista, os gregos, e decidiram: "Está aqui uma boa ideia! Vamos utilizar

esta bomba atómica e vamos colocar os alemães todos, todos, todos a tremer de medo!"

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Vamos dizer: "Não pagamos!" e vão ver os alemães. Eles não ficaram a tremer de medo.

Aconteceu precisamente o contrário. Foram impostas condições ainda mais pesadas para os gregos.

Portanto, a bomba atómica não rebentou. Ou melhor, rebentou, mas foi no outro lado, foi na Grécia e perante o Governo grego.

Portanto, eu penso que com corresponsáveis ministeriais do Partido Socialista com este tipo de responsabilidades e com este tipo de pensamento estratégico estamos conversados.

Por isso é que eu acho que esta questão tem de ser analisada e obviamente, que da parte de estados como Portugal ou da Grécia, decidir unilateralmente não pagamos e achamos que os outros ficam a tremer de medo já verificámos que não é a receita ideal e que esta receita não funciona.

O que eu tenho uma enorme preocupação é que este senhor, este grande estratega, esteja no Governo de Portugal.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Considerando o nosso horário, nós vamos continuar o debate amanhã à tarde.

Uma boa noite para todos.

Regressamos amanhã às horas.

Eram 20 horas e 01 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio **Bradford**

Catarina Paula **Moniz Furtado**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio José Gomes **Lopes**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Partido Social Democrata (PSD)

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Documentos entrados

1 – Propostas de Regulamento e de Diretiva do Parlamento Europeu:

Assunto: Regras comuns no domínio da aviação civil e que cria a Agência da União Europeia para a Segurança da Aviação, e que revoga o Regulamento

(CE) n.º 216/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho [COM(2015)6] e documentos de trabalho associados - n.º 208/X

Proveniência: 4.ª CAE XIII - Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 01 – 08

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2016 – 02 – 08;

Assunto: Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a certos aspetos que dizem respeito a contratos de vendas em linha de bens e outras vendas à distância de bens[COM(2015)635] e documentos de trabalho associados n. º 211/X

Proveniência: 4.ª CAE XIII - Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 01 – 14

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2016 – 02 – 08;

Assunto: Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a certos aspetos que dizem respeito a contratos de vendas em linha de bens e outras vendas à distância de bens[COM(2015)635] e documentos de trabalho associados - n. º 212/X

Proveniência: 4.ª CAE XIII - Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 01 – 14

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2016 – 02 – 08.

2 – Projeto de Lei:

Assunto: Revoga o regime de requalificação - n º 207/X - n.º 93/XIII/1.ª (BE)

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 01 – 08

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2016 – 01 – 27;

Assunto: Regras comuns no domínio da aviação civil e que cria a Agência da União Europeia para a Segurança da Aviação, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 216/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho [COM(2015)6] e documentos de trabalho associados – n.º 208/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 01 – 08

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2016 – 02 – 08;

Assunto: 35 horas para maior criação de emprego e reposição dos direitos na função pública.

- n º 209/X - n.º 96/XIII/1.ª (BE)

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 01 – 13

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2016 – 02 – 01;

Assunto: Estabelece as 35 horas como período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas - n º 210/X - n.º 97/XIII/1.ª (PS)

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 01 – 13

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2016 – 02 – 01;

Assunto: Alarga a oferta de serviços de programas na TDT, garantido condições técnicas adequadas e o controlo do preço - n º 213/X – n.º 98/XIII/1.ª (BE)
Proveniência: Assembleia da República
Data de Entrada: 2016 – 01 – 18
Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho
Data limite do parecer: 2016 – 02 – 03;

Assunto: Regula o cultivo de variedades geneticamente modificadas (OGM).
- n º 217/X – n.º 100/XIII/1.ª (PCP)
Proveniência: Assembleia da República
Data de Entrada: 2016 – 01 – 20
Comissão: Economia
Data limite do parecer: 2016 – 02 – 08.(Querendo);

Assunto: Proíbe a produção e o cultivo comercial de organismos geneticamente modificados (revoga o Decreto-Lei n.º 72/2003, de 10 de Abril, e o Decreto-Lei n.º160/2005, de 21 de Setembro - n º 218/X – n.º 102/XIII/1.ª (PCP)
Proveniência: Assembleia da República
Data de Entrada: 2016 – 01 – 20
Comissão: Economia
Data limite do parecer: 2016 – 02 – 08.(Querendo);

Assunto: Procede à alteração da Lei n.º 26/2013, de 11 de Abril, que regula as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos para uso profissional e de adjuvantes de produtos fitofarmacêuticos e define os procedimentos de monitorização à utilização dos produtos fitofarmacêuticos Lei – n.º 216/X - n.º 103/XIII/1.ª (PAN**)**
Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 01 – 20

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2016 – 02 – 08.(Querendo);

Assunto: Suspende a aplicação do Regime do Arrendamento Apoiado (Lei n.º 81/2014, de 19 de setembro) – n.º 219/X - n.º 108/XIII/1.ª (PCP)

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 01 – 22

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2016 – 02 – 03;

Assunto: Altera o regime de Renda Apoiada, garantindo um valor de renda mais justo e acessível - n.º 220/X - n.º 109/XIII/1.ª (PCP)

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 01 – 22

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2016 – 02 – 03;

Assunto: Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para impedir a prática da pesca e da caça ilegal em zonas protegidas da Ilha de Santa Maria, no arquipélago dos Açores - n.º 221/X - n.º 104/XIII/1.ª (PAN)

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 01 – 26

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2016 – 02 – 15;

Assunto: Inclusão de opção vegetariana em todas as cantinas públicas - n.º 222/X - n.º 111/XIII/1.ª (PAN)

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 01 – 26

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2016 – 02 – 15;

Assunto: Altera o regime de arredamento apoiado para uma maior justiça social - primeira alteração à Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro – n.º 223/X – n.º 122/XIII/1.ª

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 02 – 03

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2016 – 02 – 22 (Querendo);

Assunto: Impede a mercantilização do abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos urbanos - n.º 224/X - n.º 116/XIII/1.ª (PCP)

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 02 – 03

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2016 – 02 – 22 (Querendo).

3 – Projeto de Resolução:

Assunto: Recomenda ao Governo a atribuição de subsídios de fixação e de compensação para conservadores, notários e oficiais de registos e notariado nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira - n.º 225/X – n.º 130/XIII/1.ª (PSP)

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 02 – 04

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2016 – 02 – 24;

Assunto: Proposta de Lei - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016 - n.º 226/X – n.º 11/XIII/1.ª GOV)
Proveniência: Assembleia da República
Data de Entrada: 2016 – 02 – 08
Comissão: Economia
Data limite do parecer: 2016 – 02 – 21;

Assunto: Proposta de Lei - Aprova o Orçamento de Estado para 2016. - n.º 227/X – n.º 11/XIII/1.ª GOV)
Proveniência: Assembleia da República
Data de Entrada: 2016 – 02 – 08
Comissão: Economia
Data limite do parecer: 2016 – 02 – 21.

4 – Proposta de Resolução:

Assunto: Estudos de impacto nas negociações comerciais nas Regiões Ultraperiféricas
- n º 215/X – n.º 84/XIII/1.ª (PSD)
Proveniência: Assembleia da República
Data de Entrada: 2016 – 01 – 18
Comissão: Economia
Data limite do parecer: 2016 – 02 – 04.

5 – Proposta de Lei:

Assunto: Reduz o horário de trabalho para as 35 horas semanais - n º 214/X - n.º 9/XIII/1.ª (ALRAM)

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 01 – 18

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2016 – 02 – 03.

6 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: Proposta de substituição integral do Projeto de DLR n.º 59/X - Altera o anexo do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2007/A, de 19 de julho (Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2016 – 01 – 11

Comissão: Assuntos Socias

Data limite do parecer: 2016 – 02 – 15;

Assunto: Determina a aquisição de um navio com capacidade de transporte de passageiros, veículos e carga, para estabelecimento de uma ligação marítima regular, anual, entre as ilhas de São Miguel e Santa Maria – n.º 62/X

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2016 – 01 – 29

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2016 – 03 – 02.

7 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores – n.º 66/X

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 01 – 20

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2016 – 02 – 22.

8 – Projeto de Resolução:

Assunto: Pronúncia sobre a fiscalização marítima na Região Autónoma dos Açores – n.º 147/X

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2016 – 01 – 12

Pedido de urgência e de dispensa de exame em Comissão.

Assunto: Remoção das algas acumuladas no "porto velho", na vila da Madalena do Pico, e realização de Estudo que permita identificar as causas e efeitos dessa acumulação – n.º 148/X

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2016 – 01 – 13

Pedido de urgência e de dispensa de exame em Comissão;

Assunto: Abertura de cursos nas escolas profissionais de Povoação e Nordeste, com pedido de urgência – n.º 149/X

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2016 – 01 – 13

Pedido de urgência;

Assunto: Definição dos mecanismos de operacionalização dos direitos da Região sobre as Zonas Marítimas Portuguesas – n.º 150/X

Proveniência: CDS-PP e PPM

Data de Entrada: 2016 – 01 – 13

Pedido de urgência;

Assunto: Criação de um grupo de trabalho para avaliar e fiscalizar situações de abuso ao recurso de beneficiários dos programas de incentivo à empregabilidade para satisfação de necessidades permanentes de trabalho, nos Órgãos da Administração Pública Autónoma e Autarquias – n.º 151/X

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2016 – 01 – 27

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2016 – 03 – 01;

Assunto: Definição dos mecanismos de operacionalização dos direitos da Região sobre as Zonas Marítimas Portuguesas - com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão – n.º 152/X

Proveniência: CDS-PP e Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 02 – 05

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

9 – Petição:

Assunto: Pela Recuperação do Campo de Jogos da Mãe de Deus em Vila do Porto – n.º 43/X

Proveniência: Armando dos Santos Rodrigues

Data de Entrada: 2016 – 01 – 25

Comissão: Assuntos Sociais. Aguarda Admissibilidade.

10 – Requerimentos:

Assunto: Empreitada de construção do edifício multisserviços RIAC na ilha do Corvo - 2.

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 01 – 08

Referência: 54.07.09 – N.º 489/X;

Assunto: Listas de espera nos voos da SATA com destino ou origem na ilha do Corvo

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 01 – 11

Referência: 54.07.09 – N.º 490/X;

Assunto: Acumulação de Algas no Porto da Madalena

Autor: Cláudio Lopes (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 01 – 12

Referência: 54.03.06 – N.º 491/X;

Assunto: Informação sobre programas de emprego

Autor: Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 01 – 12

Referência: 54.03.00 – N.º 492/X;

Assunto: Ações de Restauração - PRORURAL+

Autor: Renato Cordeiro (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 01 – 18

Referência: 54.03.00 – N.º 493/X;

Assunto: Ponto de situação de assuntos pendentes com a República relativos ao Faial

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 01 – 20

Referência: 54.03.07 – N.º 494/X;

Assunto: Programas de Incentivo ao Emprego Jovem

Autores: Graça Silveira, Artur Lima e Ana Espínola (CDS-PP)

Data de Entrada: 2016 – 01 – 21

Referência: 54.01.00 – N.º 495/X;

Assunto: SATA garante ou não a continuidade do Projeto RISE no aeroporto da Horta

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 01 – 21

Referência: 54.03.07 – N.º 496/X;

Assunto: Falta de terapeutas da fala na escola de referência para alunos surdos

Autores: Joaquim Machado e Luís Maurício (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 01 – 26

Referência: 54.03.02 – N.º 497/X;

Assunto: Interdição de pesca do goraz: Governo vai ou não compensar os pescadores?

Autores: Luís Garcia, Jorge Macedo e Jorge Costa Pereira (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 01 – 27

Referência: 54.03.02 – N.º 498/X;

Assunto: Radar Meteorológico na Ilha Terceira

Autores: Artur Lima, Graça Silveira e Ana Espínola (CDS-PP)

Data de Entrada: 2016 – 01 – 27

Referência: 54.01.03 – N.º 499/X;

Assunto: Construção da nova EBI de Capelas

Autores: Cláudio Almeida e Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 01 – 28

Referência: 54.03.02 – N.º 500/X;

Assunto: Carta Regional das Obras Públicas

Autores: Graça Silveira, Artur Lima e ANA Espínola (CDS-PP)

Data de Entrada: 2016 – 01 – 28

Referência: 54.01.00 – N.º 501/X;

Assunto: Extinção de zonas balneares na ilha do Corvo por decisão e omissão governamental

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 02 – 03

Referência: 54.07.09 – N.º 502/X;

Assunto: Intervenção planeada pelo Governo Regional e pela Câmara Municipal do Corvo na extinta zona balnear do Porto Novo

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 02 – 04

Referência: 54.07.09 – N.º 503/X;

Assunto: Voos de companhias *low cost* para a ilha Terceira

Autores: Artur Lima, Graça Silveira e Ana Espínola (CDS-PP)

Data de Entrada: 2016 – 02 – 04

Referência: 54.01.04 – N.º 504/X;

Assunto: Unidade de Saúde da ilha do Corvo – dados de gestão e organização

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 08 – 04

Referência: 54.01.04 – N.º 505/X;

Assunto: Deslocação à Unidade de Saúde da ilha do Corvo de médicos especialistas

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 02 – 08

Referência: 54.07.09 – N.º 506/X;

Assunto: Não utilização do equipamento de radiologia da USICORVO
Autor: Paulo Estêvão (PPM)
Data de Entrada: 2016 – 02 – 08
Referência: 54.07.09 – N.º 507/X;

Assunto: Unidade de Saúde da Ilha do Corvo – Composição nominal dos conselhos administrativo, consultivo e técnico
Autor: Paulo Estêvão (PPM)
Data de Entrada: 2016 – 02 – 08
Referência: 54.07.09 – N.º 508/X;

Assunto: Programa "Meus Açores Meus Amores" deslocações à ilha do Corvo desincentivadas
Autor: Paulo Estêvão (PPM)
Data de Entrada: 2016 – 02 – 08
Referência: 54.07.09 – N.º 509/X;

Assunto: Atrasos no âmbito da comparticipação diária aos doentes deslocados
Autor: Paulo Estêvão (PPM)
Data de Entrada: 2016 – 02 – 10
Referência: 54.07.09 – N.º 510/X;

Assunto: Diminuição das funcionalidades e do acesso ao Jornal Oficial
Autor: Paulo Estêvão (PPM)
Data de Entrada: 2016 – 02 – 10
Referência: 54.07.09 – N.º 511/X;

Assunto: A funcionalidade da pesquisa foi desativada na página do Gabinete de Apoio à Comunicação Social - GaCS

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 02 – 10

Referência: 54.07.09 – N.º 512/X.

11 – Respostas a Requerimento:

Assunto: Porto de Pescas de Rabo de Peixe

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 01 – 07

Referência: 54.04.02 – N.º 471/X;

Assunto: Autorizações para a "correção populacional" de plantas endémicas

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 01 – 08

Referência: 54.04.00 – N.º 437/X;

Assunto: Empreitada de construção do edifício multisserviços RIAC na ilha do Corvo - 2

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 01 – 27

Referência: 54.07.09 – N.º 489/X;

Assunto: Falta de resposta à Associação de Desenvolvimento olhar poente

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 01 – 28

Referência: 54.03.03 – N.º 480/X;

Assunto: Paralelismo pedagógico

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 01 – 28

Referência: 54.07.00 – N.º 475/X;

Assunto: Ausência de veterinário na ilha do Corvo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 02 – 01

Referência: 54.07.09 – N.º 485/X.

12 – Comunicações/Informações:

Assunto: O ofício a Agradecer o envio do Voto de Congratulação - 25 Anos do Grupo Folclórico da Almagreira

Proveniência: Junta de Freguesia de Almagreira de Vila do Porto

Data de Entrada: 2016 – 01 – 11

Assunto: Caderno de Reivindicações do SINTAP - Açores para 2016

Proveniência: SINTAP Angra do Heroísmo

Data de Entrada: 2016 – 01 – 18;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015 - Licenciamento e fiscalização de unidades de internamento e de equipas de apoio da rede de cuidados continuados integrados.

Proveniência: Gabinete do Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2016 – 01 – 18;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2015 - Adapta à Região Autónoma dos Açores o Sistema de Certificação Energética de Edifícios, o Regime de acesso e de exercício da

atividade de perito qualificado para certificação energética e de técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas, e o Regime excecional e temporário aplicável à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos trinta anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional

Proveniência: Gabinete do Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2016 – 01 – 18;

Assunto: Ofício enviado por correio eletrónico o Relatório do Conselho das Finanças Públicas - 1/2016 - Evolução económica e orçamental até ao final do 3.º trimestre e perspetivas para 2015.

Proveniência: Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2016 – 01 – 18;

Assunto: Ofício a cancelar o Projeto de Resolução n.º 133/X - "Plano de Investimentos Participativo"

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, António Marinho

Data de Entrada: 2016 – 01 – 18;

Assunto: Ofício a acusar a recção do Voto de Congratulação, aprovado por esta Assembleia Legislativa, em 10 de dezembro de 2015

Proveniência: Anil – Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios

Data de Entrada: 2016 – 01 – 19;

Assunto: Ofício a cancelar o Projeto de Resolução n.º 143/X - Auditoria pela seção regional do Tribunal de Contas à adjudicação da empreitada da primeira fase da construção do Parque de Exposições da Ilha Terceira - pedido de retirada da iniciativa

Proveniência: Representação Parlamentar do BE, Zuraida Soares
Data de Entrada: 2016 – 01 – 22;

Assunto: Parecer do Conselho de Finanças Públicas - Previsões macroeconómicas incluídas no Projeto de Plano Orçamental 2016.
Proveniência: Conselho de Finanças Públicas
Data de Entrada: 2016 – 01 – 25;

Assunto: Ofício a remeter, para conhecimento, remessa de relatório aprovado - 01/2016-FS/SRACT
(Ação n.º 15-2101 FS2 – Auditoria às contas do Grupo SATA (2009-2013)
Proveniência: Secção Regional do Tribunal de Contas
Data de Entrada: 2016 – 01 – 25;

Assunto: Ofício a acusar a receção e a agradecer o envio do Voto de Congratulação - Pela passagem dos 25 anos do Conservatório Regional da Horta.
Proveniência: Direção Regional da Cultura
Data de Entrada: 2016 – 02 – 04;

Assunto: Ofício a formalizar Sessão de Perguntas com Resposta Oral ao Governo
Proveniência: Artur Lima (CDS-PP)
Data de Entrada: 2016 – 02 – 04;

Assunto: Ofício a agradecer o envio do Voto de Saudação pelo quinquagésimo aniversário da Vila de Água de Pau
Proveniência: O Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau da Povoação

Data de Entrada: 2016 – 02 – 08;

Assunto: Ofício apresentar o objeto de cada uma das perguntes para a sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral sobre Constrangimentos à operação civil no aeroporto das Lajes

Proveniência: O Deputado Artur Lima**,** CDS-PP

Data de Entrada: 2016 – 02 – 11.

13 – Relatórios:

Assunto: Relatório Final da SATA

Proveniência: Comissão Parlamentar de Inquérito ao Grupo SATA

Data de Entrada: 2016 – 01 – 07**;**

Assunto: Adenda ao Relatório e Parecer sobre o Projeto de Resolução n.º 132/X – "A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pronuncia-se, por sua iniciativa, frontalmente contra a criação da figura de Presidente dos Açores e de governos de ilha, no âmbito de uma futura revisão da Constituição da República Portuguesa."

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 01 – 12**;**

Assunto: Relatório no âmbito da audição do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 01 – 12**;**

Assunto: Relatório no âmbito da audição da Diretora do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A..

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 01 – 12**;**

Assunto: Relatório no âmbito da audição do Conselho Geral Independente da Rádio e Televisão de Portugal, S.A..
Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho
Data de Entrada: 2016 – 01 – 12**;**

Assunto: Relatório da audição da gestora pública indigitada para a presidência do Conselho de Administração da Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A. – AZORINA, S.A.
Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho
Data de Entrada: 2016 – 01 – 19**;**

Assunto: Relatório no âmbito da reunião com o Conselho Permanente de Opinião da RTP, S.A..
Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho
Data de Entrada: 2016 – 01 – 19**;**

Assunto: Parecer Setorial sobre a Proposta de Resolução n.º 13/X – Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2014.
Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho
Data de Entrada: 2016 – 02 – 08**;**

Assunto: Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016 e sobre as iniciativas europeias sobre as quais a Região pretende pronunciar-se
Proveniência: SubComissão de Política Geral
Data de Entrada: 2016 – 01 – 12**;**

Assunto: Projeto de Lei – Revoga o regime de requalificação – n.º 207-AR - n.º 93/XII/1ª
Proveniência: SubComissão de Política Geral
Data de Entrada: 2016 – 01 – 25**;**

Assunto: Projeto de Lei – Suspende a aplicação do regime do arrendamento apoiado – n.º 219-AR - n.º 108/XII/1ª (PCP)
Proveniência: SubComissão de Política Geral
Data de Entrada: 2016 – 01 – 02**;**

Assunto: Projeto de Lei – Altera o regime de renda apoiada, garantindo um valor de renda mais justo e acessível – n.º 220-AR - n.º 109/XII/1ª (PCP)
Proveniência: SubComissão de Política Geral
Data de Entrada: 2016 – 01 – 02**;**

Assunto: Proposta de Lei – Reduz o horário de trabalho para as 35 horas semanais (ALRAM) – n.º 214-AR - n.º 9XII/1ª
Proveniência: SubComissão de Política Geral
Data de Entrada: 2016 – 01 – 02**;**

Assunto: **Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA**
Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2016 – 01 – 12**;**

Assunto: **Projeto de Lei n.º 38/XIII/1.ª (BE) – Revogação da prova de avaliação de conhecimentos e competências PACC**
Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2016 – 02 – 05**;**

Assunto: **Projeto de Lei n.º 45/XIII/1.ª (PCP) – Elimina os exames de 2.º e 3.º ciclos do ensino básico**
Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2016 – 02 – 05**;**

Assunto: **Projeto de Lei n.º 46/XIII/1.ª (PCP) – Estabelece os requisitos para o acesso à profissão docente e garante a anulação dos efeitos da prova de avaliação de capacidade e conhecimentos**
Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2016 – 02 – 05**;**

Assunto: **Projeto de Lei n.º 70/XIII/1.ª (BE) – Elimina a requalificação de docentes**
Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2016 – 02 – 05**;**

Assunto: **Projeto de Lei n.º 75/XIII/1.ª – (BE) - Exclui a existência de membros investidores e assegurando a democraticidade do funcionamento das cooperativas procedendo à primeira alteração do Código Cooperativo, aprovado pela Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto, assegurando o cumprimento do artigo 82.º, n.º 4, alínea a) da Constituição da República Portuguesa.**
Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2016 – 02 – 05**;**

Assunto: Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 59/X - "Altera o Anexo do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2007/A, de 19 de julho.(Estatuto Aluno dos Ensinos Básico e Secundário)".
Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2016 – 02 – 12**;**

Assunto: Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 56/X - Alterações ao Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 02 – 12**;**

Assunto: Anteproposta de Lei n.º 17/X – Elimina o Pagamento de Taxas Moderadoras no Acesso a Cuidados de Saúde do Serviço Regional de Saúde

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 02 – 12;

Assunto: Projeto de Resolução n.º 137/X – Estabelece a Isenção de Encargos com Transporte não urgente de Doentes

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 02 – 12;

Assunto: Relatório Final do Grupo de Trabalho de Análise e Avaliação das Políticas Públicas Açorianas de Proteção das Crianças, da Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Proveniência: Grupo de Trabalho de Análise e Avaliação das Políticas Públicas Açorianas de Proteção das Crianças, da Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 02 – 12**;**

Assunto: Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 01 – 11**;**

Assunto: Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 02 – 12**;**

Assunto: Projeto de Decreto-Lei – Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 216/2001, de 3 de agosto, que estabelece as normas relativas à produção, controlo, certificação e comercialização da batata-semente, e transpõe as Diretivas de Execução n.ºs 2013/63/UE, da Comissão, de 17 de dezembro de 2013, 2014/20/UE e 2014/21/UE, ambas da Comissão, de 6 de fevereiro de 2014, relativas à comercialização de batata-semente - MAFDR - (Reg. DL 31/2015) - 212-OGP

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 01 – 19**;**

Assunto: Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho – Aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros no que respeita aos requisitos de acessibilidade dos produtos e serviços [COM(2015)615.]. – n.º 203-AR

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 01 – 19**;**

Assunto: Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 261/2004 que visa assegurar a portabilidade transfronteiras dos serviços de conteúdos em linha no mercado interno [COM(2015)627]. – n.º 204/X

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 01 – 26**;**

Assunto: Proposta de Resolução n.º 13/X – referente à Conta da Região do Ano de 2014

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 02 – 04**;**

Assunto: Proposta de Resolução n.º 84/XIII/1.ª (PSD) – Estudos de impacto nas negociações comerciais nas regiões ultraperiféricas

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 02 – 05**;**

Assunto: Projeto de Lei n.º 102/XIII/1.ª (PAN) – Proíbe a produção e o cultivo comercial de organismos geneticamente modificados (Revoga o Decreto-Lei n.º 72/2003, de 10 de abril, e o Decreto-Lei n.º 160/2005, de 21 de setembro) – n.º 218-AR

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 02 – 08**;**

Assunto: Regula o cultivo de variedades agrícolas geneticamente modificadas (OGM) - n.º 100/XIII/1.ª (PCP) – n.º 217-AR.
Proveniência: SubComissão de Economia
Data de Entrada: 2016 – 02 – 08**;**

Assunto: Projeto de Resolução - Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para impedir a prática da pesca e da caça ilegal em zonas protegidas da ilha de Santa Maria, no arquipélago dos Açores - n.º 221/X - nº 104/XII/1.ª (PAN)
Proveniência: SubComissão de Economia
Data de Entrada: 2016 – 02 – 12**;**

Assunto: Relatório Final Comissão de Inquérito ao Transporte Marítimo de Passageiros e Infraestruturas Portuárias
Proveniência: Comissão de Inquérito ao Transporte Marítimo de Passageiros e Infraestruturas Portuárias
Data de Entrada: 2016 – 01 – 19**.**

14 – Diários:

Consideram-se aprovados os Diários da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.ºs 115, 116, 117 e 118.

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.ºs 119, 120, 121 e 122 bem como a Separata n.º 12/X.

P'la redatora, Noélia Escobar
A redatora, Ana Machado